



**UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PRÁTICAS
DOCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL**

SHANA KRINDGES

**EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO DE
PRAIA GRANDE NO ANO DE 2019 E O OLHAR DOS
EDUCADORES**

SANTOS

2022

SHANA KRINDGES

**EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO DE
PRAIA GRANDE NO ANO DE 2019 E O OLHAR DOS
EDUCADORES**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Metropolitana de Santos, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Práticas Docentes no Ensino Fundamental.

Orientação: Prof^a Dr^a. Elisete
Gomes Natário

SANTOS

2022

K92e Krindges, Shana

Evasão escolar no Ensino Fundamental público de Praia Grande no ano de 2019 e o olhar dos educadores. / Shana, Krindges. – Santos, 2022.
151 f.

Orientador : Dra. Elisete Gomes Natário
Dissertação (Mestrado Profissional), Universidade Metropolitana de Santos, Práticas Docentes no Ensino Fundamental, 2022.

1. Evasão Escolar. 2. Ensino Fundamental. 3. Escola Pública Municipal. 4. Praia Grande.

I. Título Evasão escolar no Ensino Fundamental público de Praia Grande e o olhar dos educadores no ano de 2019

CDD:371.291

A Dissertação de Mestrado intitulada Evasão escolar no Ensino Fundamental público de Praia Grande no ano de 2019 e o olhar dos educadores, elaborada por Shana Krindges, foi apresentada e aprovada em 08/04/2022, perante banca examinadora composta por:

Data: 08/04/2022
Resultado: aprovada

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elisete Gomes Natário
Assinatura: _____

Profa. Dra. Abigail Malavasi
Assinatura: _____

Prof. Dr. Fabio Giordano
Assinatura: _____

“Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas.”

(SAINT- EXUPÉRY, 2009, p.72).

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos iniciais vão para a Universidade Metropolitana de Santos pela oportunidade de aprimorar meus conhecimentos e expandir meu olhar dentro do universo educacional. Não posso deixar de mencionar minha orientadora Professora Doutora Elisete, sempre muito paciente e atenciosa, pois sem ela não teria conseguido concluir esse trabalho com sucesso. Gostaria de incluir nesse agradecimento todo corpo docente da Universidade que contribuiu com inúmeros conhecimentos que auxiliaram na realização do meu trabalho e também a professora Doutora Abigail Malvasi e o Professor Doutor Fabio Giordano pelas preciosas e significativas colaborações na banca de qualificação.

Quero fazer aqui uma homenagem especial a duas mulheres fortes e especiais: minha mãe Ana que me ensinou que temos que lutar por aquilo que queremos com força e determinação. E minha sogra Elisabeth que me acompanhava às aulas com minha filha, pois eu ainda amamentava quando iniciei os estudos no Mestrado.

Também quero agradecer meu pai, Jose, meus irmãos Thais e Igor, meus afilhados Arthur e Isadora, pois neles está sem dúvida nenhuma um suporte familiar que me faz querer sempre ser uma pessoa melhor.

Vou homenagear agora a luz dos meus olhos, minha filha Maria Eduarda, que me acompanhou desde os primeiros dias de aula, sendo amamentada nos intervalos. Ela me fez ser ainda mais forte para lutar pelos meus sonhos, mesmo que dependessem de noites em claro. Minha filha faz todo cansaço sumir toda vez que vejo um sorriso.

Não posso deixar de agradecer meu marido, Carlos Eduardo, e seu pai, Luis, que me deram suporte desde o início dos meus estudos para que eu pudesse tornar o sonho de fazer um Mestrado possível.

Gostaria de finalizar os agradecimentos prestando minha homenagem à Prefeitura de Praia Grande que oportunizou, por intermédio da valorização e incentivo à formação continuada de seus profissionais, que eu participasse das aulas. Em especial agradeço a minha chefe Valkiria, às assistentes sociais Catarina e Gardilhane e toda equipe da Pedagogia Comunitária.

KRINDGES, Shana. **Evasão escolar no Ensino Fundamental público de Praia Grande no ano de 2019 e o olhar dos educadores**. 2022. 151 fls. Dissertação do Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos, 2022.

RESUMO

A evasão escolar é uma preocupação crônica em nossas escolas. Este estudo teve como objetivo analisar os dados de evasão no ensino fundamental público da cidade de Praia Grande – SP, referente ao ano de 2019. A pesquisa no primeiro momento teve uma coleta documental referente à evasão escolar em estudantes do ensino fundamental público de Praia Grande - SP no ano de 2019, aproximadamente, 34 mil estudantes. No segundo momento da coleta, participaram 20 professores de uma das escolas com alto índice de evasão em 2019, que responderam a um questionário semiaberto via *google forms*. O delineamento escolhido para esta pesquisa foi o quantitativo e o qualitativo. Os resultados mostram que o sexto ano do ensino fundamental público é o ano de maior evasão escolar em Praia Grande. Em uma escola com alto índice de evasão, o oitavo ano é o que apresenta maior número de estudantes evadidos, sendo que 90% com uma ou mais reprovação escolar. Os docentes consideram que o principal agente responsável pela evasão é a família e citam que a melhor iniciativa para amenizar o problema é a melhoria das políticas públicas empregadas na evasão escolar. A maior parte dos docentes acredita que a reprovação e o baixo rendimento influenciam na evasão e que o trabalho da Pedagogia Comunitária interfere positivamente sobre a mesma. Espera-se que os resultados possam contribuir para futuras ações de combate e prevenção a evasão escolar, diante dessa perspectiva é proposto como produto educacional o Projeto Identidade – construindo caminhos contra a evasão escolar – cujo objetivo é fomentar ações com os educadores de pertencimento ao universo escolar, buscando coibir a evasão escolar por meio desse projeto inserido dentro do Projeto Político Pedagógico da Escola.

Palavras-chave: evasão escolar; ensino fundamental; escola pública municipal; Praia Grande.

KRINDGES, Shana. **Evasão escolar no Ensino Fundamental público de Praia Grande no ano de 2019 e o olhar dos educadores**. 2022. 151 fls. Dissertação do Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos, 2022.

ABSTRACT

School dropout is a chronic concern in our schools. This study aimed to analyze school dropout data in public elementary education in the city of Praia Grande - SP, during the year 2019. The research at first had a documentary collection regarding school dropout in public elementary school students in Praia Grande - SP in 2019, approximately 34 thousand students. In the second moment of collection, 20 teachers from a school with a high dropout rate in 2019 participated, who answered a semi-open questionnaire via google forms. The design chosen for this research was quantitative and qualitative. Preliminary results show that the sixth year of public elementary school is the year with the highest school dropout rate in Praia Grande. In a school with a high dropout of school, the eighth grade is the one with the highest number of dropouts of school, with 90% having one or more school failures. The teachers consider that the main agent responsible for dropout of school is the family and mention that the best initiative to alleviate the problem of school dropout is the improvement of public policies used in school dropout. Most teachers believe that failure and low performance influence school dropout and that the work of Community Pedagogy positively interferes with it. It is expected that the results can contribute to future actions to combat and prevent school dropout, in view of this perspective, the Identity Project is proposed as an educational product - building paths against school dropout - whose objective is to promote actions with educators belonging to the universe school, seeking to curb school dropout through this project inserted within the Political Pedagogical Project of the School.

Keywords: school dropout; elementary school; municipal public school; Praia Grande.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Número de estudantes por ano escolar de uma Escola com índice elevado de evasão.....	73
Tabela 2 - Número de estudantes evadidos no Ensino Fundamental público de Praia Grande em 2019 por ano escolar	79
Tabela 3 - Número de estudantes evadidos no Ensino Fundamental público de Praia Grande em 2019 por ano escolar em uma Escola com índice elevado de evasão.....	80

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Principal agente responsável pela evasão escolar no ano de 2019, segundo os professores	82
Figura 2 - Possíveis causas da evasão escolar no ensino fundamental público de Praia Grande no ano de 2019, segundo os professores	86
Figura 3- Quanto à legislação vigente, no que tange a evasão escolar:	93
Figura 4 - Como se sentem os professores quando um estudante pertencente à sua turma de docência se evade	95
Figura 5 - A melhor iniciativa para amenizar o problema da evasão escolar, segundo os professores	97

LISTA DE ABREVIATURAS

CRAS – Centro de Referência à Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IBGE – Instituto brasileiro de geografia e estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MP – Mestrado Profissional

NF - refere-se a não frequência, ou seja, o número de estudantes evadidos

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

SEDUC – Secretaria de Educação

UNIMES – Universidade Metropolitana de Santos

USAFA – Unidade Saúde da Família

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Problema.....	17
1.2	Justificativa.....	17
1.3	Objetivos.....	19
1.3.1	Objetivo Geral	19
1.3.2	Objetivos Específicos	19
2	EVASÃO ESCOLAR – PONDERANDO CAUSAS E A SITUAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL	20
2.1	Evasão Escolar e suas definições.....	21
2.2	Educação como direito de todo cidadão.....	22
2.3	A evasão escolar no Brasil– algumas considerações.....	27
2.4	As causas da evasão escolar.....	30
2.5	Consequências da evasão escolar.....	36
3	A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E A EVASÃO ESCOLAR	38
3.1	A escola na exclusão social.....	38
3.2	A exclusão escolar – da reprovação à evasão.....	45
3.3	A escola que se vê no social e age para o social.....	48
4	A EVASÃO ESCOLAR EM PRAIA GRANDE	58
4.1	Políticas públicas educacionais e evasão escolar	59
4.2	Projeto Evasão Escolar.....	65
4.3	Projeto Pedagogia Comunitária.....	67
4.4	Interação família e escola.....	69
5	PERCURSO METODOLÓGICO	73
5.1	Delineamento.....	73
5.2	Contexto da realização da pesquisa.....	73
5.2.1	Caracterização da cidade de Praia Grande e da população educacional no ensino fundamental público municipal.....	74
5.2.2	Contextualização da Unidade Escolar participante.....	74
5.3	Participantes.....	75
5.4	Instrumentos de coleta de dados.....	76

5.5	Procedimento de coleta de dados.....	76
5.6	Procedimento de análise de dados.....	77
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	79
6.1	A evasão escolar no ensino fundamental Público de Praia Grande no ano de 2019.....	79
6.2	A evasão em uma das escolas que apresentou alto índice em 2019.....	79
6.3	Análise do questionário aos educadores sobre a evasão escolar no ano de 2019.....	81
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
8	PRODUTO	119
8.1	Introdução	122
8.2	Objetivos.....	123
8.2.1	Objetivo Geral	123
8.2.2	Objetivos Específicos.....	124
8.3	Desenvolvimento.....	124
8.4	Algumas Considerações.....	128
	Referências (do produto)	130
	REFERÊNCIAS	132
	APÊNDICE – QUESTIONÁRIO VIA <i>GOOGLE FORMS</i>.....	145
	ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL	148
	ANEXO B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO AOS PARTICIPANTES.....	149
	ANEXO C – PLANILHA DOS ALUNOS NÃO FREQUENTES (EVADIDOS)	151

1 INTRODUÇÃO

O ensino fundamental é a base para a formação educacional dos discentes. A frequência regular nessa etapa do ensino é de extrema relevância para o educando se apropriar de conhecimentos essenciais que farão parte da sua formação como cidadão crítico e atuante na sociedade. A relevância do ensino fundamental na formação do cidadão sobressai ao meu olhar, pois trabalho nessa etapa da educação básica.

Na contramão da educação encontro em minha jornada diária os desafios que permeiam a problemática do abandono educacional, denominado evasão. Segundo Patto (1988), altos índices de evasão trazem a necessidade da busca de referenciais teórico-metodológicos para a pesquisa educacional, contribuindo para uma compreensão da problemática do fracasso escolar mais próximo a sua complexidade.

Maria Helena Souza Patto traz a percepção da relevância da evasão escolar e reforça ao longo das suas pesquisas (1982, 1988, 1999) tornando-se uma referência quando se trata dessa problemática entre outras relacionadas ao contexto escolar. No ano de 1992, a autora apontava estatísticas alarmantes no que diz respeito aos educandos que abandonam o processo educacional:

[...] cerca de dois terços das crianças brasileiras entre os sete e os quatorze anos não estão se beneficiando da escola, seja porque não têm acesso aos bancos escolares, seja porque já passaram pela escola mas nela não permaneceram, seja porque embora ainda façam parte de seu corpo discente, integram o grande contingente de repetentes que mais cedo ou mais tarde estará fora da escola, sem ao menos ter concluído as quatro primeiras séries do primeiro grau. (PATTO, 1992, p. 107).

Dialogar sobre o tema refletindo a respeito das pesquisas já existentes é de extrema importância, pois ele está enraizado no nosso sistema educacional e não se apresenta como uma barreira simples de ser ultrapassada. Com o passar dos anos ela vem se repetindo nas pesquisas, como podemos perceber nas contribuições de Patto (1988, 1992, 1999), que dialogam a respeito do abandono educacional. Santos (2020) também traz a reflexão a respeito da permanência do problema na nossa educação ao afirmar que a evasão escolar no Brasil é um problema de longas datas.

Devido à relevância do Ensino Fundamental como etapa da educação básica, faz-se de suma importância uma análise do contexto onde ocorre a evasão. É impossível fechar os olhos para um problema que afeta a vida escolar do discente e de toda comunidade em torno da escola. As consequências não ficam delimitadas apenas ao indivíduo, mas a todo contexto que envolve a escola. Segundo Silva e Santos (2015, p. 4), “Ela não é um problema restrito aos muros intraescolares, uma vez que reflete as profundas desigualdades sociais existentes no país e se constitui como problema social.”

No decorrer da minha trajetória como pedagoga comunitária, cargo no qual atuo desde 2018, percebo que o abandono da vida educacional é um dos principais problemas existentes no ambiente escolar, inclusive na cidade de Praia Grande, vindo a prejudicar a vida do educando.

No exercício da docência fui, dia após dia, percebendo a necessidade de aprender ainda mais sobre a temática da evasão escolar, apropriando-me desse conhecimento e trazendo para a região da cidade de Praia Grande, onde vivo e na qual trabalho desde 2008.

Atuando como pedagoga comunitária, mantenho uma relação direta com as famílias e a escola, aproximando os dois contextos. Agimos na prevenção das situações que prejudicam a vida escolar do educando, desde problemas relacionados à saúde realizando encaminhamentos à rede pública da cidade, até nas situações de faltas e abandono educacional.

No momento em que um discente começa a apresentar faltas consecutivas ou esporádicas (o valor de referência é dez faltas consecutivas ou esporádicas), entramos em contato com a família, inicialmente por telefone, para orientar sobre a importância da educação. Após esse passo, marcamos reuniões com os pais e realizamos visitas domiciliares se houver a necessidade, com a finalidade de resgatar o estudante para o convívio escolar. Caso haja necessidade em último caso, acionamos o conselho tutelar juntamente com a equipe escolar.

No meu cotidiano tenho percebido que questões relativas à falta de interesse nos estudos e falta de uma participação efetiva da família estão entre as causas no abandono escolar. Surgem também razões como doenças do educando e familiares, mudança de endereço sem que o estudante seja matriculado em outra unidade de ensino, entre outras. Mas penso que meu

olhar provavelmente esteja engessado a uma visão determinista da culpabilidade da evasão excluindo-se escola e poder público, que tem, muitas vezes, sido omissos em suas ações.

Apresentar a quantidade de estudantes evadidos sobre a análise dos documentos utilizados na Prefeitura de Praia Grande e também as causas da evasão escolar sobre a ótica dos educadores de uma escola com elevado índice de evasão trará informações de extrema relevância para que sejam adotadas políticas públicas e ações preventivas, conforme a especificidade da população acometida por este mal.

Nessa pesquisa, pretendemos analisar os dados de evasão no ensino fundamental público da cidade de Praia Grande – SP durante o ensino presencial de 2019, elaborando um produto educacional que intervenha na evasão escolar. Haja vista que atuo como pedagoga no auxílio à prevenção da evasão no ensino fundamental, aprender mais sobre o tema traz à luz particularidades sobre suas causas.

Sou formada em Licenciatura e Bacharelado em Educação Física pela Universidade de Franca, e também em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade de Santo Amaro. Pós-graduada em Treinamento Desportivo pela Universidade Gama Filho e pós-graduada em Atendimento Educacional Especializado pela Cristal Santista. Além disso, fiz cursos de especialização, principalmente no que tange a Educação Especial, na qual trabalhei durante sete anos, mas também nas áreas esportiva e de educação. Atualmente, sou concursada pela Prefeitura de Praia Grande como professora de Educação Física, mas trabalho desde 2018 no cargo de Pedagoga Comunitária.

A partir do momento que adquiri ciência do Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental, percebi a possibilidade de ampliar meus conhecimentos, ao mesmo tempo em que volto os mesmos para a ressignificação da minha prática. O curso é voltado para prática no ensino fundamental, etapa da educação na qual pretendo seguir com minha pesquisa. Além do mais, o fato de ser um mestrado profissional abre o campo da minha pesquisa voltada para o meu campo de ação.

O meu enfoque de atuação na prática com os resultados da minha pesquisa é promover ao corpo docente da cidade de Praia Grande maiores

informações sobre a evasão escolar. Ao tomar conhecimento das causas da evasão escolar na cidade, eles passam a ser agentes no combate a este mal.

Com esta pesquisa pretendemos evidenciar os números da evasão escolar na cidade de Praia Grande – SP, identificando a Unidade Escolar com maior número de estudantes evadidos. Dentro da realidade da Unidade Escolar com maior número de discentes evadidos em 2019, visamos elucidar dados a respeito da visão dos educadores a respeito da Evasão Escolar.

1.1 Problema

Qual a quantidade de estudantes evadidos no ano de 2019 na rede municipal de ensino fundamental de Praia Grande e quais as causas da evasão escolar, segundo a percepção do corpo docente de uma escola com elevado índice de evasão?

1.2 Justificativa

A evasão escolar é um dos principais problemas da educação brasileira no ensino fundamental. Pesquisar a respeito da evasão expande os olhares tanto da pesquisadora (professora/pedagoga comunitária da rede de ensino) quanto de moradora da cidade de Praia Grande e de toda sociedade (pais, discentes, docentes, equipe escolar, moradores locais e poder público) em torno da comunidade escolar onde o problema se estabelece.

Utilizando-se da reflexão a respeito do contexto que envolve a evasão escolar, a escola, o poder público e a população de um modo geral, passam a agir pontualmente na sua prevenção. Ao apresentar os dados da evasão no ensino fundamental, medidas de combate ao problema podem ser adotadas na direção onde estão alicerçadas suas causas.

Pesquisas (PATTO, 1988; SANTOS, 2020) relatam sobre o tema do abandono educacional há décadas, como uma problemática enraizada na educação brasileira.

A atualização dos registros a respeito da evasão faz com que possamos perceber se há alterações na causalidade conforme o momento histórico e a sociedade na qual a instituição escolar está inserida. Assim, pode-se repensar nas ações que têm sido realizadas e que não sanaram o problema, além de poder analisar o abandono escolar na comunidade específica, no caso desta pesquisa na cidade de Praia Grande onde foi realizada e as cidades limítrofes.

Esta pesquisa se justifica, também, na importância do conhecimento das causas da evasão no ensino fundamental, da cidade de Praia Grande, para que possa haver ações no combate e prevenção, conforme a especificidade da população em análise.

Em minha prática como pedagoga comunitária, a pesquisa contribuirá para que eu compreenda melhor a magnitude do problema na rede municipal de ensino, levando em consideração todas as unidades escolares e não somente a que atuo. Por meio dessa pesquisa pretendemos propor um projeto construído coletivamente por equipe e corpo docente, com ações voltadas para a evasão escolar, a ser inserido no Projeto Político Pedagógico da Escola.

Esta pesquisa tem seus alicerces ligados à construção de uma escola voltada para a prática social, percebendo os excluídos e marginalizados da educação e promovendo ações democráticas na mediação dialética do conhecimento para que sejam reintegrados.

Um dos critérios utilizados para a escolha da população envolvida na pesquisa foi o fato de eu residir há anos na cidade de Praia Grande e trabalhado em diferentes escolas no município, sentindo-me atraída pela problemática da evasão. Outra razão para a escolha da temática está em atuar diretamente no combate à evasão escolar no meu trabalho como pedagoga comunitária. Além disso, há poucas pesquisas publicadas sobre evasão educacional referenciando o município de Praia Grande.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar os dados de evasão escolar no ensino fundamental público da cidade de Praia Grande – SP durante o ano de 2019, ano anterior às medidas restritivas da Covid-19.

1.3.2 Objetivos Específicos

Apresentar os dados da evasão escolar do ensino fundamental público de Praia Grande no ano de 2019, segundo registros documentais da Secretaria Municipal de Educação.

Relacionar o número de educandos evadidos por ano escolar em uma das escolas de ensino fundamental público de Praia Grande com alto índice de evasão no ano de 2019.

Analisar as causas da evasão escolar, segundo os docentes de uma escola com alto índice de evasão no ano de 2019.

Elaborar um produto educacional de intervenção nas causas da evasão escolar no município de Praia Grande – SP.

2 EVASÃO ESCOLAR – PONDERANDO CAUSAS E A SITUAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL

Ao pensarmos em uma pesquisa voltada para o estudo da evasão escolar precisamos partir de uma investigação a respeito do seu significado, das causas e conseqüências que acarretam esse problema educacional.

Esse capítulo nasce da reflexão a respeito da evasão escolar na realidade brasileira, pensando em expandir o olhar do leitor por meio de diferentes concepções de autores sobre esta problemática que está enraizada em nossa educação.

A presença da evasão escolar é citada há décadas nas pesquisas, o que reforça a necessidade de buscarmos conhecimento e alternativas que venham a contribuir para que essa problemática seja combatida. Ao final dos anos de 1970, a evasão já era identificada como um dos principais problemas de nossa educação (PATTO, 1988; OLIVEIRA, 2007).

Segundo Silva e Santos (2015, p. 1), “Assim como os demais problemas relacionados ao processo de aprendizagem, a evasão escolar é um fenômeno que vem se destacando historicamente no contexto escolar.”

A evasão no quadro educacional brasileiro costuma atingir os discentes com baixa renda, que por muitas vezes foram estigmatizados como incapazes de aprender por um sistema educacional e uma sociedade segregadora. Historicamente culpabilizamos o discente por seus fracassos educacionais e sociais, sem acolher esse educando prestes a sair da escola.

Segundo Patto (1999), até os anos 70 houve um predomínio das explicações das causas do fracasso escolar, cuja evasão é um dos gravames envolvidos, em função das características biológicas, psicológicas e sociais dos educandos, em detrimento à explicação que considerava os aspectos estruturais e funcionais do sistema de ensino como determinante desse fracasso. Ou seja, escola, poder público e sociedade se isentavam do seu papel determinante na manutenção dos educandos dentro dos muros das escolas.

A afirmação da patologia generalizada das crianças pobres, a patologização de suas dificuldades escolares tem algumas conseqüências que convém destacar: dispensa a escola de sua responsabilidade; induz a uma concepção simplificadora do aparato

psíquico dos pobres, visto como menos complexo do que o de outras classes sociais. (PATTO, 1992, p. 112).

Aquino (1997) corrobora Patto (1992) ao contextualizar uma tendência à biologização e psicologização das causas do fracasso do educando remetendo ao mesmo e ao contexto familiar a culpabilidade por quaisquer intempéries educacionais. Ao direcionar o olhar somente ao educando e suas famílias restringimos a visão da complexidade da problemática da evasão educacional.

Surge a necessidade de analisar todas as possibilidades que levam o educando a manter-se no processo de ensino-aprendizagem ou simplesmente abandoná-lo, independente de questões que aparentemente responsabilizem o educando e suas famílias. Segundo Oliveira e Souza (2019, p. 778) a respeito da evasão escolar, “esse fenômeno é multifacetado, ou seja, não há apenas uma única causa que seja definidora do motivo do aluno abandonar a escola.”

Devemos olhar a magnitude do problema da evasão escolar que possui também uma estreita ligação com as instituições e a forma de agir do sistema educacional brasileiro. Para entendermos melhor o contexto que envolve a evasão escolar vamos começar por definir do que trata esse mal que assombra o ensino fundamental.

2.1 Evasão Escolar e suas definições

Segundo Michaelis (2000), evasão vem da palavra *evasio* do latim, que significa o ato de evadir-se; fuga. Enquanto que a palavra evadir vem da palavra *evadere* do latim que significa desviar, evitar. Quando pensamos na evasão dentro do contexto educacional, o seu significado vai muito além de um simples ato de saída da escola, contempla o abandono do processo de ensino-aprendizagem por parte do educando.

Na visão de Borja (2012), o conceito de evasão tem sua definição na saída do educando de seu curso de origem, sem concluí-lo. Fornari (2012), com pesquisas no mesmo ano de Boja, nos chama a atenção para o fato da evasão escolar aparecer no cenário educacional como um problema significativo, por levar à exclusão e ser um problema social.

Já na definição de Silva e Santos (2015) e Souza e Piccolo (2017), o abandono escolar se concretiza nos estudantes que se matricularam na escola, mas que não concluíram o ano letivo.

Para Pereira (2019) e Bordini (2021), a evasão escolar é o ato de abandonar ou ser abandonado pelos estudos, acarretando prejuízos tanto para a escola, quanto para o estudante. A evasão não acontece apenas por iniciativa do estudante, houve um abandono também por parte do sistema educacional que foi permissivo para que ele pudesse se concretizar.

O ato de evadir da escola vai ao encontro de perdas educacionais quase que irreversíveis para a vida de qualquer indivíduo. Reforçam essa afirmativa Silva e Santos (2015), quando relatam que a evasão escolar é um problema alarmante, por se tratar de uma parcela jovem da população que está excluída do acesso à cultura no meio social.

A evasão escolar não se resume apenas às perdas educacionais, no que tange a conteúdos e informações. A partir do momento que o indivíduo é excluído do meio educacional, caminha na direção da desconstrução de um cidadão participativo do meio social, sendo privado de outros direitos sociais. Segundo Freire (2002), os excluídos no meio social acabam por se tornar os chamados marginalizados, incorporados a uma sociedade marcada por injustiças sociais que os oprime.

2.2 Educação como direito de todo cidadão

O direito à educação enquanto direito humano fundamental tem sido amplamente discutido e analisado ao longo da história. A universalização da educação surge paralelamente à necessidade de qualificar a mão de obra para o trabalho. “À Revolução Industrial correspondeu, portanto, uma Revolução Educacional: aquela colocou a máquina no centro do processo produtivo; esta erigiu a escola em forma principal e dominante de educação.” (SAVIANI, 2003, p. 86).

Na visão de Silva Junior (2017), a nível mundial os movimentos que acarretaram a universalização da educação iniciaram de forma mais efetiva

após a Revolução Francesa no século XVIII, sob a liderança da burguesia que reivindicava por mão de obra qualificada.

Saviani (2018) reitera a fala de Silva Junior (2017) ao reafirmar os interesses da burguesia sobre a educação: “O direito de todos à educação decorria do tipo de sociedade correspondente aos interesses da nova classe que se consolidava no poder: a burguesia.” (SAVIANI, 2018, p. 2). A necessidade de capacitar a população para o trabalho caracterizou a expansão inicial da educação voltada para a toda população indiferente da classe social. Seria uma forma de transformar os antigos súditos em cidadãos ilustrados.

A fala de Saviani (2018) considera que a expansão da educação a todos não foi pensada como um direito pertencente a todo cidadão em sua iniciativa. Foi sim pensada apenas como um mecanismo de massificar os conhecimentos necessários para capacitar a mão de obra à realidade da época. A escola acabou por refletir mecanismos de dominação da sociedade capitalista, segregando e excluindo os educandos no momento em que a produção se mostra mais importante que a qualidade em educação. A escola passa a ser uma ferramenta de opressão e produção em massa.

No Brasil, os princípios da obrigatoriedade e gratuidade das vagas para que o ensino fundamental tem seu respaldo legal no Código Penal de 1940, na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e no Código Civil (BRASIL, 1940; BRASIL, 1988; BRASIL, 1996).

No Código Penal encontramos as sanções no caso do descumprimento à educação enquanto direito: “Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar: Pena – detenção de 15 dias a 1 (um) mês, ou multa”. (BRASIL, 1940). O código Penal brasileiro estabelece assim ser um crime cometido pelos pais deixar de proporcionar a educação básica aos seus filhos, não matriculando ou não fornecendo condições para a frequência do estudante às aulas.

Já a Constituição de 1988 traz a seguinte redação a respeito da responsabilidade sobre a educação em seu artigo 227: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda

negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (BRASIL, 1988),

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional destaca o direito do acesso à gratuidade e qualidade na educação: “A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996).

O Código Civil Brasileiro reforça a responsabilidade familiar quanto ao dever educacional: “Art. 1.634. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos: I - dirigir-lhes a criação e a educação; [...]” (BRASIL, 2002).

Respaldado por lei, todo cidadão tem direito à matrícula no sistema educacional brasileiro, mas não se pode resumir o direito a estudar somente ao ingresso no contexto escolar. Os problemas relativos ao acesso e permanência na escola não se resolvem simplesmente com vagas, mas, também, possibilitando aos seus candidatos condições sociais de ingressar e permanecer, pelo tempo a que têm direito (FERRARO, 2002).

Apesar do amparo em lei, não se observa efetivamente a educação ao alcance de todos no momento em que altos índices de evasão ainda atingem as escolas públicas brasileiras. Faz-se necessário, além do acesso, a garantia da permanência e sucesso na escola (FORGIARINI, 2007).

Sabemos que as leis garantem o direito à educação. O que infelizmente nos traz uma sensação de impotência é que há um distanciamento entre as leis e a prática social. Os decretos de lei que garantiram a gratuidade e obrigatoriedade do ensino objetivavam alcançar as classes menos favorecidas na sociedade e foram grandes conquistas no meio educacional, ao menos teoricamente. Fazer com que elas realmente sejam adotadas e contempladas pelos sistemas de ensino passa a ser o diferencial que liga a teoria à prática.

Conforme Flach (2011), há a necessidade da efetivação de estratégias do poder público para que a educação seja garantida no campo da concretude. A garantia da educação deve ocorrer integralmente e não apenas como possibilidade de acesso à escola, pois esta por si só não assegura a permanência do educando. Segundo Fornari (2012), a evasão escolar presente

demonstra que não é suficiente apenas o acesso à escola para impedir que milhões de pessoas sejam esquecidas socialmente e acabem por ser lembradas apenas em quadros estatísticos.

A educação se afirma no pleno desenvolvimento das potencialidades e capacidades de cada um. Na teoria a educação é capaz de transformar, de proporcionar aos seres humanos uma vida como indivíduo participativo na sociedade da qual faz parte. Mas na prática, até que ponto a educação brasileira oferece realmente algo além da vaga ao educando na escola (GADOTTI, 2012).

O Plano Nacional de Educação, a Meta 2, trata da universalização do ensino fundamental de 9 anos para a população de seis a quatorze anos, garantindo que pelo menos 95% conclua essa etapa na idade recomendada (BRASIL, 2014). Dentro das estratégias previstas no plano está fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude e promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude. Estas estratégias nos remetem diretamente à questão do abandono educacional e às ações para que o educando não apenas ingresse, mas permaneçam no ensino fundamental.

Já avançamos muito quanto ao acesso à educação segundo Brasil (2015), mas ainda há um longo caminho a ser percorrido:

O acesso à escola da população de 6 a 14 anos está praticamente universalizado – 98,4% dessa população frequentava a escola em 2013. Com o contínuo avanço da inclusão escolar e a consequente tendência de universalização verificada no período entre 2004 e 2013, as desigualdades de acesso existentes entre grandes regiões, UFs, residentes nas áreas rurais e urbanas, e por sexo, raça/cor e renda diminuíram. Contudo, ainda será preciso avançar nas políticas sociais e educacionais para incluir cerca de 450 mil crianças e adolescentes que estão fora da escola. (BRASIL, 2015, p. 50).

Para que a rede de ensino contemple os discentes de forma efetiva, garantindo que os mesmos possam não somente entrar nas unidades

escolares, mas permanecerem dentro delas, as leis devem ser colocadas em prática pelo poder público e por toda sociedade. Segundo Millen (2010, p. 3), “A despeito disso, o que se observa é que a escolarização neste país cresceu em termos quantitativos, mas ainda não tem sido plena no que se refere ao alcance de todos os cidadãos.” Silva e Santos (2015) concorda com Millen ao afirmar que a lei garante a todos o direito um ensino de qualidade, mas existe uma defasagem no que diz respeito à prática quando observamos a educação brasileira - as vagas são ofertadas apenas quantitativamente. Para que a educação possa ser considerada um direito social há de se ofertar ensino de qualidade.

A educação como um direito social acaba por trazer à tona a possibilidade do indivíduo de se tornar um cidadão operante no meio social. Segundo Silva Júnior (2017, p. 200), “A educação possibilita à pessoa desenvolver-se plenamente e continuar aprendendo ao longo da vida. É também um bem público da sociedade, na medida em que possibilita o acesso aos demais direitos.”

Para Pereira (2019), a educação é um interesse público, tornando-se condição essencial para que todo indivíduo se faça membro da sociedade. Portanto, a Educação não se trata de um processo de especialização de determinadas funções, mas da formação integral do indivíduo para uma sociedade integrada. A educação como um direito se concretiza no momento em que todo indivíduo é contemplado sem que suas características pessoais como gênero, raça, religião, condição econômica ou deficiência sejam impedimentos.

Não bastam somente palavras e assinaturas para que a educação se consolide como fato. Somente quando as leis realmente saírem do papel, teremos ações concretas na diminuição da evasão escolar na educação brasileira.

A educação como um direito é a educação que não exclui e não contribui para o aumento nos números do abandono escolar. É um direito pertencente a cada indivíduo como cidadão e não apenas uma lei bem escrita aos olhos de quem vê. O direito à educação não é o direito de se matricular na escola, mas o direito de permanecer e aprender na escola.

2.3 A evasão escolar no Brasil – algumas considerações

A evasão escolar é um problema presente e persistente na realidade brasileira, já está historicamente alicerçado em uma estrutura educacional frágil. Historicamente o Brasil vem enfrentando o problema da evasão escolar desde o início do século passado, a partir do momento em que a lei da obrigatoriedade de ensino gradualmente se transformou numa proposição a ser defendida (PEREIRA, 2019).

Segundo Freire (2000) percebe-se refletido na nossa educação um desrespeito aos fracos, discriminando os índios, o negro, a mulher e reforçando uma educação pautada na exclusão.

A escola figurou-se em métodos discriminatórios excluindo as minorias. Os atores que fazem parte da dura realidade de educandos marginalizados da educação mudam com o tempo, mas o problema da evasão permanece indiferentemente do caminho percorrido pelo processo de democratização do ensino. Há variantes a serem consideradas no quadro histórico, político e social dos educandos, como também provavelmente haja nas causas que acarretam a evasão escolar.

Oliveira (2007) já vinha discutindo a presença da desigualdade e exclusão dentro do ensino fundamental através de uma educação produtora de desigualdade educativa:

Setores mais pobres reprovam mais, evadem mais, concluem menos, o mesmo ocorre com negros e meninos, mas, mais importante que isso, aprovam mais, permanecem mais e concluem mais do que em qualquer outro momento de nossa história educacional, ainda que permaneçam como os setores mais excluídos. Só que não são excluídos da mesma maneira que no passado! (OLIVEIRA, 2007, p. 682).

Não é de hoje que a educação brasileira se fundamenta em uma forma excludente das classes menos favorecidas. Segundo Forgiarini (2007), as altas taxas de evasão não são recentes, mas um fenômeno presente há, pelos menos, seis décadas na educação brasileira.

Essa afirmativa releva que houve melhora nos números dos excluídos da educação brasileira, que em outros tempos fora disponibilizada somente para quem podia pagar por ela. Mas a extensão do ensino a todos de modo

capitalista, implantada como se fora em forma de produção, continua consagrando-se no fracasso escolar.

No momento em que não são dadas condições de ingresso e permanência dos estudantes, principalmente aos das classes sociais menos favorecidas economicamente, a educação passa a ser mais um mecanismo em uma sociedade capitalista que oprime as minoria e exclui os educandos do sistema educacional (CHAUÍ, 2009). Dos Santos (2020, p. 2) corrobora Chauí ao afirmar: “A evasão nas escolas, merece dessa forma uma certa atenção especial, pois não se trata de um problema restrito a algumas escolas, mas sim, um problema de âmbito nacional, que atinge principalmente as classes mais desfavorecidas da sociedade.”

A evasão escolar, juntamente com a reprovação, dificuldades de aprendizagem, entre outras problemáticas, passa a ser um dos aspectos que leva nosso atual sistema educacional ao fracasso escolar. Não somente na atualidade percebemos os problemas na Educação brasileira que culminam no fracasso do ensino ofertado. De acordo com Patto (1999), é possível perceber que o Fracasso Escolar (salientamos que o fracasso escolar não se trata da evasão, mas da consequência de vários aspectos que prejudicam o contexto educacional, como o abandono escolar e a reprovação) persiste ao longo da história da escola pública brasileira e parece estar imune às ações já desenvolvidas na tentativa de sua superação.

“O fracasso escolar surgiu, quando a maioria da população, formado por membros das classes trabalhadoras urbanas e rurais, teve acesso à escola pública e gratuita.” (FORGIARINI, 2007, p.1). Segundo Forgiarini (2007), a universalização do ensino com a possibilidade de um ensino gratuito para contemplar todas as classes sociais não absteve a educação brasileira de problemas relacionados à baixa qualidade de ensino e à evasão dos discentes. Superar o fracasso escolar apresenta-se como um desafio para o Sistema Educacional Brasileiro, pois o desenvolvimento econômico, social, cultural e científico é comprometido diante de índices elevados de evasão e repetência nas escolas.

Segundo Silva (2019), a presença da evasão escolar no sistema educacional é um dos pilares do fracasso escolar e indica que há a necessidade de mudanças no mesmo.

Para Pereira (2019), o fracasso escolar trata-se de um grave problema no sistema educacional brasileiro que atinge os estudantes mais pobres. Uma das características pertencentes ao sistema educacional fracassado trata-se da exclusão dos educandos do seu contexto, consequência das dificuldades ao longo dos anos que implicam no abandono do processo de ensino-aprendizagem.

Pesquisas a respeito do ingresso e permanência escolar foram realizadas e vêm a reforçar a realidade da nossa educação onde muitos não concluem o ensino fundamental. Em 2007, as pesquisas de Forgiarini (2007) revelaram que, 41% dos discentes que ingressam na 1ª série do Ensino Fundamental não conseguem terminar a 8ª série.

Já no ano de 2010, Gadotti (2010) relatou haver 97,9% das crianças e jovens de 7 a 14 anos na escola, com uma evasão de 20%, o que provoca 40% de defasagem série-idade na educação básica. Em 2016, Andrade Neto (2016) enunciou que 4,8% dos educandos matriculados no Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries/1º ao 9º ano) abandonaram a escola.

Pereira (2019) ao analisar o ano referente à nossa pesquisa, 2019, relatou que de 100 estudantes que ingressam na escola, apenas 5 concluem o ensino fundamental, ou seja, 5 terminam o 9º ano.

Passaram-se os anos entre as pesquisas de Forgiarini (2007), Gadotti (2010), Andrade Neto (2016) e Pereira (2019), mas a problemática da evasão permaneceu enraizada na educação brasileira, coibindo os marginalizados da educação a serem os futuros marginalizados na vida em sociedade. A escola deveria ser vista como um espaço de libertação, onde o educando de baixa renda tem a possibilidade de acesso como qualquer outro.

A outrora denominada democratização do ensino, onde todos têm direito a uma vaga dentro da escola, não é realmente a garantia de direitos de um indivíduo à educação. É necessário que seja ofertado um ensino de qualidade para que o estudante permaneça na vida educacional, pois somente garantir a entrada da criança ou do jovem na escola não faz com que permaneça nas salas de aula.

Não podemos esquecer que a frequência regular no ensino fundamental é de extrema relevância para o educando se apropriar dos conhecimentos

básicos que servirão como base da sua formação como cidadão para ser um indivíduo crítico e atuante na sociedade.

2.4 As causas da evasão escolar

Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e da Constituição de 1934 estabelecerem a obrigatoriedade e gratuidade do acesso à educação de forma universal a todos os brasileiros, a garantia da permanência dos discentes vem sendo ameaçada por diversas causas. Iremos elencar a percepção a respeito da evasão por diferentes autores em diferentes espaços de tempo para observar a persistência da problemática ao passar dos anos e suas especificidades conforme distintas populações e olhares - Bruns (1987), Patto (1999), Biancalana (1998), Leon e Menezes Filho (2002), Queiroz (2004), Oliveira (2007), Ceratti (2008), Cortês (2009), Silva et al. (2018), Falcão (2010), Fornari (2012), Johann (2012), Madalóz, Scalabrin e Jappe (2012), Andrade Neto (2016), Sagrilo (2016), Silva Júnior (2017), Costa (2017), Bezerra (2017), Camargo e Rios (2018), Krindges e Natário (2020), Santos (2020) e Bordini (2021).

A persistência do abandono escolar ao longo dos anos no quadro educacional brasileiro torna ainda mais importante a necessidade de continuarmos nesse caminho de estudos sobre o tema, pois a mudança histórica e social acaba por interferir nas causas e características dos indivíduos envolvidos no contexto.

Nos estudos de Bruns, as causas encontradas para a evasão foram “necessidade do trabalho por parte do jovem aluno; que os alunos não estão preparados para a escola que tem e nem a escola está preparada para o aluno que possui; a seletividade e a elitização do ensino [...]” (BRUNS, 1987, p. 37).

Biancalana (1998) ao remeter informações a respeito das causas da Evasão escolar, a coloca como um dos entraves que ocasiona o fracasso escolar e relaciona dois tipos de motivos: extraescolares – ligados a realidade socioeconômica da população brasileira, relações de trabalho, condição de pobreza, ingresso precoce no mercado de trabalho para que a família tenha

uma renda familiar básica – e intraescolares – relacionados com os programas e currículos escolares, recursos humanos e materiais, bem como as práticas desenvolvidas no ambiente escolar.

Patto (1999) por meio do livro ‘A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia’, torna-se uma referência quando se trata de evasão escolar além de outras problemáticas que levam ao fracasso educacional. Ao tecer considerações a respeito do fracasso educacional das crianças pobres de uma escola pública em um bairro periférico de uma grande metrópole, traz um olhar da real ação excludente da ação da escola que culpabiliza o próprio estudante por seu fracasso. A percepção da autora sobre a realidade estudada foi que a rotulação de educandos, patologizando suas dificuldades, focando apenas nas suas vulnerabilidades, utilizando-se de um ensino alienado e discriminatório afasta os discentes do ambiente escolar.

Os altos índices de repetência e evasão apontados nos estudos de Patto (1999) trazem a tona a triste realidade da concretização de uma escola que hoje, em 2022, após 23 anos da pesquisa da autora ainda é presente em inúmeros espaços educacionais: uma escola que procura identificar os mais capazes ignorando a individualidade dos educandos. A escola permanece atrelando o fracasso dos estudantes a problemas diversos aos espaços escolares, utilizando métodos rotulam os discentes por meio de notas, da reprovação, que por fim acarretam sua desistência do processo escolar e a evasão.

Leon e Menezes Filho (2002) concluíram em seus estudos que a reprovação é um dos principais determinantes da evasão escolar pois a taxa média de evasão dos estudantes que cursavam da 4ª à 7ª série entre os aprovados era de aproximadamente 3%, enquanto que para os reprovados a evasão era cerca de 17%, quando a pesquisa foi realizada.

Segundo Queiroz (2004, p. 1):

Vários estudos têm apontado aspectos sociais considerados como determinantes da evasão escolar, dentre eles, a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, a desnutrição, a escola e a própria criança, sem que, com isto, eximam a responsabilidade da escola no processo de exclusão das crianças do sistema educacional.

Oliveira (2007) enfatiza a estreita relação entre os estudantes segregados e sua condição social, apontando a evasão como uma condição

particularmente mais suscetível aos pobres, negros e meninos no nosso país. Freire (1996) enfatiza que a discriminação é imoral e lutar contra ela passa a ser um dever, no momento em que não há superioridade dos brancos sobre os negros ou então justificativas genéticas, sociológicas ou filosóficas associadas ao fracasso dos estudantes. Usar esses argumentos é um pretexto do contexto educacional para mascarar suas ações excludentes.

Ceratti (2008) relata que o resultado a evasão escolar é produto da interação dos seguintes tipos de determinantes: psicológicos (referentes a fatores cognitivos e psicoemocionais dos estudantes), socioculturais (relativos ao contexto social do discente e as características de sua família), institucionais (baseadas na escola, tal como, métodos de ensino inapropriados, currículo) e as políticas públicas para a educação. Além daqueles ligados à economia e à política.

A complexidade que envolve a temática da evasão escolar vai além da simples decisão de deixar o contexto educacional. Ao analisarmos a fala de Ceratti (2008) podemos perceber a magnitude dos processos que levam ao educando a desistir do processo de ensino. Não somente devemos direcionar o nosso olhar para o discente, mas para o contexto familiar, escolar e social no qual ele se encontra inserido, além de observar as políticas públicas adotadas em razão do problema da evasão escolar.

Já Cortês (2009), relata que grande parte da evidência empírica demonstra uma ligação entre evasão e pobreza, além de mencionar o trabalho infantil como obstáculo na obtenção de níveis educacionais. Silva et al. (2018, p. 3), corrobora a opinião de Cortês da existência de uma relação entre evasão educacional e fatores econômicos: “Muitos alunos também abandonam as escolas por fatores de necessidade econômica, onde muitos jovens já iniciam a trabalhar durante o dia, estudam a noite e como consequência disso, abandonam as aulas devido ao cansaço do dia de trabalho.”

Essa predisposição das classes marginalizadas à evasão escolar por vezes gera na fala daqueles que querem excluir a responsabilidade do sistema escolar os dizeres que esses indivíduos estão mais suscetíveis ao fracasso escolar por sua condição genética ou social. Na realidade há falhas nas políticas públicas quanto a sua responsabilidade perante os estudantes excluídos.

Um estudo realizado por Cortês (2009) coloca os motivos do abandono escolar divididos em quatro grupos: dificuldade de acesso à escola (10,9%), necessidade de trabalhar (27,1%), falta de interesse por parte do educando (40,3%), outros motivos (21,7%).

Falcão (2010) revela que a principal razão do abandono escolar seria a “chatice da escola”(sic), relacionada a sua desconexão em relação ao mundo extraescolar levando ao desinteresse do discente. A escola precisa estar contextualizada, conectando conteúdos e facilitando a construção de conhecimentos para que se torne atraente (FALCÃO, 2010).

Já Fornari (2012) aponta como aspectos determinantes da evasão as relações familiares, as políticas de governo, o desemprego, a desnutrição, a escola e a própria criança. Em relação a aspectos socioeconômicos que acarretam a evasão escolar há a necessidade de trabalhar como uma das causas. A família aparece como um dos determinantes da evasão escolar, seja pelas suas condições de vida ou por não acompanhar o educando em suas atividades escolares.

Segundo Johann (2012), dentre as causas da evasão, entre outras, encontramos más condições de vida e político-econômicas de grande parte da população escolar brasileira, programas de governo ineficazes, currículos e práticas pedagógicas descontextualizadas, falta de incentivos e estagnação do trabalho pedagógico, falhas na atual estruturação das instituições de ensino e a falta de sentido para estudar.

Madalóz, Scalabrin e Jappe (2012), ao questionar professores de uma escola da rede pública em uma cidade do Rio Grande do Sul a respeito do fracasso escolar - que se concretiza em várias situações problemáticas para o meio educacional, entre elas a evasão escolar -, obtiveram como resposta ao questionamento dos motivos pelo qual ele acontece: falta de acompanhamento por parte dos responsáveis à vida escolar dos estudantes e condições socioeconômicas dos mesmos que não propiciam condições adequadas ao aprendizado; falta de estímulos, metodologias e planejamento adequados à necessidade dos discentes; falhas na formação dos professores; descaso pelo poder público.

Conforme Andrade Neto (2016), os motivos mais frequentes alegados pelos pais ou responsáveis para a evasão dos estudantes nos anos iniciais do

ensino fundamental (1ª a 4ª séries) são: escola distante de casa, falta de transporte escolar, não ter um adulto que leve até a escola, falta de interesse e ainda doenças/dificuldades dos educandos. Quanto aos discentes dos anos finais do ensino fundamental (6ª a 9ª séries), ajudar os pais em casa ou no trabalho, necessidade de trabalhar, falta de interesse e proibição dos pais de ir à escola são as razões mais frequentes para o abandono educacional.

Nas pesquisas de Sagrilo (2016), as causas mapeadas em entrevista com os estudantes e responsáveis foram: negligência dos responsáveis, trabalho do adolescente, envolvimento com drogas ilícitas (consumo ou comércio), gravidez, casamento (relação estável), dificuldade de aprendizagem, doença do estudante ou familiar, mudança de endereço, falta de vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil para os filhos dos adolescentes. Ao verificar as causas da evasão pela ótica dos estabelecimentos de ensino, Sagrilo (2016) obteve divergências em relação às respostas dos pais e discentes, percebendo uma culpabilização dos estudantes pelo abandono por parte da escola.

Entre as causas da evasão escolar estão: a falta de autoestima, fragilidade na saúde, má alimentação, desvios por más companhias, ausência de perspectivas futuras, dificuldades para assimilar o que é ensinado, incompatibilidade com professores (SILVA JÚNIOR, 2017).

Segundo Costa (2017, p. 46):

“A gravidez precoce, problemas familiares e pessoais e o trabalho são os principais e mais explícitos motivos da evasão, no entanto, existem os casos mais agravantes como problemas com droga e violência doméstica, bullying sofrido constantemente por alguns alunos e problemas psicológicos como os traumas.”

Nos estudos de Bezerra (2017), estudantes pertencentes ao EJA apontaram como motivo por terem abandonado os estudos no ensino fundamental a violência, o preconceito, afazeres domésticos e o trabalho que foi apontado como maioria pelos discentes. Relataram que a falta de estudo contribui para as dificuldades em suas vidas e a precariedade no trabalho.

Segundo Camargo e Rios (2018, p. 20):

A evasão escolar pode ocorrer devido a diversas situações e a distintas condições, internas ou externas ao indivíduo. Considerando as condições internas de estudantes adolescentes/jovens, enfatiza-se o desenvolvimento cognitivo, as questões de afetividade, emoção, motivação e os relacionamentos desses sujeitos. Entre as situações exteriores mais percebidas podemos citar as condições de ordem

social e econômica das famílias dos estudantes, determinando a necessidade do trabalho para obtenção de renda, e as condições oferecidas pelas instituições quanto a infraestrutura física e pedagógica e a gestão, profissionais despreparados e desmotivados, além da formação inicial e continuada dos professores ser reconhecidamente falha.

A falta de interesse dos estudantes abre as possibilidades de associação a falhas no sistema educacional, que excluem o educando da sala de aula, mas não exime a responsabilidade do núcleo familiar dos discentes. Para Pereira (2019), a família tem sua parcela de responsabilidade sobre o abandono escolar no momento em que situações pertencentes ao núcleo familiar refletem na infrequência do educando na escola, como a necessidade de complementação de renda ligada a falta de recursos financeiros. Como fatores determinantes da ocorrência da evasão encontram-se a escola, o educando, os pais/responsáveis e meio social, estando entre suas causas a gravidez precoce, necessidade de complementação de renda familiar, as relações familiares, defasagem (ano/idade), gênero, escolaridade dos pais.

Para Santos (2020), dentre os razões que levam o estudante a evadir estão: a necessidade de trabalhar para ajudar a família; escola distante de casa; não ter um adulto que leve até a unidade escolar, falta de interesse, doenças, falta de transporte escolar, a necessidade de sustentarem-se, o ingresso na criminalidade e na violência.

Para Krindges e Natário (2020, p. 188), “Uma educação que não tem significado algum para o aluno, desmotiva o mesmo a participar do processo de ensino-aprendizagem e acaba por marginalizar educandos durante seu processo.” Compreende-se assim a relação entre as metodologias aplicadas em sala de aula com a falta de interesse dos estudantes que acabam evadindo do contexto educacional.

Bordini (2021) também apresenta dentro das causalidades da evasão escolar fatores relacionados às práticas educacionais como dificuldade em acompanhar o conteúdo das aulas e desmotivação ligadas a falhas nas práticas pedagógicas e na formação do corpo docente. Ao mesmo tempo o autor percebe que dificuldades financeiras também provocam o abandono por parte dos discentes.

Podemos perceber no cotidiano educacional, ao observarmos os discentes que evadem, um aspecto que influencia na tomada de decisão,

indiferente dos fatores referentes à falta de interesse ou necessidade de trabalhar: o posicionamento da família em relação ao educando e o processo de ensino-aprendizagem determina se o mesmo abandonará ou não os estudos. A influência que ela exerce é determinante no momento da tomada de decisão do estudante na direção do abandono.

2.5 Consequências da Evasão Escolar

Esse cenário de inúmeras causas que afligem o sistema educacional brasileiro reflete na evasão escolar, que por sua vez prejudica a vida dos futuros cidadãos da nossa sociedade. Camargo (2018) relata que a evasão escolar se apresenta em todos os níveis de ensino do país, constituindo-se em mais um fator de exclusão social.

O acesso e a permanência dos indivíduos na escola contribuem para a democratização dos conhecimentos e cria condições individuais e coletivas para o desenvolvimento da consciência sobre a realidade social em que vivem e sobre as relações existentes nos contextos dos quais são seres históricos, econômicos e políticos (FLACH, 2011, p. 286).

O ato da evasão escolar vai muito além do abandono da vida educacional pelos discentes, vai ao encontro de um mundo de exclusão da participação em sociedade como ser crítico e atuante. Borja (2012) afirma que a evasão escolar se constitui em um problema emergencial pois impede que haja desenvolvimento em qualquer que seja o país onde ocorra.

Os excluídos do sistema educacional poderão ser os indivíduos marginalizados no convívio social e em oportunidades como cidadãos. De acordo com Aurigletti (2014, p. 1), “A evasão escolar é um fenômeno que tira da escola milhares de alunos que poderão vir a se tornar os futuros excluídos da sociedade e do mercado de trabalho.”

Silva Júnior (2017) ressalta que a educação é pré-requisito para o indivíduo atuar plenamente na sociedade moderna. Sendo assim, abster os seres humanos do direito à educação traz consigo a privação de uma vida como cidadão participativo.

Quando se trata de evasão não são apenas números de educandos que diminuem dentro das salas de aula brasileiras, se trata de inúmeros cidadãos

que hoje são prejudicados na vida educacional e que futuramente terão sua vida em sociedade também prejudicada. Bordini (2021) acredita que as práticas cristalizadas no meio educacional provocam a evasão escolar e esta traz consigo consequências não somente culturais para o educando, mas sociais, políticas e econômicas.

Ao ingressar no universo educacional o educando tem a possibilidade de se transformar em um indivíduo crítico e atuante na sociedade. A segregação do educando de seu processo de ensino-aprendizagem reflete na marginalização do ser social e político que a instituição escolar deveria formar.

Segundo Silva (2019), a evasão escolar reflete negativamente no desenvolvimento da educação, não somente no sistema educacional, mas no próprio crescimento intelectual dos educandos.

A evasão escolar acaba por ferir nossa sociedade fora dos muros da escola também. Pereira (2019) relata que a escolarização é indispensável para o processo de democratização necessário à igualdade de condições, domínio de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades intelectuais importantes para o exercício das tarefas sociais e profissionais na vida em sociedade.

No nosso país, apesar do ingresso dos estudantes na rede pública de ensino assegurado por lei, percebe-se uma exclusão dos educandos das instituições escolares, principalmente no que se refere aos estudantes em condições econômicas e sociais menos favoráveis.

A garantia pela porta de entrada das escolas não tem sido a mesma que mantém os estudantes dentro delas por inúmeros fatores, associados ao interesse do próprio discente estreitamente ligado ao fracasso escolar, ao meio familiar, e ao próprio contexto educacional com políticas públicas descontinuas, mal empregadas.

Ao estudar o tema evasão escolar, abrimos uma porta para uma reflexão da problemática na educação brasileira. Entender melhor como acontece essa exclusão escolar dos estudantes abre horizontes para que medidas sejam adotadas no sentido de minimizar seu danos na nossa educação. Nessa perspectiva é de suma importância abordar o tema e esclarecer a respeito, atualizando informações a fim de desvendar suas particularidades dentro de cada momento histórico e social na qual acontece.

3 A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E A EVASÃO ESCOLAR

Fomos acostumados a uma realidade escolar fortemente marcada pela sociedade capitalista da qual fazemos parte, com métodos voltados à produção de resultados (CHAUÍ, 2009). Nosso olhar acabou sendo contaminado por uma visão de normalidade associada à forma excludente como a escola age, marginalizando os estudantes que não se adequam aos seus moldes pré-estabelecidos.

Para Chauí (2009) o lugar da cultura dominante se legitima no exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social, reforçadas por uma sociedade oligárquica, hierárquica e autoritária, na qual estamos inseridos.

Quando a escola não tem seu olhar voltado para a individualidade do educando como ser histórico, social e político, sua função social é negligenciada e se apoia em uma educação alienante que forma para a submissão em um meio social opressor. A instituição escolar que não valoriza o indivíduo em um ensino crítico para a superação das desigualdades sociais é a mesma que acaba vitimando o discente ao abandono educacional. Terencio (2014) relaciona a causalidade da evasão escolar às influências antidemocráticas que marcam o contexto escolar.

Para Patto (1992), a escola, baseada em métodos excludentes e padronizados de produção de conhecimento, age sobre os educandos de forma a provocar a desistência da escola o processo educacional, legitimando a evasão do estudante como se fosse consequência do próprio fracasso

Em geral, as crianças são mantidas na escola durante muitos anos, até que mecanismos escolares mais ou menos sutis de expulsão acabem por se impor. Tirar da escola uma criança que “vai bem” não é a regra, o que contraria a versão do senso comum, segundo a qual a desvalorização da escola pelos pobres seria a principal causa de evasão escolar. (PATTO, 1992, p. 118).

3.1 A Escola na exclusão social

A escola, inserida em um contexto social, é influenciada pelas suas características, pois não existe uma escola fora do âmbito social e não existem indivíduos exilados do meio ao qual pertencem. Segundo Morin (2000, p.105), nas interações entre os indivíduos há a criação da sociedade que retroage

sobre os mesmos, sendo assim não são apenas inseparáveis, mas coprodutores um do outro, apoiando-se e nutrindo-se. Não há como dissociar o homem do meio social onde vive, pois o ser humano não é apenas físico, biológico e psíquico, mas também cultural, social e histórico.

Os seres humanos, enquanto seres sociais, refletem no seu modo de ser e agir aspectos da esfera social da qual fazem parte, no nosso caso somos fortemente marcados pelo capitalismo. Segundo Chauí (1995), a sociedade brasileira perpetua as marcas da sociedade colonial escravocrata, vigorosamente hierarquizada onde as relações sociais se apresentam na relação de mando entre um superior e um inferior, que apenas obedece.

Somos oriundos de uma sociedade colonial e fechada. Na sociedade fechada há uma manutenção do status ou privilégio e se desenvolve todo um sistema educacional para manter este status. Nesta sociedade se constitui uma elite que governa e se impõe às massas populares, fazendo com que ela esteja sobre o povo e não com o povo (FREIRE, 2007, p. 18-20). Para Freire (1996, 2007), a experiência dominadora reflete na adaptação a situações negadoras de humanização.

Segundo Sagrilo (2016), a sociedade capitalista, recriando desigualdades sociais, econômicas e culturais, colabora para o problema da evasão escolar. O estudante evadido provavelmente apresenta outras violações de direito, frutos de uma sociedade desigual.

Influenciado pela sociedade antidemocrática na qual se apresenta, o sistema educacional que observamos passa a ser excludente na sua essência, baseado numa relação exploratória. Os explorados nada mais são que os marginalizados na cultura e na vida em sociedade, são os esquecidos e abandonados pelas instituições escolares, tanto quanto renunciados pelo meio social onde vivem.

Terencio (2014) afirma que as interferências externas ao ambiente escolar, advindas do sistema capitalista presente na nossa sociedade atual, juntamente com os problemas internos, acabam contribuindo para o problema grave na nossa educação concretizado no abandono escolar. A atual conjuntura social e educacional continua a fornecer mão de obra barata, com

baixa escolaridade e desqualificada com vistas apenas a satisfazer as necessidades do mercado.

Segundo Patto (1992, p. 108), “há muitas décadas que a quase totalidade das crianças que não conseguem atingir o mínimo de escolaridade previsto em lei faz parte dos contingentes populares mais atingidos pelo caráter excludente do capitalismo nos países do Terceiro Mundo.”

O que se pode perceber é que o ensino pré-determinado e colocado de uma forma generalizada a todos, descontextualizado da origem dos indivíduos que a ela chegam, foi ofertado pelo Estado de uma forma pré-moldada e reprodutiva. Chauí (1995) relata que o modo tradicional de ensino coloca o Estado como balcão de subsídios e patrocínios financeiros, distribuindo às suas instituições escolares do mesmo modo a forma reprodutiva de disseminar o conhecimento.

Segundo Chauí (2009), os mecanismos de atuação das instituições escolares refletem totalmente o meio social que vemos hoje no nosso país caracterizado pelo isolamento, fragmentação e atomização de seus membros. “Assim, o Estado se apresentava como produtor de cultura, conferindo a ela generalidade nacional ao retirar das classes sociais antagônicas o lugar onde a cultura efetivamente se realiza.” (CHAUÍ, 2009, p. 43).

A atual forma tecnicista, reducionista e compartimentada da educação traz a tona uma inteligência míope, onde a natureza humana é totalmente desintegrada, por meio das disciplinas. Para restaurar a natureza humana os indivíduos precisam tomar consciência da necessidade de retomarem sua cidadania terrena (MORIN, 2000).

Segundo Gomez (1998), percebe-se uma aceitação das particularidades de uma sociedade desigual e discriminatória como naturais, considerando as diferenças entre os indivíduos fruto de seu esforço, reforçando o individualismo. Por consequência, a competitividade, em detrimento da solidariedade cria marcas desde o início da aprendizagem escolar.

A ação discriminatória e excludente ofertada pelas instituições escolares gera o desinteresse dos indivíduos por não se sentirem parte do processo de aprendizagem. O Estado, que deveria agir em prol da qualidade da educação em um ensino voltado para a vida dos discentes em sociedade, age na direção

da manutenção das diferenças de oportunidades no momento que proporciona uma educação massificadora.

Segundo Terencio (2014), o abandono escolar acontece no momento em que a escola não quebra as barreiras ideológicas impostas pelo neoliberalismo para ofertar uma educação emancipatória,.

A produção e reprodução das injustiças alicerçadas numa propagação de conhecimento sem significado faz da escola um mecanismo segregador, pois não vê a individualidade do contexto de seus educandos. Infelizmente não observamos na escola o interesse com a cultura dos lados de fora dos muros das instituições, o conhecimento trazido pelo estudante é praticamente ignorado.

A formação escolar voltada para o mercado de trabalho reforça os alicerces de uma escola que alimenta uma sociedade classista visando habilitar o educando para manter sua condição de explorado pela sociedade antidemocrática da qual faz parte. O indivíduo sequer tem a real proporção do processo produtivo no qual está inserido, em uma escola antidemocrática e antissocial.

Para Freire (1996, p. 25): “É uma pena que o caráter socializante da escola, o que há de informal na experiência que se vive nela, de formação ou deformação, seja negligenciado.” Na fala de Freire podemos perceber o quanto o papel da escola tem andado distante da função de fazer e ser pelo social.

Na história da educação, aparentemente dando condições educacionais e oportunidades iguais a todos, surgiu a universalização do ensino. A universalização da escola como oportunidade e direito social na verdade acabou por mascarar a intenção de compor a mão de obra especializada da qual a sociedade necessitava.

A escola para todos acabou reforçando a produção em massa de sociedade capitalista e excluindo ainda mais os marginalizados. A problemática da atual forma de ser da instituição escolar surge no momento em que ela continua a voltar-se apenas para os resultados visando à geração de mão de obra alienada, mantendo as classes submissas nos atuais patamares que se encontram.

A abertura de vagas no ensino não foi refletida na qualidade da educação ofertada, já que garantido o direito de entrada do estudante não lhe

foi dada a garantia de ser realmente reconhecido como parte da escola. A chamada massificação do conhecimento, apenas para justificar o alcance de todos, generalizou as formas de disseminar a cultura e tornar a escola totalmente desvinculada de uma proposta social. Para Cruz e Agudo (2018), a universalização da educação sistematizada e a mudança da escola pública de instituição social para organização social refletiu em uma problemática dual entre qualidade e quantidade.

“A ampliação/universalização do acesso ao ensino obrigatório no país é um fato, pode-se afirmar que, a partir da década de 60, foi se constituindo uma verdadeira escola de massas.” (BUENO, 2001, p. 3). O acesso generalizado à escola fundamental, por falta de políticas educacionais adequadas, ampliou o número de vagas, mas não proporcionou a qualidade do ensino oferecido. Se no passado a seletividade escolar estava na não oferta de vagas a todos, hoje está na má formação dos indivíduos que se evidencia na quantidade de analfabetos funcionais gerados no processo educacional no nosso país.

A questão foi que ao formar o cidadão para o mercado de trabalho, o ensino produzido pelas escolas foi baseado em fórmulas fracassadas sem sentido para a vida dos educandos em sociedade. Abrir as portas da escola com vagas não significa que os protagonistas da educação lá permanecerão. Anteriormente à universalização da educação o que se tinha da escola era uma instituição apenas para as classes sociais de maior poder aquisitivo, posterior é uma escola para todos apenas no que tange à possibilidade de matrícula, mas que falha na construção do conhecimento que proporciona às classes marginalizadas da sociedade, acabando por gerar muitas vezes durante o processo o abandono educacional.

No momento que a escola permanece negligenciando condições de permanência para os discentes das classes sociais mais frágeis da sociedade, ela continua contribuindo para a exclusão dos mesmos. Segundo Freire (2002), a relação opressora fica camuflada em uma falsa generosidade da nossa sociedade assim como da escola, que estaria oferecendo ilusoriamente oportunidades iguais a todos.

Os indivíduos que eram excluídos por mecanismos de seletividade (condições pessoais, familiares, culturais e econômicas), passaram a frequentar a escola, mas permaneceram sofrendo a seletividade gerada pela

educação de baixa qualidade que lhes foi ofertada. Se a escola não exclui seus educandos para fora de seus muros, exclui dentro deles desvinculando sua função social. Segundo Oliveira (2007, p. 682), “a desigualdade existente hoje não é mais a mesma e nem ocorre nos mesmos termos da que ocorria no passado.”

A educação passa a ser mais um moeda dentro do universo capitalista, pois não trabalha o estudante para o exercício da cidadania, exerce no educando um poder de opressão. A mercantilização surgiu como mais uma ameaça à educação, pois surge o entendimento de que a educação é uma mercadoria. Percebe-se na cultura o seu valor para o mercado de trabalho simplesmente (GADOTTI, 2010).

O ensino de conteúdos descontextualizado oferecido pelas instituições de ensino não possui significância alguma para os educandos ao saírem delas. A escola assim se resume a um lugar onde se decoram conceitos e finge-se que há apreensão dos mesmos. Da mesma forma, o currículo apresentado nas instituições converte os moldes da atual sociedade. Segundo Silva (2005), o currículo traz consigo as marcas indeléveis das relações sociais de poder, reproduzindo culturalmente as estruturas sociais.

O currículo é capitalista, tendo um papel determinante na reprodução da estrutura de classes desse modelo social, agindo como um aparelho ideológico do Estado. Sendo assim, se define como um território político que transmite a ideologia dominante do Estado Capitalista (SILVA, 2005, p. 147-148).

Para Moreira e Silva (2002, p. 7) “o currículo é considerado um artefato social e cultural.” Dentro dessa perspectiva ele é determinado socialmente e historicamente, não possui neutralidade pois é influenciado pelas relações de poder. Sendo assim, ele é pautado não somente por epistemológicas, mas também questões sociológicas e políticas (MOREIRA; SILVA, 2002).

Ao entrar na escola é como se o estudante fosse levado à outra dimensão, totalmente alienada do contexto onde vive, dissociando o conhecimento de tudo que o mesmo já sabe. Ignorando totalmente a trajetória dos discentes, como se fossem todos iguais, viessem do mesmo lugar e fossem seguir os mesmos caminhos, visa adaptar os seres do conhecimento aos seus moldes.

“O ensino hoje ofertado em nossas escolas fragmenta o saber, sem desenvolver integralmente a capacidade dos educandos.” (TERENCIO, 2014, p. 11). O educando se torna vítima de uma sociedade excludente, não vendo motivos para permanecer na escola por não perceber relevância social no estudo.

Segundo Chauí (2009), o que se percebe é um corte no interior da cultura formal e a cultura popular, que nasce espontaneamente no meio social. As diferenças sociais e pessoais são convertidas em desigualdades, e estas em hierarquia e obediência dos mais fragilizados. Assim o conhecimento é massificado e converte os futuros cidadãos em executores de tarefas alienantes da mesma forma que o ensino que lhe fora proporcionado. “Massificar é o contrário de democratizar a cultura, ou melhor, é a negação da democratização da cultura.” (CHAUÍ, 2009, p. 42).

A escola que não coloca em prática seu papel social contribui para a evasão do estudante do sistema educacional. E quando o discente abandona a escola, também ficam de lado perspectivas de uma sociedade mais democrática (TERENCIO, 2014).

Diminuir as desigualdades através da educação não se fundamenta apenas na manutenção dos indivíduos dentro das salas com vagas. A escola deve também diminuir a exclusão que começa dentro dela e é um grande motivo para o abandono educacional, no momento em que o educando é negligenciado e deixado à margem de sua condição de protagonista participante do processo ensino-aprendizagem.

Segundo Krindges e Natário (2020), o desinteresse pelo processo de ensino-aprendizagem, provocado por um ensino fragmentado e desvinculado da realidade do estudante, muitas vezes acarreta o abandono escolar. Souza e Piccolo (2017), também, relatam que a atual forma de ensinar praticada na escola não motiva e não desperta o prazer em aprender.

Além de um ensino fragmentado, totalmente desvinculado das práticas sociais, pode-se perceber uma frequente postura das instituições escolares de negação de suas responsabilidades sobre a evasão escolar. Nesse momento a escola eximindo-se do compromisso com o educando aponta para fora de seus muros a culpabilidade pelo fracasso de seus estudantes remetendo a ele mesmo ou a sua família como cita Millen (2010):

Na ótica da escola, de forma geral, a evasão escolar é consequência da “desestruturação familiar”, de problemas familiares como a pobreza, a necessidade dos filhos trabalharem para ajudar a família e a ausência dos pais no acompanhamento dos estudos dos filhos, além das drogas e do desemprego. Em síntese, os fatores responsáveis pela evasão escolar encontrar-se-iam fora da escola. Há, portanto, certa isenção de responsabilidade, creditando-se aos aspectos externos à escola toda a responsabilidade pela evasão dos alunos. (MILLEN, 2010, p. 4).

Saviani (2008) levanta a problemática da marginalidade no contexto educacional que ou exclui os estudantes por sequer terem o acesso às escolas ou exclui dentro das próprias instituições quando seus educandos sequer se alfabetizam. Quer por teorias educacionais pautadas na escola como mecanismo de equalização ou reforçadora da dominação e legitimadora da marginalização, a educação mantém seus excluídos das classes dominadas em um ensino marcado pela cultura capitalista.

A escola não tem como fornecer a todos as mesmas oportunidades, pois ao ingressar no âmbito escolar cada qual tem sua realidade social e histórica. O sistema educacional pode e deve agir na superação dos agentes condicionantes que estabelecem a determinação ao fracasso pela condição socioeconômica desfavorável:

Nas sociedades industriais avançadas, apesar de sua constituição formalmente democrática na esfera política, sobrevive a desigualdade e a injustiça. A escola não pode anular tal discriminação, mas sim atenuar seus efeitos e desmascarar o convencimento de seu caráter inevitável, se se propõe uma política radical para compensar as consequências individuais da desigualdade social. (GOMEZ, 1998, p. 23).

Não há nenhum indivíduo que nasce determinado ao fracasso, por isso não podemos contribuir para que a escola haja através de pré-julgamentos e ações excludentes.

3.2 A exclusão escolar – da reprovação à evasão

A história educacional está marcada pela visão de normalidade da perpetuação de fracassados no processo educativo, onde as notas conferem classificação aos indivíduos conforme aptidão, relacionando o fracasso, baixo aproveitamento e a evasão escolar diretamente à falta de esforço e capacidade do estudante.

Nas palavras de Arroyo (1997, p. 23), “a cultura da excludência se instalou na espinha dorsal da organização escolar. Sem uma revisão profunda dessa ossatura, dificilmente poderemos pensar numa cultura do sucesso”. O chamado sucesso dos educandos está ligado a uma minoria enquanto a maioria sofre com as penalizações por notas, repetências ou abandono educacional.

Há um desprezo pelas potencialidades do indivíduo ao entrar nas instituições escolares, pois há apenas a preocupação em preparar os estudantes para as provas e não para realmente se apropriarem do conhecimento. Educandos submetidos a avaliações baseadas apenas na quantificação de notas e recorrentes reprovações ao longo de sua trajetória educacional acabam por ampliar as estatísticas da evasão escolar.

Segundo Giroux (1997), a escola não considera o estudante dentro das suas relações sociais preocupando-se apenas com um aprendizado ligado ao aprender a fazer, desconexo da realidade:

A ideologia que orienta a atual racionalidade da escola é relativamente conservadora: ela está basicamente preocupada com questões de como fazer, não questionando as relações entre conhecimento e poder ou entre cultura e política. Em outras palavras, são ignoradas as questões relativas ao papel da escola como agência de reprodução social e cultural em uma sociedade dividida em classes, assim como as questões que elucidam a base inter-subjetiva do estabelecimento de significado, conhecimento e o que são consideradas relações sociais legítimas. (GIROUX, 1997, p. 38).

Dentro de sala de aula, os professores baseiam suas ações na execução sistemática de conteúdos pensando na posterior avaliação sem levar, muitas vezes, em consideração os conhecimentos prévios do discente dentro da comunidade da qual faz parte. “Fala-se quase exclusivamente do ensino dos conteúdos, ensino, lamentavelmente quase sempre entendido como transferência do saber.” (FREIRE, 1996, p. 25).

Nesse momento corre-se o risco dos educandos no processo de aprendizagem serem massacrados por avaliações que deveriam ter o objetivo de verificar falhas no processo de aprendizagem objetivando sua reformulação caso houvesse necessidade. As notas passam a exercer uma função opressora sobre o estudante, assombrado pelas chamadas notas vermelhas e essas por sua vez passam a conduzir o discente ao encontro da reprovação. Segundo Aquino (1997), as avaliações têm se baseado exclusivamente no

resultado de provas que são utilizadas para ameaçar e punir, sustentando a ênfase meritocrática na busca por resultados. A meritocracia se apoia na competitividade dos indivíduos, o que promove a exclusão dos educandos que não alcançam o resultado por meio de notas.

Na realidade, as notas são um produto observável a curto prazo, segundo Gomez (1998), mas que não relevam realmente o aprendizado. Rotular o educando pelas notas e não pelo processo educacional faz-se mais uma forma de punição que ao final do ano letivo pode refletir em uma reprovação.

Segundo Arroyo (2000), os mecanismos competitivos e seletivos de ascensão/exclusão social fizeram dos níveis de escolarização um dos principais critérios de seleção e credenciamento. A escola passou a ser um mecanismo de seleção dos “mais aptos” a compor a sociedade capitalista, agindo de forma competitiva, excluindo os estudantes que fracassam durante o caminho. No ambiente escolar, as notas seriam um mecanismo de recompensa e a aprovação estaria ligada a uma percepção de sucesso do estudante e de conhecimento. Para Arroyo (2000, p. 34), “confundir sucesso/qualidade com aprovação, e fracasso com reprovação é uma miragem, um engano.” Muitas vezes o caminho que leva os estudantes a obterem boas notas e aprovações não anda ao lado da aprendizagem, portanto não demonstra realmente a qualidade do ensino.

Seguindo os mecanismos opressores da sociedade presentes nas relações de trabalho do sistema capitalista, as escolas e seus educadores transmitem o conhecimento de forma alienada e hierárquica como se fossem detentores de todo o saber. Dentro da perspectiva de Chauí (2016), não há como o papel do professor ser direcionado para a formação para a liberdade em uma sociedade onde se afirma o papel corrosivo e repressivo da cultura. Já Gadotti (2010), ressalta que a relação docente-discente adquiriu a forma do mercado, reproduzindo suas relações competitivas com ênfase na produção, influenciada pela característica de dominação da sociedade. Costa (2017) afirma que docentes despreparados, sem domínio dos conteúdos, não preparam aulas dinâmicas e atrativas, por desinteresse ou devido à própria escola em si não dispor de materiais e estrutura favorável.

As notas baixas frequentemente justificadas como um incentivo para o estudante se esforçar mais, por muitas vezes desmotivam o educando rumo ao caminho da reprovação e esta, com a “intenção” do estudante retomar os conhecimentos não construídos, move o discente ao encontro do abandono escolar. A taxa de estudantes evadidos é maior em discentes que sofreram reprovações durante o processo educacional (LEON; MENEZES FILHO, 2002). Isto ocorre muitas vezes pelo desconforto que os educandos sentem pela distorção idade/ano escolar em relação aos colegas de sala de aula (ANDRADE NETO, 2016) ou por mais uma vez serem acometidos pelas notas vermelhas durante o ano letivo e perceberem a possibilidade de uma nova reprovação.

Patto (1988, 1992, 1999) tece considerações sobre a estreita ligação entre a reprovação e a evasão escolar como consequências do fracasso escolar. A escola não considera a individualidade do educando e acaba por inserir mecanismos de avaliação baseados em métodos equalizadores que determinam o fracasso dos seus educandos, levando às reprovações e ao abandono educacional.

Segundo Aquino (2016), um quarto das crianças brasileiras já vêm sendo reprovadas sistematicamente, o que demonstra que ainda vivemos em uma era de castigos escolares. O discursivo escolar compõe alegações como a do estudante não ter condições ou requisitos mínimos de frequentar determinado ano ou determinada escola, que lhes faltam devido a suas carências (ora cognitivas, ora afetivas, ora morais, ora culturais).

3.3 A escola que se vê no social e age para o social

A escola não pode ser dissociada do meio social ao qual pertence, portanto traz consigo marcas recorrentes da nossa sociedade capitalista. O que deve ser superado no contexto educacional é a forma alienante, opressora e excludente com a qual o ensino vem sendo literalmente transmitido aos seus discentes, baseados em métodos massificadores de reprodução cultural.

Na conjuntura social discriminatória e classista presente em nossa sociedade, que predetermina o destino dos indivíduos, a escola tem o poder de agir na mudança social no momento em que oferece um ensino

contextualizado e crítico. “Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”(FREIRE, 2000, p. 67). A educação precisa se concretizar na prática da liberdade, se opondo à dominação, pois o homem não vive no isolamento, vive no social (FREIRE, 2002).

“A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de superação, no fundo, o nosso sonho.” (FREIRE, 1996, p. 47). Na visão de Freire (1996), a educação é uma forma de intervenção no mundo na medida em que é uma experiência especificamente humana. Sua intervenção pode implicar tanto na reprodução da ideologia dominante quanto no seu desmascaramento, no momento em que há uma relação dialética da escola com a sociedade.

Tanto para Freire (2007), quanto para Gomez (1998), o que nos diferencia dos animais é a nossa capacidade de ser social e aprender no processo de troca com os outros seres humanos. “A educação, num sentido amplo, cumpre uma iniludível função de socialização, desde que a configuração social da espécie se transforma em um fator decisivo da hominização e em especial da humanização do homem.” (GOMEZ, 1998, p. 13).

Não há conhecimento senão o construído socialmente e historicamente, perpetuado através das gerações, portanto não há como a escola se desvencilhar da sua importância na realidade social. A educação, portanto, deve estabelecer uma relação dialética com o contexto da sociedade à qual se destina. Freire (2007) reforça a importância educacional ao afirmar que só podemos ter assegurada nossa condição como humanos quando temos a garantia de participarmos dos processos envolvidos na sociedade, entre eles a educação. Na condição de humanos nos fortalecemos nas relações presentes no mundo social, enquanto participantes ativos de forma democrática. Dentro do universo escolar, o reconhecimento da identidade de cada educando é imprescindível no sentido de gerar o interesse pela cultura produzida dentro e fora dos muros da escola, nas próprias relações em sociedade.

A relevância da escola dentro do universo das relações sociais vai além de simplesmente existir e transmitir informações. Mais do que mera transmissora de conhecimento, a escola tem seu papel ligado à cidadania e à democracia, pois os educandos não são objetos e sim protagonistas no

processo de aprendizado, portanto fazem parte do processo de construção coletiva da cultura.

Segundo Krindges e Natário (2020, p. 184), “Ao ingressar no âmbito escolar o aluno deve ser considerado como protagonista do processo educativo, portanto devem ser valorizados os conhecimentos e seu contexto sócio-histórico.”.

A escola deve abrir sua ótica para os discentes socialmente esquecidos, momento no qual seu papel social ganha ainda mais força no sentido de criar mecanismos de superação da realidade social desigual. “Quando a escola pública era para poucos, era boa só para esses poucos. Agora que é de todos, principalmente para os mais pobres, ela precisa ser apropriada para esse novo público, ela deve ser de qualidade sociocultural.” (GADOTTI, 2010, p. 9). Segundo Gadotti (2010), a escola deve educar com respeito à diversidade cultural, rejeitando-se qualquer modo de opressão ou dominação.

Qualidade de ensino não se mede apenas pela quantidade de vagas oferecidas, mas pelo padrão de excelência das ações desenvolvidas no contexto escolar. O processo que leva a um ensino de qualidade inicia na relevância dada ao contexto cultural onde a escola e seus cidadãos estão inseridos. A prática social da escola faz com que os estudantes sejam integrados a ela, de forma a se perceberem engajados na construção do conhecimento de forma crítica.

Segundo Gomez (1998), um ensino de qualidade não está ligado a produtos observáveis a curto prazo, mas na concretização da cultura social:

A cultura que se vive, trabalhada na escola, pode e deve configurar-se como uma concretização da cultura social da comunidade onde são experimentados aberta e conscientemente os problemas, os conflitos, os interesses, as alternativas e as propostas de intervenção da própria comunidade. (GOMEZ, 1998, p. 95).

“Qualidade significa melhorar a vida das pessoas, de todas as pessoas. Na educação, a qualidade está ligada diretamente ao bem-viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar.” (GADOTTI, 2010, p. 7). Ensinar com qualidade não significa melhorar a vida apenas daqueles cujas oportunidades já são dadas desde o nascimento, mas abrir o olhar para o resgate daquele educando que ficou esquecido: o estudante que abandonou a escola porque foi abandonado primeiramente por ela.

Para Terencio (2014), a escola deve ensinar com o intuito de emancipar e formar para o pleno exercício da cidadania. Para superar as questões relativas à evasão escolar há a necessidade de engajamento em um ensino democrático.

Ensinar para a cidadania nada mais é que abrir possibilidades para a constituição de indivíduos participativos e atuantes na realidade onde vivem. O indivíduo passa a sentir-se valorizado dentro e fora do contexto educacional. Para haver uma legítima revolução democrática no nosso país, as políticas culturais de afirmação do direito à cultura devem agir contra a exclusão cultural. (CHAUÍ, 2009).

O ensino precisa ser atrativo, desafiador, despertar a curiosidade e a criatividade que existe dentro de cada um e que muitas vezes é aniquilada por modelos tecnicistas. Quando sentimos interesse pela trajetória que leva ao aprendizado, fazer parte do universo da escola deixa de ser um fardo e passa a ter significado.

A construção do conhecimento valorizado se dá na relação recíproca e dialética entre discentes e docentes. A escola que propõe um ensino que valorize o educando na sua característica individual se torna acolhedora, prevenindo a evasão escolar e a exclusão que marginaliza dentro das próprias salas de aula.

Para Terencio (2014) somente um engajamento ideológico forte pode reverter o quadro da evasão escolar, por meio de políticas públicas adequadas e união de pais, professores, estudantes, funcionários, direção e equipe pedagógica.

A adequação e o conformismo de nada servem para que a escola realmente seja e haja no social. É verdade que a escola sozinha não é capaz de transformar todo o contexto social da qual faz parte, mas pode agir contribuindo para que as mudanças ocorram. Todos envolvidos no processo educacional devem imprimir esforços, não somente os discentes, mas corpo docente e todo sistema educacional envolvido. A construção do conhecimento deve nascer da participação coletiva de todos envolvidos no universo educacional.

Para Chauí (2009), a cultura brasileira precisa ser discutida a partir de práticas construtivistas. E a escola, partindo de uma sociedade democrática,

abre o campo social à criação e ampliação de direitos reais. Precisamos pensar em um ensino democrático, e sendo democrático ele é pensado no povo e pelo povo, no social e pelo social.

A postura do meio educacional precisa ser participativa, intervindo para que os indivíduos tenham consciência de que não precisam se manter na alienação, fazendo parte criticamente e agindo para transformar a realidade onde vivem. Segundo Saviani (2008, p. 58-59) a relação pedagógica tem na prática social seu ponto de partida e de chegada, considerando o caráter da educação como mediação no seio da prática social global.

A educação como um direito social, não é somente um direito de acesso, mas um direito do cidadão de não ser abandonado pela escola. Pois, quando o estudante evade do sistema educacional o abandono não é unilateral, o mesmo também foi abandonado e esquecido pela instituição de ensino. A evasão escolar nada mais é uma forma de abandono decretado pela escola e reafirmado pela nossa sociedade acostumada a deixar de lado os marginalizados.

Freire (1996) afirma a importância de uma formação democrática para que se construa uma sociedade realmente voltada para os seus cidadãos, para tanto enfatiza a relevância da solidariedade social e política nos processos educativos.

A escola não pode exercer seu papel visando equalizar seus discentes, mas pode colaborar para que o educando seja capaz de agir criticamente superando as diferenças sociais. Buscar a equalização dos estudantes em sala de aula só contribui para que eles sejam ignorados na sua particularidade, devemos educar tendo a compreensão de que cada indivíduo é único.

A igualdade de oportunidades não é um objetivo ao alcance da escola. O desafio educativo da escola contemporânea é atenuar, em parte, os efeitos da desigualdade e preparar cada indivíduo para lutar e se defender, nas melhores condições possíveis, no cenário social. (GOMEZ, 1998, p. 24).

A escola na sua função social não se desvincula também de sua função política, na luta por um ensino democrático. A ação política da escola não pode se afirmar na manipulação de opiniões, mas na mediação de discussões construtivas e críticas. Para Saviani (2008), a importância política da educação apoia-se na sua atribuição de socializar o conhecimento. A educação e a

política se articulam, cada qual com sua função específica dentro do processo que provoca o desenvolvimento e a transformação social.

A atuação política da educação não deve ser pautada na luta pelo poder. Estamos falando da ação da escola enquanto engajada em criar diretrizes para o educando agir em seu meio social de forma ativa, com opinião, sendo realmente um cidadão de direitos.

Libâneo (2011) afirma que a prática escolar tem inseridos em seu contexto condicionantes sociopolíticos, representados por diferentes concepções de homem e sociedade. Além disso, ela cumpre funções dadas pela sociedade concreta, constituída por classes de interesses antagônicos.

Para Bueno (2001), na conjugação entre as lutas políticas e os processos qualificantes nas escolas estão as ações que vão ao encontro da democratização das instituições. Nesse aspecto de ensino o Estado não pode de forma alguma como manipulador da Educação, oprimindo a sociedade a reproduzir moldes de ensino descontextualizados e padronizados. Segundo Bueno (2001, p. 7), são três as funções essenciais da escola: “acesso à cultura, formação da cidadania e espaço social, e variam de acordo com a história da cada escola.”

Não podemos esquecer que não há neutralidade na educação. O que não se pode é gerar dentro dela um ensino alienado e opressor, manipulador e determinista em razão da influência política da sociedade da qual faz parte. Freire (1996), enfatiza que a prática educativa é política e não possui neutralidade.

Busca de uma educação séria, rigorosa, democrática, em nada discriminadora nem dos renegados nem dos favorecidos. Isso, porém, não significa uma prática neutra, mas desveladora das verdades, desocultadora, iluminadora das tramas sociais e históricas. Uma prática fundamentalmente justa e ética contra a exploração dos homens e das mulheres e em favor de sua vocação de ser mais. (FREIRE, 2001, p. 23).

Tanto escola quanto indivíduos não são apenas seres sociais, mas seres históricos e políticos, portanto devem ser tratados como tal. Todo indivíduo tem sua história e é influenciado pelo momento histórico que vive. Freire (1996), ao criticar a forma de tratamento dos indivíduos como objetos oprimidos da história, enfatiza a necessidade de serem considerados seres históricos, culturais e sociais, que não devem ser doutrinados para a adaptação e sim

mediados no meio escolar para a transformação e libertação. Somente assim esse indivíduo pode se assumir como ser social e histórico.

Os indivíduos de uma escola voltada para o social também serão os cidadãos conscientes ativos nesse social. Para isso a escola deve ser pensada para fora dos seus muros. “O próprio sistema educacional precisa ser educado socialmente, para pensar o social.” (GADOTTI, 2012, p. 28).

A partir do momento em que a escola passa a se fundamentar em ações pedagógicas articuladas com os interesses populares ela realmente terá seu valor social. Saviani (2008, p. 55-56) destaca “Uma pedagogia articulada com os interesses populares valorizará, pois, a escola; não será indiferente ao que ocorre em seu interior; estará empenhada em que a escola funcione bem; portanto, estará interessada em métodos de ensino eficazes.”

Escola para o social, pensando no ser histórico e político que surge dentro de seus muros é uma escola que realmente vê os indivíduos que hoje são excluídos de nossa sociedade. Uma escola que abre seus olhares aos marginalizados não os vitimiza ao fracasso como única condição social. A visão de que a escola se limita à transmissão de saberes deve ser ultrapassada para uma escola com papel social. Segundo Vaz e André (2015, p. 4), “não existe a possibilidade de se pensar em uma educação que não esteja intimamente ligada a cultura da sociedade na qual está inserida e no momento histórico em que se situa.”

Segundo Bueno (2001), a escola como espaço de convivência para o exercício da cidadania possui em sua estrutura mecanismos para incentivar ou restringir a participação de todos os membros da comunidade escolar. Portanto a forma dela agir implica se ela estará agindo para o social ou se afastando dele. Sendo assim, a escola passa a ser um espaço para a constituição das identidades de seus estudantes, como uma instituição social histórica ímpar e única.

Gomez (1998) relata que o objeto central da prática educativa escolar deve se concretizar na reconstrução das formas de pensar, sentir e agir nas novas gerações. Disponibilizando, assim, como instrumentos aos indivíduos os esquemas conceituais da humanidade que vão sendo formados e se instalam nas diferentes formas de criação cultural.

Os professores devem ter o exercício da sua função voltada para a cidadania e não para uma simples transferência de conteúdos e cobrança de resultados. Segundo Arroyo (1997), a escola atual precisa se preparar para receber e formar seus educandos, frutos dessa sociedade injusta e, para isso é preciso professores dinâmicos, responsáveis, criativos, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador.

O papel do professor não se resume apenas a cumprir conteúdos, mas colocá-los de forma atrativa e construtiva para que haja interesse do estudante (Silva et al., 2018). Somente dessa forma conseguiremos agir na problemática da evasão escolar, com a participação ativa dos docentes:

“Combater o abandono escolar requer do educador engajamento político, atitude ética, postura profissional, comprometimento com o aluno, com sua situação de excluído e marginalizado visando a sua emancipação.” (TERENCIO, 2014, p. 6).

Para que haja realmente uma transformação na forma de ser das escolas para que se vejam no social, as mudanças passam pelos métodos de ensino, pelo currículo, pela ação de seus professores e gestores, por uma postura diferenciada de seus educandos e toda comunidade, por uma forma de ser e agir das políticas públicas voltadas para a ação no social. Não há de se esperar uma ação unilateral, mas deve partir de todo o contexto que envolve as instituições.

Para Giroux (1997), os professores enquanto intelectuais transformadores têm a característica de tornar o pedagógico mais político na luta em torno das relações de poder. As reflexões e ações críticas auxiliam os educandos a agir para superar injustiças econômicas, políticas e sociais.

Segundo Patto (1992, p. 120),

É fora de dúvida que os educadores precisam de melhores salários; não se discute também a necessidade de aparelhar melhor os prédios escolares; no entanto, uma escola voltada para os interesses e necessidades de seu corpo discente só será possível à medida que os educadores tiverem uma formação profissional de melhor nível. Por “formação profissional” não estamos entendendo “treinamento técnico”, mas uma formação intelectual consistente que os instrumente para uma reflexão crítica a respeito da escola e da ação pedagógica numa sociedade de classes, que os capacite a “identificar o inimigo” corretamente e, por esta via, poderem se aliar aos seus alunos na luta pela escolaridade dos trabalhadores, sejam eles educadores ou não.

O professor não é o único detentor do conhecimento, assim como os estudantes ele é um ser inacabado e, portanto, o trabalho docente deve se configurar na construção dialética do aprendizado. O processo de apropriação da cultura é uma via de mão dupla entre o educador e os educandos.

Indiferente das características que compõe o meio social, a escola precisa agir dialeticamente na construção crítica do conhecimento, na mediação entre educadores e educandos. Os discentes passam a se sentir parte do contexto escolar, no momento em que são vistos pela instituição na sua individualidade.

Segundo Giroux (1997), deve-se pensar nas escolas como locais que representam formas de conhecimento, mas também relações e valores sociais. Dentro dessa perspectiva, deve-se colocar em questionamento a função social dos educadores, pois a escola está atrelada a questões de poder e controle, econômicas, culturais e sociais.

A função social da escola não está restrita à socialização/convivência, mas ao trabalho de ensino e à apropriação do conhecimento valorizado. A ação escolar voltada para o social ganha uma proporção mais ampla que incorpora a história de produção e relação humana, tornando-se um local de desenvolvimento individual e coletivo (DAINEZ; SMOLKA, 2019).

No momento em que a escola cumprir sua função social, o estudante percebendo-se parte do processo de aprendizado sente-se desafiado a aprender. Os desafios apresentados aos discentes e a motivação ligada à sensação de valorização da individualidade dentro do contexto escolar movem os seres no caminho oposto à evasão escolar.

Para Gómez (1998), a função escolar, dentro do processo de socialização, inicia na participação ativa e crítica dos educandos no cotidiano educacional com a mediação do conhecimento de forma democrática. Mais que transmitir conhecimento, ela deve orientar para provocar a organização racional da informação segmentada recebida e a reformulação das pré-concepções acríticas, formadas pela pressão reprodutora do contexto social. Essa reconstrução requer outra maneira de organizar o espaço, o tempo, as atividades e as relações sociais na aula e na escola. Assim sendo, proporcionar a vivência de práticas sociais e intercâmbios acadêmicos que induzam à solidariedade, à colaboração, à experimentação compartilhada; que

promovam a busca, a comparação, a crítica, a iniciativa e a criação, numa outra forma de relação com o conhecimento e a cultura.

Essa interação da escola com o meio social dos alunos trará relevância aos educandos em estar dentro da sala de aula. No momento que o educando sentir-se importante e valorizado, provavelmente terá razões reais para permanecer no contexto escolar (KRINDGES; NATÁRIO, 2020, p. 190).

A escola deve vir do social e ser para o social, agindo histórica, política e socialmente. Educar para o social é educar para a transformação, é saber das diferenças sociais e dos meios de produção capitalistas da sociedade em vigência, mas abrir possibilidades para a ressignificação da realidade em uma construção coletiva. Segundo Silva e Ranke (2017), nos últimos anos, as escolas têm buscado redefinir e ressignificar a sua função social, pois a existência da escola é em função dos educandos, cabendo aos profissionais da educação estarem abertos à diversidade humana e trabalharem no sentido de eliminarem a evasão escolar.

A escola tem que assumir seu papel social, para que seus educandos realmente tenham oportunidades dentro da nossa sociedade, valorizando cada um como indivíduo e mais do que isso, como cidadão. Estudantes valorizados, motivados no processo educacional, não serão os discentes que abandonarão o processo educacional, por isso a importância da função social da escola em relação à evasão escolar. Se a escola for capaz de cativar o educando como ser único no mundo, tanto ela quanto ele sentirão a necessidade de ter um ao outro.

A função da escola deve estar atrelada à transformação do espaço escolar em lugar democrático, dinâmico, formando cidadãos críticos para realmente mudar seu quadro diante da evasão escolar. Os educadores precisam ser dinâmicos, responsáveis e criativos, transformando a sala de aula em um local atrativo para o educando. É necessário conhecer as características de cada comunidade, pensando no que pode ser feito em relação aos estudantes evadidos, criando meios e condições para suprir suas necessidades (SILVA et al., 2018).

4 A EVASÃO ESCOLAR EM PRAIA GRANDE

Na trajetória da educação podemos perceber o quão importante é a efetivação de políticas públicas de qualidade. Como discentes, professores, membros da equipe escolar e/ou cidadãos pertencentes à comunidade identificamos as ações do Estado em diferentes esferas da educação. Sobressai ao nosso olhar o fato de que políticas mal empregadas não refletem positivamente no contexto social, enquanto que projetos bem estruturados, a favor da educação, são capazes de transformar a realidade.

No meio educacional, a evasão escolar surge como uma problemática que necessita de intervenções do poder público no que diz respeito a sua prevenção e combate. Segundo Fornari (2012), a evasão escolar é um tema historicamente inserido nos debates e reflexões no contexto educacional do nosso país, ocupando um espaço importante no que diz respeito às políticas públicas.

No município de Praia Grande, localizado no Estado de São Paulo, o abandono escolar é considerado um obstáculo a ser ultrapassado para uma educação de qualidade e por isso demanda ações do poder público municipal. Como políticas públicas adotadas pela Secretaria de Educação, intervindo no problema do abandono educacional, temos o Projeto Evasão Escolar e o Projeto Pedagogia Comunitária.

O Projeto Evasão Escolar, cujo foco é desenvolver ações voltadas para a permanência do educando no contexto educacional durante toda a sua jornada escolar, inicia na atuação dos estagiários dentro das escolas, lidando com os discentes e corpo docente. A Pedagogia Comunitária, intimamente ligada à aproximação entre família e escola, soma forças para atuar na solução de problemas que atrapalham o rendimento escolar, entre eles o abandono escolar. Apesar dos esforços conjuntos no resgate dos estudantes evadidos, ainda há educandos que abandonam o convívio escolar e não regressam às escolas. Camargo (2018) ressalta que no nosso país o problema da evasão continua presente de forma persistente e alarmante.

Inicialmente, vamos retomar o significado de Políticas Públicas e argumentar sobre a relevância da intercessão do Estado na evasão escolar, apresentando como autores Vinha (2016), Pinto (2014), Gadotti (2012), Santos

e Sales (2012), Vieira (2011, 2007), Arretche (2008), Saviani (2008), Hofling (2001), Freire (1967), entre outros.

À luz dos projetos da Secretaria de Educação da Cidade de Praia Grande, que têm apresentado resultados expressivos no que diz respeito ao combate e à prevenção da evasão nas escolas, vamos tecer considerações a respeito das políticas públicas e da importância da família quando lidamos com o abandono educacional.

4.1 Políticas públicas educacionais e a evasão escolar

As políticas públicas se referem a todas as ações realizadas pelo governo a fim de intervir em uma determinada situação relevante para a vida em sociedade.

“As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada.” (HOFLING, 2001, p. 31).

O Estado, responsável por desenvolver suas funções pensando na melhor forma de contribuir para a vida em sociedade, com regras e direitos que atendam sua população, deve ter seu olhar voltado o tempo todo para as necessidades de seus cidadãos. As políticas públicas oriundas do Estado revelam a possibilidade de implementação das ações com um papel social, em um equilíbrio inconstante de compromissos, empenhos e responsabilidades (SHIROMA et al, 2011).

Segundo Arretche (2008, p. 3-4), a expectativa em torno das políticas públicas está na redução dos índices de pobreza, desigualdade e exclusão social, cujo critério se relaciona com ideais de justiça e igualdade sociais. Para a validação das políticas públicas adotadas, devem ser analisadas a sua efetividade e eficácia durante e após sua implementação. Na avaliação de uma política pública torna-se necessária uma relação entre os objetivos e os resultados/ produtos consequentes da sua aplicação, para que haja uma reformulação caso necessário.

Quanto à influência política, social e histórica sobre a aplicação das políticas públicas, surge a preocupação quanto ao objetivo estar realmente

voltado para a população e suas reais necessidades. No momento em que as ações do Estado estão pautadas em interesses de pequenos grupos dominantes do meio social, não auxiliam na diminuição da desigualdade social e marginalização das classes sociais oprimidas. O olhar do governo de uma determinada localidade ou de um país deve estar voltado para a sociedade, pois a governabilidade vem de seu povo e deve ser direcionada para ele.

Ao analisarmos os momentos históricos da nossa sociedade e as políticas públicas adotadas na educação pode-se perceber que questões políticas e o meio social têm influência na tomada de decisões do poder público quanto às suas ações. “O processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo.” (HOFLING, 2001, p. 38). As formas de organização e suas articulações nos diferentes grupos da nossa sociedade refletem na reivindicação pelas políticas públicas de uma determinada população. Estas acabam por convergir em direitos sociais que são incorporados ao exercício da cidadania (HOFLING, 2001).

Vamos adentrar agora nossas considerações à especificidade das políticas públicas educacionais e sua relevância no que diz respeito a uma Educação de qualidade. “A política educacional diz respeito às decisões que o Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação.” (SAVIANI, 2008, p. 7).

Assim como as políticas públicas de um modo geral, as específicas voltadas para a Educação também sofrem influência do contexto social. As políticas educacionais revelam-se na multiplicidade e na diversidade da política educacional em um determinado momento histórico (VIEIRA, 2007).

Não se trata apenas de construir prédios escolares, as políticas educacionais devem constituir-se na garantia de uma educação que proporcione oportunidades de superação de desigualdades sociais a todos os cidadãos. Na realidade brasileira, caracterizada por uma extrema desigualdade entre as classes sociais, as políticas educacionais devem ir ao encontro da democratização e da formação crítica.

Para Teixeira (1997), não são necessárias apenas políticas públicas na Educação, a participação cidadã é de suma importância face à dominação do

Estado por grupos de interesses como estratégia para transformar as prioridades destas políticas, retificando desigualdades sociais e superando as exclusões.

Pensando em práticas democráticas, o Estado precisa voltar seu olhar principalmente para as classes marginalizadas da sociedade, proporcionando oportunidades de superação da exclusão e dominação. “Mais do que oferecer “serviços” sociais – entre eles a educação – as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais.” (HOFLING, 2001, p. 40).

Infelizmente o que percebemos na nossa educação é uma fragilidade na adoção das políticas públicas com projetos mal empregados, em quantidade insuficiente, que fazem com que a qualidade do ensino no nosso país seja comprometida. Para Bueno (2001), não há como aspirar uma melhora concreta da qualidade do ensino brasileiro sem mudanças drásticas nas políticas educacionais, que não vêm sendo empregadas efetivamente em favor da melhoria do ensino público, apesar do discurso contrário.

Como ressalta Vieira (2007, p. 8), “o Brasil ainda tem sérios déficits no que se refere à distribuição das oportunidades educacionais.” Aqueles que mais necessitam da escola são vítimas de políticas desiguais de atendimento, sofrem com a falta de recursos educacionais, frequentam as instalações mais precárias e têm os piores professores, portanto, são negadas as condições fundamentais para o sucesso na aprendizagem.

Ao direcionarmos nosso olhar para as salas de aula da escola pública, encontramos em seu interior as camadas populacionais que mais necessitam de ações do Estado efetivas para a garantia de direitos educacionais e sociais. No ensino público, onde as camadas mais pobres da sociedade se encontram, deve-se priorizar uma educação que qualifique os educandos para corrigir as distorções da nossa sociedade.

Segundo a visão de Hofling (2001), a educação seria uma política pública social, de responsabilidade do Estado, mas não pensada somente por ele. Nessa perspectiva estaria o fato da necessidade da educação ser refletida por todos, governo e sociedade, para que seja colocada em vigor visando o bem maior a todos como cidadãos, à luz das necessidades da nossa sociedade.

Pinto (2014) traz à tona uma discussão do Fundeb como uma política pública a fim de melhorar a qualidade do ensino em nosso país, a ampliação dos atendimentos e equalizar as oportunidades educacionais em diferentes regiões brasileiras. O Fundeb agiria na retificação dos baixos investimentos em educação em determinadas localidades, suprindo, em tese, as necessidades básicas para que o ensino seja efetivado como direito ao alcance de todo cidadão.

Ao nos referirmos particularmente à evasão escolar, presente na educação do nosso país, necessitamos da atenção do poder público para mudanças significativas. “A evasão escolar é um dos relevantes temas que historicamente faz parte dos debates e reflexões na esfera da educação pública brasileira e que, infelizmente, ainda nos dias de hoje, ocupa um importante espaço no cenário da educação nacional.” (CAMARGO; RIOS, 2018, p. 9).

Na educação brasileira, apesar do aumento do número de vagas e das políticas públicas e legislações visarem garantir o acesso à escola e a permanência dos discentes nas instituições escolares, o sistema educacional brasileiro ainda enfrenta vários obstáculos, entre eles o problema da evasão escolar (OLIVEIRA; SOUZA, 2019).

O poder público deve ser ativo na prevenção do abandono escolar, por isso devem ser reforçadas discussões a respeito das ações que vêm sendo executadas ao longo dos anos na nossa educação. “A criação de políticas públicas educacionais com o propósito de garantir a permanência dos alunos na escola, garantindo a obrigatoriedade de ensino e diminuindo a evasão escolar têm sido uma constante na contemporaneidade.” (PEREIRA, 2017, p. 1).

Segundo Sagrilo (2016), a temática da evasão escolar possui relevância nas discussões existentes acerca das políticas públicas na área da educação. O debate a respeito do abandono educacional manifesta-se de forma ampla, pois envolve família, escola, educandos, Estado, sociedade e aspectos legais.

Não se trata apenas de abrir vagas em escolas, o poder público deve apresentar propostas que realmente culminem na permanência dos estudantes nas salas de aula, com um ensino de excelência. Ao refletirmos sobre as ações

do Estado, visando proporcionar a entrada e permanência dos educandos na escola, a obrigatoriedade do ensino e o direito à educação garantidos por lei foram, sem dúvida, um grande marco nas políticas educacionais, universalizando o acesso aos discentes à educação no nosso país.

O direito à educação básica é garantido pela Constituição Federal de 1988, sendo intenção da política educacional pública brasileira expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), aprovada em 17 de dezembro de 1996 e promulgada em 20 de dezembro de 1996, com publicação no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996. (CAMARGO; RIOS, 2018, p. 6).

Além das leis que estabelecem a educação como direito, passam a ser de extrema relevância projetos bem executados pelo Poder Público, que se concretizem no anseio dos estudantes em permanecer como parte da realidade escolar. Segundo Silva Júnior (2017) a evasão, decorrente de vários aspectos, sendo objeto de um processo histórico amplo, necessita do fortalecimento de políticas voltadas para a permanência e sucesso dos educandos dentro do contexto escolar.

Vinha (2016), ao apontar uma relação direta entre a qualidade do clima escolar e os índices de evasão e desempenho dos estudantes, reforça a necessidade de políticas públicas direcionadas para a melhoria dos problemas de convivência dentro do ambiente escolar. Problemas no clima escolar, como indisciplina e violência, seriam amenizados através de propostas coletivas de intervenção, com a capacitação de seus professores e a abertura de espaço para a participação crítica de todos envolvidos no processo educacional.

Camargo e Rios (2018) afirmam que foram criados mecanismos para reduzir os números da evasão escolar, tais como a aceleração da aprendizagem, projetos de adequação do ano cursado com a idade do estudante, organização escolar por ciclos, mas a diminuição de fato não ocorreu.

As políticas públicas mal empregadas, sem um direcionamento pedagógico adequado, refletem na má qualidade da educação e no abandono escolar (TERENCIO, 2014). O poder público precisa reavaliar suas ações, discutindo juntamente com a sociedade a melhor forma de amenizar a problemática da evasão de forma realmente efetiva.

Para Silva (2019), observam-se políticas públicas empregadas no sentido de diminuir e até acabar com o problema da evasão educacional que,

em tese, estão preocupadas com a questão. Ao mesmo tempo, o autor relata que ações concretas voltadas ao combate da evasão escolar são tão relevantes quanto existir o amparo legal.

Entre as políticas públicas voltadas para a efetivação de direitos sociais, entre eles a educação, está o Bolsa Família, mas percebe-se que o problema da evasão escolar permanece:

No Brasil, apesar dos esforços com a implementação de políticas públicas como o Bolsa Família, no sentido de contribuírem com a entrada e permanência na escola, ainda há um número alto de crianças e adolescentes que abandonam seus estudos devido a fatores como as más condições de vida, necessidade dos alunos trabalharem, o comportamento dos alunos, a falta de estrutura nas escolas, metodologias que dificultam a aprendizagem, o desinteresse e apatia das crianças e até o desânimo dos profissionais da educação. (RÚBIO; MARAFON, 2016, p. 1).

Silva e Ranke (2017) compreendem o Programa Bolsa Família como uma política pública de transferência de renda que exige a frequência escolar das crianças e jovens, agindo na evasão escolar. Segundo Weissheimer (2006), as prefeituras são responsáveis pelo cadastramento das famílias e pela atualização da base de dados do Cadastro Único, mantendo o acesso às informações como a obrigatoriedade de matrícula e frequência das crianças e adolescentes por parte das famílias. O Bolsa Família é um programa federal de transferência direta de renda, associando a transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos, como saúde, alimentação, educação e assistência social. O Bolsa Família tem por objetivos básicos: combater a miséria e a exclusão social e promover a emancipação das famílias mais pobres.

O Programa Bolsa Família é destinado às famílias que vivem na extrema pobreza, com renda de até R\$ 89 por mês, e na pobreza, com rendimento mensal de R\$ 89,01 até R\$ 178. De acordo com o site praiagrande.sp.beneficiarios.org, em 2019 haviam 6961 beneficiários do bolsa família. Esses dados revelam a abrangência e a importância do programa para a cidade.

O governo precisa assegurar que as leis saiam do papel e revertam em garantia de educação aos seus cidadãos, evitando que evadam do sistema educacional. Pereira (2017), ao relatar a necessidade de políticas públicas educacionais para garantir a permanência dos discentes nas escolas, cita a

bolsa família como exemplo, ao mesmo tempo em que reforça que ainda há muito a ser feito em relação ao abandono escolar.

Quanto a exemplos de medidas governamentais voltadas para o combate à evasão escolar, Silva (2019) cita as reformas nas escolas com a construção de laboratórios de Informática e de Ciências e Ginásios poliesportivos, procurando criar um ambiente mais atrativo para os discentes através das práticas científicas, esportivas e atividades artístico-culturais.

Políticas públicas com ações realmente efetivas no campo educacional, que promovam uma escola de qualidade, são necessárias para o sucesso da Educação no nosso país. A evasão escolar como uma problemática da educação brasileira, depende de políticas públicas empregadas com eficácia para ter seus números diminuídos.

Agora que elucidamos um pouco a respeito do que são políticas públicas e sua importância em relação à evasão escolar, vamos nos aprofundar na especificidade das ações executadas pelo Poder Público na cidade de Praia Grande. Surgem como políticas públicas de ação direta no combate ao abandono educacional os Projetos: Evasão Escolar e Pedagogia Comunitária. Após tecer esclarecimentos a respeito dos projetos da Secretaria de Educação, iremos abordar a importância da família no contexto educacional, que está intimamente ligada às ações dos pedagogos comunitários.

4.2 Projeto Evasão Escolar

O Projeto Evasão Escolar, desde sua implantação, foi utilizado como uma estratégia da Secretaria de Educação da Cidade de Praia Grande para garantir a frequência e permanência de crianças e adolescentes na escola, tendo como meta interceder para que os educandos não se percam durante o processo educacional, vindo a abandonar a escola.

Segundo Sellis (2008), entre os anos de 1997, ano em que o Projeto Evasão Escolar iniciou, e 2007, houve uma relevante queda nos dados da evasão escolar do município. O índice de estudantes evadidos que estava em 3,62% em 1998, chegou a 0,33% em 2007, regredindo constantemente ano após ano, resultando em uma queda de 91% nesse período.

A redução nos números do abandono educacional ao longo dos anos comprova a importância e o sucesso do Projeto Evasão Escolar dentro do município de Praia Grande. O projeto se apoia na parceria entre a equipe de assistentes sociais e estagiárias com as equipes escolares das instituições do município.

O Projeto Evasão Escolar contempla todas as Unidades do município, conforme determinado pela portaria da Seduc de número 31, de 2018. Sendo assim, abrange a educação infantil, o ensino fundamental do 1º ao 9º ano e a EJA (Educação de Jovens e Adultos).

O projeto Evasão Escolar conta com uma equipe de 20 estagiários de pedagogia, coordenados pela assistente social Catarina Vitti, da Divisão de Gestão Escolar da Secretaria de Educação (Seduc). “Para prevenir o problema, a equipe visita as salas de aula, fazendo um trabalho de conscientização em relação à frequência escolar”, explica Catarina. “Quando algum aluno começa a faltar, entramos em contato com os pais por telefone. (SELLIS, 2011, s.p.).

Como critérios para as ações no combate à evasão, estabeleceu-se que o educando que estiver com dez faltas no mês, consecutivas ou esporádicas, começa a ser atendido pelo programa, por meio do contato telefônico realizado inicialmente pelas estagiárias que cursam a Pedagogia. O contato tem o intuito de orientar as famílias sobre a importância da frequência escolar do educando para que o mesmo compareça às aulas com regularidade.

Também são realizadas ações na própria escola, com o diálogo com os estudantes e professores por intermédio das estagiárias de evasão. Em parceria com o corpo docente, são colocadas em prática estratégias de incentivo à assiduidade escolar - alguns exemplos de projetos em conjunto com o professor para a diminuição da evasão e melhora da frequência escolar são: semáforo da presença (quando todos os educandos estão frequentes ele fica no verde, conforme há faltas ele vai indo até o vermelho); cinema com pipoca (competição entre as salas de aula – a que tiver menor número de faltas no trimestre ganha um dia de filme com pipoca) e cartela de selos (o estudante com baixa frequência ganha uma cartela, em cada aula que comparece recebe um selo para colar na sua cartela e ao completar a mesma recebe um prêmio, como um conjunto de materiais didáticos diversificados ou um diploma de destaque). Lembrando que as ações são sempre realizadas em parceria com a pedagoga comunitária da escola.

Quanto à presença de assistentes sociais no Projeto Evasão, há a constante troca de informações com as Unidades Escolares e sua equipe com o intuito de atualizar os registros da Secretaria de Educação quanto aos educandos faltosos e quanto às ações realizadas pela escola em relação a esses estudantes. As assistentes sociais orientam os procedimentos escolares em relação aos estudantes faltosos e evadidos, analisando os envios ao Conselho Tutelar para confirmar se a escola cumpriu as ações - contato com a família, convocação, visita domiciliar.

4.3 Projeto Pedagogia Comunitária

A função de pedagogo comunitário contempla a educação na cidade de Praia Grande desde 2005, com a percepção da necessidade de estabelecer um vínculo maior entre a escola e as famílias de seus estudantes.

Aproximar família e escola, levando os pais a valorizar e participar da vida escolar de seus filhos, com o objetivo de causar um impacto positivo sobre o desempenho dos estudantes. Esta é a principal função do projeto Pedagogia Comunitária, implantado nas escolas municipais de Praia Grande em 2005. A iniciativa pioneira foi inspirada no programa social Cidade Escola Aprendiz, do jornalista Gilberto Dimenstein. (SELLIS, 2012, s.p.).

A respeito do projeto que inspirou a função de Pedagogo Comunitário Cidade Escola Aprendiz: “A associação Cidade Escola Aprendiz, fundada em 1997, pelo jornalista Gilberto Dimenstein é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) [...]” (FREITAS, 2013, p.10).). O projeto da organização objetivou a expansão dos espaços da escola para fora dela, conectando o conhecimento à formação dos futuros cidadãos ao mesmo tempo que aproximava instituição escolar e comunidade, com gestores e educadores comunitários. As propostas apresentadas pela Associação Cidade Escola Aprendiz voltaram-se para a democratização educacional por meio de uma metodologia direcionada para uma educação social e comunitária (FREITAS, 2013).

O nome escolhido para batizar o projeto, Cidade Escola Aprendiz, traduziu a essência da ação: não deveriam existir muros entre o viver e o aprender, entre o ser e o fazer. Enfim, o objetivo era ampliar os espaços de aprendizado na comunidade e ainda criar programas que estimulasse os estudantes a se conhecerem e a intervirem em seu meio, desenvolver uma gestão de parcerias envolvendo comunidade,

empresas e escolas e formar um centro de capacitação para auxiliar educadores e líderes sociais. (DIMENSTEIN, 2006, p. 87).

Utilizando-se da constatação de que escola e comunidade agindo em parceria em prol de uma educação de qualidade têm resultados tanto na frequência quanto no rendimento dos estudantes, o Projeto Pedagogia Comunitária é implantado na Cidade de Praia Grande pela Secretaria de Educação. Pensando em romper os muros das escolas e aproximar as famílias de seus educandos, o projeto abre as portas da escola para uma educação onde comunidade e equipe escolar unem forças.

Os pedagogos comunitários são professores concursados da rede municipal de ensino da Praia Grande que integram o quadro de especialistas do magistério público municipal. O professor que exerce a função perceberá função gratificada. "Art.5º. O Quadro do Magistério Público Municipal é constituído de classes integradas por cargos de provimento efetivo e funções gratificadas, da seguinte forma: [...] II – classe de Especialistas em Educação: [...] e) - pedagogo comunitário [...]." (PRAIA GRANDE, 2015).

Para ingressar na função o professor deverá ter no mínimo três anos de efetivo exercício no magistério público dentro da prefeitura de Praia Grande, ser formado em Pedagogia, mesmo que exercendo como cargo de origem função dentro de outra área específica dentro da rede de ensino – por exemplo, um professor de Educação Física da rede pode assumir a função de pedagogo comunitário, desde que tenha em sua formação a Pedagogia, mesmo que não a exerça.

Art. 2º. Para preenchimento das funções gratificadas, serão exigidos os requisitos estabelecidos no artigo 11 da Lei Complementar nº 592, de 27 de junho de 2011: [...] V - pedagogo comunitário: Licenciatura Plena em Pedagogia e ter, no mínimo, três anos de efetivo exercício docente no Magistério Público Municipal de Praia Grande. (PRAIA GRANDE, 2011, s.p.).

As ações na Pedagogia Comunitária vão desde encaminhamentos para a rede de saúde para discentes com dificuldades no aprendizado, encaminhamento para atividades esportivas, reuniões com as famílias para resolução de problemas ligados ao baixo rendimento e frequência, até ações na prevenção e combate à evasão escolar.

No momento em que o estudante começa a faltar, inicia a intervenção do pedagogo no contato com a família. Primeiramente ligamos para os

responsáveis pelo educando para indagar as ausências no âmbito escolar, caso seja um problema de ordem médica solicitamos o atestado, ou em outros casos orientamos a família. Havendo reincidência nas faltas, convocamos os pais para uma reunião na escola com o objetivo de explanar a importância e obrigatoriedade da frequência regular. Caso essas ações não resolvam a questão do abandono educacional, partimos para uma visita à residência do educando. Não havendo sucesso em todas as ações para que o estudante retome a frequência educacional regular, o caso é encaminhado ao Conselho Tutelar.

Desde 1997 quando foi o Projeto Evasão foi implantado, passando por 2005 com a inserção do Projeto da Pedagogia Comunitária, os números da evasão escolar caíram de 2,22% de educandos evadidos, sobre 4911 matriculados, para 0,56% de evadidos, de aproximadamente 34 mil estudantes matriculados no ensino fundamental (segundo dados fornecidos pela Secretaria de Educação de Praia Grande). Os dados indicam que dentro do município de Praia Grande, os projetos Evasão Escolar e Pedagogia Comunitária têm apresentado resultados efetivos na diminuição da quantidade de educandos evadidos.

4.4 Interação família e escola

A educação não se legitima fora do contexto em que o discente vive. Não há como se construir uma escola de qualidade pensando nela somente dos muros para dentro, por isso a escola deve atuar de forma democrática e participativa no contexto que se insere. A educação deve ser voltada para o social, já que quando se fala em educação não se pode desconsiderar a sociedade, a comunidade e o contexto familiar, social e político onde se insere (GADOTTI, 2012).

A comunidade escolar não pode ser vista apenas como a equipe docente e a instituição escolar. A família tem papel importantíssimo no processo de construção de uma escola democrática, ligada ao contexto social no qual se insere. Segundo Santos e Sales (2012), a participação democrática, com responsabilidade social, se dá a partir da articulação entre escola, professores, gestão e comunidade, através de um processo dialógico pensado

no coletivo. Silva Júnior (2017) reforça a importância da família no processo de aprendizagem, por se concretizar em um dos âmbitos em que ela acontece. Para Fornari (2012), a educação não pode ser vista como uma responsabilidade exclusiva de um determinado órgão ou município, mas deve ser compartilhada por todos, inclusive pela família.

Freire (1967) cita a importância de uma pedagogia voltada para a transformação social e política, visando o fim da exclusão e da desigualdade, voltada, portanto, para as classes populares (como pedagogia popular e libertadora). Não há como se pensar em uma educação transformadora em um contexto social se ela só se fundamenta em conceitos desprovidos da vida cotidiana dos educandos. E a família é parte imprescindível da vida desse ser histórico e social. É dentro do núcleo familiar que nascem as primeiras experiências e informações a respeito do mundo que os educandos trarão para dentro das escolas.

Nogueira (1998) afirma que a família, com uma frequência cada vez maior, vem adentrando aos espaços escolares, assim como a escola tem expandido suas ações cada vez mais na direção das famílias. Para Oliveira (2010), escola e família devem compartilhar a missão de preparar crianças e adolescentes para a inserção na sociedade de forma crítica, participativa e produtiva.

“Quando a família e a escola mantêm boas relações, as condições para um melhor aprendizado e desenvolvimento da criança podem ser maximizadas.” (POLONIA; DESSEN, 2005, p. 304). Torna-se necessário estimular a relação família-escola, levando em consideração as diferenças sociais e regionais que caracterizam a cultura brasileira. Uma integração de qualidade entre família e escola reverte no avanço cognitivo, afetivo e social dos educandos.

A escola deve ser um espaço aberto às famílias dos estudantes visando a participação ativa delas no processo de ensino-aprendizagem. As unidades educacionais devem abandonar o estereótipo de apenas se preocupar com o que há nos livros e para isso toda equipe escolar precisa estar disposta a agir coletivamente em um espaço voltado para a construção de conhecimento crítico.

Segundo Polonia e Dessen (2005), a família pode agir motivando a produtividade escolar e o rendimento acadêmico, enquanto que seu afastamento do meio educacional pode provocar o desinteresse escolar e a desvalorização da educação, principalmente nas classes menos favorecidas. A escola precisa compreender a relevância da colaboração das famílias na evolução educacional dos filhos, que futuramente reflete no sucesso profissional dos mesmos e também, na transformação social.

Millen (2010) ao pesquisar sobre a opinião dos professores sobre os motivos que provocam a evasão escolar obteve como resposta que poderiam estar enraizadas na família (ao não participar da vida escolar do educando), no estudante e na escola. Na visão dos educadores, a família é uma instituição repleta de problemas afetivos e financeiros, mas sua participação e interesse pela vida escolar do discente minimizariam a evasão escolar.

Ainda encontramos obstáculos que dificultam a relação com as famílias no meio educacional. Segundo Oliveira (2010), muitos professores relatam que, apesar de abrirem espaço à participação dos responsáveis dos estudantes na vida escolar, esses não demonstram interesse em relação à educação dos filhos, no momento em que atribuem à escola toda a responsabilidade pela educação.

Para que a participação da família realmente ocorra, a escola deve repensar a sua forma de lidar com o educando, deve buscar meios para inserir essa família dentro do meio educacional, aproximando o educando do processo educativo. A participação na vida escolar, quando apoiada pela família faz com que os discentes realmente se sintam valorizados dentro do contexto escolar.

No momento em que a família se torna efetiva dentro do contexto escolar, dificilmente teremos como resultado da instituição escolar o fracasso do estudante afirmado na evasão, pois a influência do contexto familiar é incisiva na decisão final do educando de abandonar os estudos. Segundo Silva (2019) é necessário o acompanhamento da família para que o jovem tenha condições de frequentar regularmente o ambiente escolar. A falta do apoio familiar dificulta a dedicação do discente aos estudos.

São inúmeros os fatores que levam ao discente evadir do sistema educacional, alguns ligados ao fracasso da instituição escolar. Fica claro a

todos que trabalham na educação que famílias participativas, que incentivam seus filhos no processo educativo, estão bem menos propícias a terem discentes que abandonam as escolas. As famílias devem perceber sua importância no âmbito escolar ao mesmo tempo em que as instituições devem reconhecer a relevância da parceria com as mesmas para o sucesso no processo educacional dos educandos.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

5.1 Delineamento

O delineamento escolhido para esta pesquisa foi o quantitativo e o qualitativo. O foco qualitativo por envolver pessoas, fatos e locais na investigação e reflexão a respeito dos fenômenos humanos, aprofundada no processo social vivido pelos indivíduos (CHIZZOTTI, 2003). Quantitativo, porque os dados coletados foram quantificados e tiveram uma análise estatística descritiva (MARCONI; LAKATOS, 2017) no que refere a frequência de educandos evadidos.

A pesquisa tem um caráter descritivo com análise documental. A pesquisa descritiva busca identificar e apresentar a existência da relação entre as variáveis, de modo que determine a natureza dessa relação (GIL, 2008). No caso deste estudo as possíveis causas da evasão.

A pesquisa documental refere-se a busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas entre outros materiais de divulgação (OLIVEIRA, 2007).

5.2 Contexto de realização da pesquisa

A pesquisa foi realizada inicialmente com os dados que documentaram a evasão escolar, referentes à população de estudantes do ensino fundamental público municipal de Praia Grande - SP no ano de 2019 (aproximadamente 34 mil estudantes – em 38 escolas de Ensino Fundamental) e posteriormente por meio de um questionário semiaberto em uma escola com alto índice de evasão no município no ano de 2019.

5.2.1 Caracterização da cidade de Praia Grande e da população educacional no ensino fundamental público municipal

Praia Grande é a terceira cidade mais populosa da baixada santista, com uma população estimada de 336.454 habitantes, segundo dados do IBGE para o ano de 2021 e uma área de 149,253 km² (IBGE, 2021). É uma cidade que tem como principal atividade econômica o turismo, sendo a quarta cidade mais visitada do Brasil no verão com uma praia com 22,5 km de extensão.

As escolas municipais de Praia Grande atendem a demanda da educação básica correspondente à educação infantil e o ensino fundamental, além de atenderem as modalidades de ensino da EJA (Educação de Jovens e Adultos) e Educação Especial. O número total de estudantes dentro da rede municipal compreende um número aproximado de 52 mil, enquanto a população de interesse desta pesquisa pertencente ao ensino fundamental, figura em torno de 34 mil. (segundo dados fornecidos pela Secretaria de Educação do município para a realização da pesquisa).

5.2.2 Contextualização da Unidade Escolar participante

A partir do conhecimento da escola com maior número de estudantes evadidos em 2019, vamos detalhar o contexto social onde a mesma se encontra para partirmos para uma análise dos dados fornecidos pelos professores.

A escola se encontra em um bairro periférico da cidade de Praia Grande, onde há muitas casas em situação de invasão, construídas irregularmente, sem condições de saneamento básico adequado. Há casas de alvenaria e madeira com estrutura básica de saneamento e habitabilidade, mas outras construídas com fiação elétrica e estrutura hidráulica inadequadas, apresenta condições precárias de habitação.

O bairro está em expansão diária e há a necessidade de ampliação de vagas escolares na região. A infraestrutura do bairro é razoável no que diz respeito a comércios, serviços de saúde por meio de Unidade de Saúde da Família (USAFA) e Centro de Referência a Assistência Social (CRAS). Mesmo assim, a maioria dos habitantes do bairro que circunda a escola trabalha em

outros bairros e até mesmo em outras cidades da região em funções como porteiro de prédio, empregada doméstica, entre outros, que em comum tem a dispensabilidade do ensino superior.

Quanto aos educandos, provém de famílias que em sua maioria tem mais de um filho. Alguns discentes, mesmo menores, já são pais e mães, e acabam por vezes indo ao encontro do abandono educacional relacionado à gravidez na adolescência.

Em 2019, a escola pesquisada apresentava salas de segundo ao nono anos do ensino fundamental com 1274 estudantes matriculados, sendo 672 no ensino fundamental I (segundo ao quinto anos) e 602 no fundamental II (sexto ao nono anos) distribuídos como mostra a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Número de estudantes por ano escolar de uma Escola com índice elevado de evasão

Ano escolar	Número de salas	Quantidade de estudantes
2 ano	6	181
3 ano	5	159
4 ano	5	153
5 ano	6	179
6 ano	5	159
7 ano	6	165
8 ano	5	145
9 ano	4	133
Total	42	1274

Fonte: elaborada pela Autora.

A escola possuía 31 professores atuando no ensino fundamental II, 3 professores atuando nos segmentos de fundamental I e II e 26 professores de fundamental I, totalizando 60 professores no corpo docente da escola no ano de 2019. Destes 60, 13 professores do fundamental II, 3 professores que atuavam no fundamental II e I e mais 5 professores de fundamental I participaram da pesquisa.

5.3 Participantes

A pesquisa foi realizada com os dados que documentaram a evasão escolar referente à população de estudantes do ensino fundamental público de Praia Grande - SP no ano de 2019, aproximadamente 34 mil estudantes.

No segundo momento de coleta participaram 20 professores de uma escola com índice elevado de evasão em 2019. Sendo 5 professores que trabalham do segundo ao quinto ano, 13 professores lecionam do sexto ao nono ano e 3 que trabalham no ensino fundamental do segundo ao nono ano. A escolha dos vinte educadores entre os sessenta que lecionavam em 2019 se deu pelos docentes que permaneceram na mesma unidade escolar até o ano de 2021.

5.4 Instrumentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada, preliminarmente, por meio de uma análise documental - busca identificar informações nos documentos a partir de questões desvelando aspectos do problema de pesquisa (LÜDKE; ANDRÉ, 1996) - a respeito da evasão escolar de Praia Grande durante o ano de 2019, dentro do ensino fundamental, no ensino público. Foram identificadas as informações referentes ao ensino fundamental, que tratam do campo de interesse da pesquisa, do primeiro ao nono anos.

Após a análise documental, o instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário via *google forms* com os professores de uma Escola com índice elevado de evasão no ano de 2019.

5.5 Procedimento de Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu após o envio do projeto e a aprovação pelo Comitê de Ética da Universidade (CAAE: 50880521.0.0000.5509). A pesquisadora dirigiu-se à Secretaria de Educação da cidade de Praia Grande, explicando os objetivos deste estudo e solicitou autorização para a sua realização - levantamento documental e coleta de dados na escola.

O levantamento documental foi realizado por meio da solicitação dos dados presentes em planilhas elaborados pela Secretaria de Educação utilizando-se das informações obtidas no preenchimento da planilha de estudantes não frequentes por cada Unidade Escolar ao final do ano letivo.

A cidade de Praia Grande, dentro do Projeto Evasão Escolar, possui um documento denominado Planilha dos alunos não frequentes (evadidos),

conforme Anexo C, preenchido ao findar o ano letivo com as prováveis causas que possam ter levado o estudante a abandonar os estudos, orientado pela seguinte legenda: 1- A família está sendo orientada, mas ainda não acompanha a obrigatoriedade da frequência e aproveitamento escolar do educando. 2- Doença do menor e/ou responsável. 3- Mudança de endereço / Endereço errado. 4- Ninguém no local. 5- Endereço e família não localizados. 6- Casa distante. 7- Assíduo após contato. 8- Viagem. 9- Estudando em outra escola. 10-Outras___(especificar a causa identificada).

A planilha dos alunos não frequentes (evadidos) é preenchida pelas pedagogas comunitárias elencando também, além das causas observadas, a data da visita domiciliar e envio ao Conselho Tutelar (ANEXO C). Nesse momento a Secretaria de Educação passa a elaborar gráficos e planilhas cujos dados foram solicitados e utilizados para quantificar o número de estudantes evadidos na rede de ensino municipal e na escola pesquisada.

Após a autorização da Secretaria de Educação, a pesquisadora se reuniu a equipe gestora de uma escola com alto índice de evasão e pleiteou a anuência para a realização do estudo (ANEXO A).

Após o consentimento da equipe gestora da escola para o estudo, foi realizada uma reunião pedagógica com os professores para explanar os objetivos da pesquisa e o convite para participação na mesma. Durante a reunião foi solicitado aos educadores a permissão para encaminhar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO B) via *whatsapp*, além do questionário semiaberto, foi explicitado que a participação era voluntária e sigilosa. O envio do questionário ocorreu após o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO B), via *google forms*.

5.6 Procedimentos de Análise de Dados

Os dados quantitativos obtidos nos documentos foram analisados por meio da estatística descritiva – obtenção em valor absoluto das ausências dos estudantes por escola e por ano escolar e em seguida, a porcentagem de evasão mediante o total de estudantes matriculados.

Os dados das questões abertas do questionário foram trazidos na íntegra para discussão com a literatura ponderando as significações, forma e a distribuição desses conteúdos.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 A evasão escolar no ensino fundamental Público de Praia Grande no ano de 2019

No ano de 2019, de um número absoluto de 33.308 estudantes matriculados no ensino fundamental, a cidade de Praia Grande apresentou 157 educandos evadidos - 0,47% do total de estudantes matriculados no município (PRAIA GRANDE, 2022). Os estudantes evadidos ficaram distribuídos como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – Número de estudantes evadidos no Ensino Fundamental público de Praia Grande em 2019 por ano escolar

Ano escolar	NF	%
1	21	13,37%
2	16	10,19%
3	15	9,55%
4	18	11,46%
5	15	9,55%
6	24	15,28%
7	14	8,91%
8	19	12,1%
9	15	9,55%
Total	157	100%

Fonte: elaborada pela Autora.

6.2 A evasão em uma das escolas que apresentou alto índice no ano de 2019

O próximo quadro apresenta os dados de uma Escola com alto índice de evasão ao final do ano de 2019, no segmento do ensino fundamental público municipal da cidade de Praia Grande, com 20 discentes evadidos de um total de 1274 estudantes matriculados - 1,569% dos discentes matriculados (PRAIA GRANDE, 2022):

Tabela 3 – Número de estudantes evadidos no Ensino Fundamental público de Praia Grande em 2019 por ano escolar em uma escola com índice elevado de evasão

Ano escolar	NF	%
2	0	0%
3	1	5%
4	2	10%
5	3	15%
6	0	0%
7	4	20%
8	7	35%
9	3	15%
Total	20	100%

Fonte: elaborada pela Autora

Entre os vinte estudantes evadidos ao final do ano de 2019, dois educandos não haviam sido retidos anteriormente. A turma com o maior número de evadidos foi o oitavo ano com 7 discentes – dos quais todos haviam apresentado pelo menos uma retenção até o ano de 2019 (dois estudantes estavam na primeira retenção enquanto os demais passavam de duas retenções).

Oportuno, também, ressaltar que no sétimo ano, a idade dos estudantes é entorno de 12 anos e contando algumas reprovações, alguns têm 14, 15 anos e ajudam no sustento da família. Cabe aqui, mostrar a importância que alguns Programa de Governo como o extinto Bolsa Família que auxiliava na renda familiar, no combate ao trabalho infantil e evasão escolar.

Segundo Weissheimer (2006), o Bolsa Família é um programa de transferência de renda, vinculado ao acesso a direitos sociais básicos, como saúde, alimentação, educação e assistência social. A obrigatoriedade de matrícula e frequência das crianças e adolescentes por parte das famílias para o recebimento do benefício acabava por influenciar sobre a diminuição da evasão escolar.

Nesse momento nos remetemos a uma via de mão dupla: o discente faltoso apresenta um baixo rendimento, acaba por ser retido e por fim evade. Alguns conseguem retornar no ano seguinte, percebem-se defasados em relação aos demais e acabam desistindo definitivamente ou apresentando uma nova retenção por baixo rendimento e o ciclo volta a se repetir. Patto (1992)

afirma que os educandos permanecem na escola até o momento que dispositivos excludentes atinjam as crianças com baixo rendimento. O baixo rendimento e a reprovação são destacados nos estudos de Leon e Menezes Filho (2002), Andrade Neto (2016), Sagrilo (2016), Costa (2017) e Pereira (2019) como motivadores da evasão.

Segundo Andrade Neto (2016), muitos dos discentes evadidos retornam às escolas em uma incômoda condição de defasagem distorção idade/ano escolar, o que pode gerar um desconforto e possivelmente nova evasão.

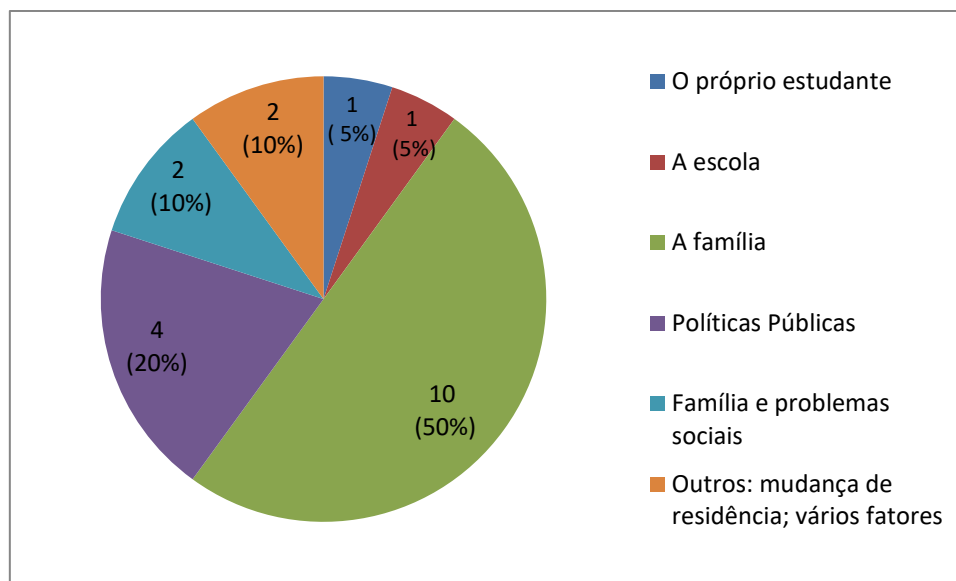
6.3 Análise do questionário aos educadores sobre a evasão escolar no ano de 2019

A pesquisa é composta de cinco perguntas com respostas fechadas e cinco perguntas com respostas abertas, conforme Apêndice A. O questionamento referente à contribuição com alguma sugestão para professores, escolas e famílias lidarem com a evasão escolar foi colocada como uma pergunta não obrigatória. Abaixo relacionaremos as Figuras com o resultado da pesquisa.

Foi perguntado aos participantes qual o principal agente responsável pela evasão escolar no ano de 2019.

Conforme a metade dos participantes - dez docentes, a família é o principal responsável pela evasão escolar. A família, também, é citada por mais dois participantes juntamente com as questões sociais. Ou seja, família é citada pela maioria dos docentes como principal responsável pela evasão escolar, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 – Principal agente responsável pela evasão escolar no ano de 2019, segundo os professores



Fonte: elaborada pela Autora

Políticas públicas é a segunda resposta de maior frequência entre os professores como a responsável pela evasão escolar. Somente um professor sinalizou ser a escola a principal responsável pela evasão.

As respostas ao questionamento sobre o principal agente responsável pela evasão escolar corroboram com os estudos de Patto (1999, 1992, 1988), Queiroz (2004), Millen (2010), Falcão (2010), Terencio (2014), Silva e Ranke (2017), Souza e Piccolo (2017), Silva et al. (2018), apesar dos autores irem além, pois não só destacam a importância das políticas públicas, evidenciam de forma enfática as falhas nas ações da escola e do sistema escolar sobre a problemática da evasão. Sendo que Patto (1992) destaca que há uma tendência a dispensar a escola de sua responsabilidade e atribuir ao educando suas dificuldades escolares. Segundo Millen (2010), na visão da escola e de seus educadores, a culpabilidade sobre o abandono escolar é ligado a fatores familiares e sociais, isentando-se da responsabilidade. Queiroz (2004) tece considerações alguns aspectos sociais que agem sobre a evasão escolar, mas sem eximir a responsabilidade da escola no processo de exclusão educacional.

Lembrando que o questionamento indaga aos participantes qual o principal agente responsável pela evasão, compreendendo-se por responsabilidade: qualidade de responsável, dever jurídico de responder pelos

próprios atos e os de outrem, sempre que estes atos violem os direitos de terceiros protegidos por lei, e de reparar os danos causados. A palavra Responsável tem origem no latim na palavra *responsabile*: que assumiu ou tem responsabilidade, que responde por atos próprios ou de outrem, que tem de dar conta dos seus atos públicos. Pessoa que é chamada à responsabilidade; que assume a culpa, que é chamada para prestar contas (MICHAELIS, 2000). Considera-se que o Estado, a escola, os professores são responsáveis pelos estudantes que estão sob seus cuidados, clamando por serem vistos como indivíduos únicos repletos de valor, de necessidades.

A Constituição Federal do Brasil (1988) em seu Artigo 205 traz a Educação como direito de todos e dever do Estado e da família em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL,1996). A menção da família e do Estado como responsáveis pela Educação pode passar a ingênua conclusão de que a responsabilidade recaia apenas sobre as ações do poder público e sobre a família, eximindo as responsabilidades das instituições escolares.

O Código Civil Brasileiro afirma a responsabilidade familiar quanto ao dever educacional em seu Art. 1.634 colocando como competência aos pais a criação e educação (BRASIL, 2002). Ao mesmo tempo, o código Penal impute aos responsáveis que não proporcionarem o direito à educação aos seus filhos em idade escolar pena de detenção de 15 dias à 1 (um) mês, ou multa (BRASIL, 1940).

As leis que direcionam a responsabilidade e as penalidades às famílias dos estudantes quanto a não promoção do direito à educação e o próprio significado da palavra responsável podem ter de certo modo interferido na resposta dos participantes da pesquisa no que diz respeito ao principal agente responsável pela evasão escolar.

Há, também, um alerta ao pensarmos que os docentes possam ter remetido às famílias a responsabilidade maior pela evasão talvez por ainda perpetuarem a costumeira isenção da escola de seu papel dentro da problemática da evasão, direcionando para fora de si as falhas educacionais.

Ainda somos incipientes no combate à evasão escolar, culpabilizando os estudantes e suas famílias, deixando para segundo plano a relevância das

ações e das metodologias utilizadas pelas escolas, como ressalta Andrade Neto (2016).

Ao remeter minha memória à minha trajetória como educadora, passo a compreender a visão da maior parte dos educadores ao escolherem a família como principal agente responsável pela evasão escolar. Por muitos anos eu também julguei excessivamente a responsabilidade das famílias em relação ao abandono educacional, o que foi sendo desmistificado com a proximidade maior da problemática.

No momento em que a escola e seus educadores seguem isentando-se da responsabilidade sobre o fracasso educacional, continua remetendo exclusivamente à família: “Na maioria das causas da evasão escolar a escola tem a responsabilidade de atribuir à desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra.” (ARROYO, 1997, p. 23).

Sabe-se que muitas vezes a família tem o poder decisório de levar ou não a criança para a escola, o que nos leva à compreensão do porquê da maioria dos professores coloca a família como a principal responsável, por relacionar a responsabilidade ao poder decisório. Assim como define o dicionário, a palavra responsável está diretamente ligada a responder pelos atos. Sendo que a família responde pela não frequência do educando, no que diz respeito à violação de direitos, a palavra responsável na pergunta pode ter levado as participantes a relacionar a evasão a quem responde legalmente pela criança ou adolescente.

Para Pereira (2019) a família tem sua parcela de responsabilidade sobre a evasão escolar. Fornari (2012) ratifica a visão de Pereira afirmando que a família é um dos determinantes para que a evasão escolar aconteça. Corroborando com os autores os estudos Queiroz (2004) onde a família foi apontada como um dos determinantes da evasão escolar por suas condições de vida ou por não acompanhar o estudante no cotidiano escolar. Em seus estudos, Millen (2010), cita a visão dos professores sobre a necessidade da família estar mais presente e participativa para minimizar a evasão escolar. Segundo Polonia e Dessen (2005), o afastamento da família do meio educacional pode provocar o desinteresse escolar, principalmente nas classes menos favorecidas.

Segundo Souza e Piccolo (2017), apesar de ser estabelecido em lei que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, este sistema é ineficaz e reflete no contexto social do educando. As famílias não fazem o seu papel de acompanhar os seus filhos no ambiente escolar, seja por não reconhecer a importância da escola na formação do indivíduo ou por residirem longe da escola.

Dois educadores apontaram a família juntamente com problemas sociais como principais agentes responsáveis pela evasão, talvez por considerarem que a composição dos dois fatores compõem o contexto da criança.

Ceratti (2008) acredita que o olhar sobre o problema da evasão não pode estar apenas voltado para o discente, mas para o contexto familiar, escolar e social no qual ele se encontra inserido, além das políticas públicas adotadas. Pereira (2019) acredita que os fatores determinantes da ocorrência da evasão são a escola, o educando, os pais/responsáveis e o meio social.

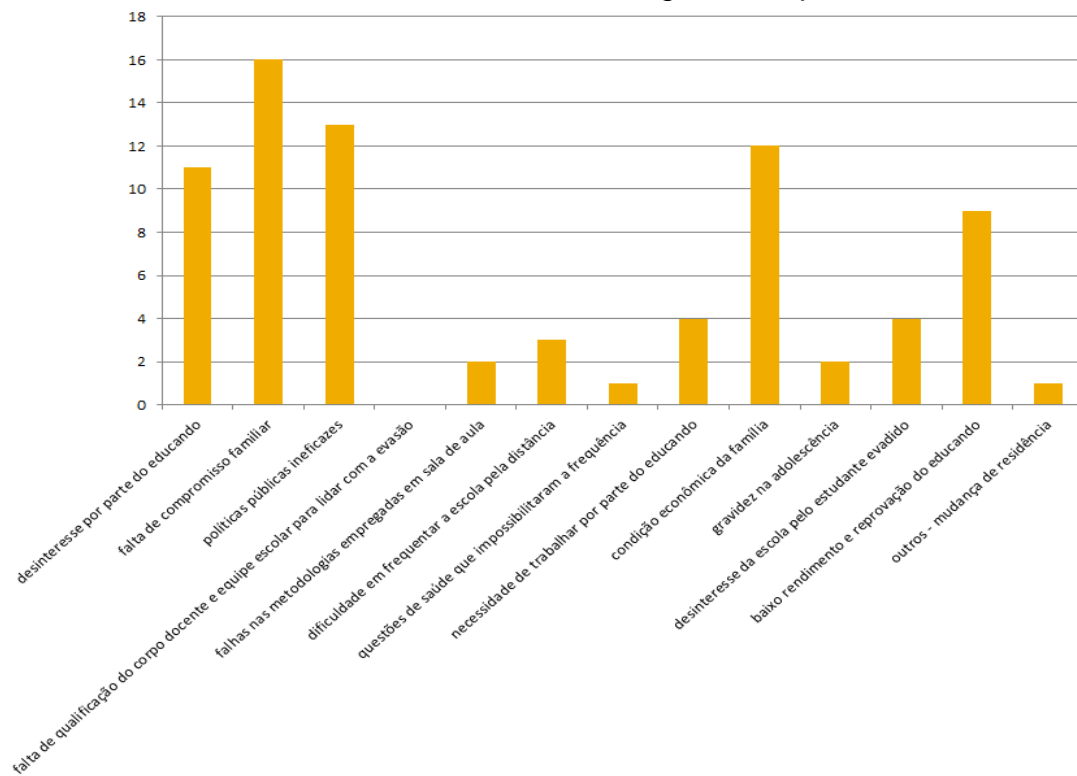
Dois educadores selecionaram a alternativa outros como resposta ao questionamento sobre o principal agente responsável pela evasão, sendo que um deles colocou como resposta mudança de endereço. Ao selecionar a resposta mudança de endereço como principal agente responsável pela evasão, acredito que a percepção do educador esteja ligada às constantes mudanças de endereço que ocorrem por parte das famílias no contexto da escola analisada. Percebo a constante mudança de residência devido à ocupação de locais de forma irregular e também pela instabilidade dos empregos informais que muitos responsáveis possuem, provocando uma migração por vezes no próprio bairro. Por vezes, durante o processo de alteração de residência as famílias não transferem os estudantes de escola e acabam evadindo.

O segundo educador que selecionou a resposta outros, apontou vários fatores como causadores da evasão, não justificando sua resposta. A resposta do educador de certa forma se mostrou evasiva por não especificar seu ponto de vista.

Os educadores também foram indagados sobre as possíveis causas que consideram estarem mais diretamente ligadas à evasão escolar no ensino

fundamental público de Praia Grande, no ensino presencial, no ano de 2019. As respostas são mostradas na Figura 2.

Figura 2 – Possíveis causas da evasão escolar no ensino fundamental público de Praia Grande no ano de 2019, segundo os professores



Fonte: elaborada pela Autora.

A escolha pela assertiva ‘desinteresse por parte do educando’ dentre as possíveis causas relacionadas à evasão foi selecionada por onze docentes (55%). Segundo Bordini (2021), os estudantes acabam desmotivando-se e conseqüentemente evadindo.

Os autores Queiroz (2004), Cortês (2009), Falcão (2010), Fornari (2012), Andrade Neto (2016), Costa (2017), Santos (2020), e Bordini (2021) mencionam o desinteresse do discente como fator que leva à evasão escolar, ao mesmo tempo em que relacionam a falta de interesse à metodologia empregada nas escolas. Falcão (2010) revela que a principal razão do abandono escolar seria a desconexão em relação ao mundo extraescolar levando à desmotivação do estudante.

Como educadora, ao conversar com os educandos faltosos, as seguintes falas se repetem constantemente: “não quero mais estudar, não tenho mais vontade, não estou mais a fim.” Muito me preocupa quando a fala

dos estudantes está condicionada ao interesse, pois penso que tipo de ensino pode estar sendo ofertado para assumir tamanha rejeição. Quando chegamos ao ponto do educando simplesmente se recusar a voltar ao ambiente escolar por não sentir vontade de estudar, provavelmente seus dizeres estejam relacionados a situações não resolvidas dentro dos muros escolares como um ensino pouco atrativo, retenções entre outros. Nesse momento acredito que a escola precisa rever as suas metodologias e a forma de lidar com o educando, promovendo o sentimento de pertencimento e valorização do mesmo dentro do ambiente educacional.

Dezesseis participantes (80%) optaram pela alternativa falta de compromisso familiar como uma das causas da evasão escolar. Queiroz (2004), Ceratti (2008), Madalóz, Scalabrin e Jappe (2012), Fornani (2012), Sagrilo (2016) e Pereira (2019) tecem considerações sobre a relação entre a participação da família e a evasão escolar.

Pereira (2019) acredita que a família tem sua parcela de responsabilidade sobre o abandono escolar no momento em que situações pertencentes ao núcleo familiar refletem na infrequência do educando na escola, como a necessidade de complementação de renda ligada a falta de recursos financeiros.

Ao realizar o meu trabalho como educadora e mais especificamente como pedagoga comunitária, percebo que as famílias com maior participação e interesse no contexto escolar têm em seus filhos estudantes mais preocupados em frequentar as aulas. Quando a família não percebe na escola a importância que lhe é devida dentro da formação cidadã, outros fatores como desinteresse, problemas relativos ao contexto escolar entre outros incidem com maior força sobre o poder de decisão que vai ao encontro do abandono educacional. Em outras palavras, o que visualizo em minha prática é que a família que vê a relevância da escola age em favor da frequência regular dos filhos mesmo que eles estejam cercados por diversos outros fatores que os levariam a desistir de estudar.

A escolha por políticas públicas ineficazes aparece nas respostas de treze professores (65%). Queiroz (2004), Ceratti (2008), Madalóz, Scalabrin e Jappe (2012), Fornani (2012), Johann (2012), Terencio (2014), Silva Júnior

(2017), Silva (2019) e Pereira (2019) relacionam as falhas nas políticas públicas à evasão.

As políticas públicas mal empregadas, sem um direcionamento pedagógico adequado, remetem ao abandono escolar. Segundo Flach (2011), Terencio (2014), Silva Júnior (2017), Silva (2019) e Pereira (2019), a educação necessita do fortalecimento de políticas públicas voltadas para a permanência dos educandos dentro do contexto escolar.

A educação necessita do fortalecimento de políticas públicas voltadas para a permanência dos educandos dentro do contexto escolar. Para Terencio (2014), políticas públicas adequadas juntamente com a união de pais, professores, estudantes, funcionários, direção e equipe pedagógica podem reverter o quadro da evasão escolar.

A aplicabilidade das políticas públicas deve apresentar uma relação íntima com efetivação de direitos sociais, ao alcance dos excluídos da sociedade, inclusive os estudantes marginalizados por meio da evasão escolar. Segundo Arretche (2008), as políticas públicas aplicadas de forma efetiva se aproximam da redução dos índices de pobreza, desigualdade e exclusão social.

Acredito que a efetivação de políticas públicas é de extrema importância no combate ao problema da evasão, mas há de se tomar cuidado ao apontar unicamente na sua direção afastando do ambiente escolar as responsabilidades. Na cidade de Praia Grande possuímos políticas públicas empregadas no sentido de agir no problema da evasão que vêm apresentando resultados com a diminuição da evasão escolar de 2,22% educandos evadidos em 1997 para 0,56% em 2019 - Projeto Evasão Escolar e Projeto Pedagogia Comunitária (PRAIA GRANDE, 2022).

A assertiva falta de qualificação do corpo docente e equipe escolar para lidar com a evasão não foi selecionada por nenhum professor como causa da evasão escolar, o que não corrobora a opinião de Madalóz, Scalabrin e Jappe (2012), Camargo e Rios (2018) e Bordini (2021).

Madalóz, Scalabrin e Jappe (2012) relatam falhas na formação dos professores ao dialogar a respeito dos motivos pelos quais a evasão acontece. Camargo e Rios (2018) afirmam que a evasão escolar pode ocorrer devido a diversas situações, dentre elas profissionais despreparados e desmotivados,

além da formação inicial e continuada dos professores ser reconhecidamente falha. Bordini (2021) relaciona entre as causas da evasão à formação do corpo docente.

Falhas nas metodologias empregadas em sala de aula foram apontadas somente por dois educadores, o que não ratifica a visão sobre as causas da evasão de grande parte dos autores apresentados no referencial teórico dessa dissertação: Bruns (1987), Biancalana (1998), Queiroz (2004), Ceratti (2008), Falcão (2010), Terencio (2014), Madalóz, Scalabrin e Jappe (2012), Johann (2012), Souza e Piccolo (2017), Camargo e Rios (2018), Krindges e Natário (2020) e Bordini (2021).

Souza e Piccolo (2017) afirmam que os discentes não estudam em uma escola atrativa, pois os métodos de ensino e aprendizagem praticados não despertam o prazer em aprender. Conforme Krindges e Natário (2020), o ensino fragmentado e desvinculado da realidade do estudante muitas vezes acarreta o abandono escolar.

A escola precisa abraçar o seu discente - o ensino deve ser voltado para a individualidade do educando, partindo do que ele sabe, fazendo com que o mesmo sinta-se parte do processo educacional. Para tanto há de se reformular métodos ainda utilizados nas salas de aula: ainda me deparo, ao passar pelos corredores da escola, com aquelas aulas em que os educandos são tratados como copistas. A escola encontra-se em um local de vulnerabilidade social, conseqüentemente seus educandos precisam de um olhar carregado do sentimento de que podemos fazer a diferença.

Dificuldade em frequentar a escola pela distância aparece na resposta de três participantes. Cortês (2009), Andrade Neto (2016) e Santos (2020) citam a distância da escola como um entrave na permanência dos estudantes no contexto educacional.

Questões de saúde que impossibilitaram a frequência foram citadas por apenas um docente como uma das quatro causas mais relevantes da evasão mencionadas nesse estudo. Andrade Neto (2016), Silva Júnior (2017), Costa (2017), Santos (2020) e Bordini (2021), corroboram a visão do educador ao citarem situações relacionadas à saúde como motivos para o abandono escolar.

Necessidade de trabalhar por parte do educando foi mencionada por quatro docentes como uma das principais causas da evasão escolar. Os docentes que mencionaram o trabalho como causador da evasão escolar lecionam para o ensino fundamental II (6º ao 9º anos), faixa etária que costuma apresentar uma maior quantidade de jovens que precisam auxiliar as famílias na renda. Percebo em meu cotidiano como pedagoga que o abandono escolar em virtude da entrada do mercado de trabalho ocorre a partir do sétimo ano com uma incidência maior. Talvez seja por essa razão que esta causa tenha sido apontada por educadores que ministram aulas para o ensino fundamental II, por ser um entrave mais próximo à sua realidade.

A necessidade de trabalhar por parte do educando de 12, 13, 14 anos de idade é verificada há décadas como um dos fatores que levam ao abandono escolar pelos estudiosos: Bruns (1987), Biancalana (1998), Queiroz (2004), Cortês (2009), Fornani (2012), Sagrilo (2016), Bezerra (2017), Camargo e Rios (2018), Silva et al. (2018), Santos (2020) e Bordini (2021).

A evasão escolar devido à necessidade de trabalhar está diretamente ligada à condição econômica e social dos discentes, de suas famílias e o desamparo social que levam muitos jovens e até mesmo pré-adolescentes a abandonarem a escola para trabalharem. Segundo Silva et al. (2018), muitos discentes abandonam os estudos devido a necessidades econômicas que levam o jovem a procurar o mercado de trabalho precocemente.

Entre os professores, doze apontaram a condição econômica da família como uma das quatro principais causas que levam o educando a evadir. Patto (1992), Biancalana (1998), Queiroz (2004), Oliveira (2007), Ceratti (2008), Chauí (2009), Cortês (2009), Fornani (2012), Johann (2012), Madalóz, Scalabrin e Jappe (2012), Costa (2017), Camargo e Rios (2018), Silva et al. (2018) e Bordini (2021) dialogam sobre a influência dos fatores econômicos sobre o abandono educacional.

Segundo Oliveira (2007) setores mais pobres evadem mais e concluem menos a vida educacional. Conforme Chauí (2009) quando não são dadas oportunidades de ingresso e permanência dos estudantes, principalmente aos das classes sociais mais frágeis economicamente, a educação passa a excluir. Dos Santos (2020) corrobora Chauí ao afirmar que a evasão nas escolas atinge principalmente as classes mais desfavorecidas da sociedade.

Ao pensarmos que as classes sociais menos favorecidas têm maiores chances de abandonarem os estudos por não verem uma oportunidade de saírem da condição de oprimidos do meio social, a escola passa a agir de forma capitalista mantendo seus educandos na condição de exploração imposta pelo meio social (CHAUÍ, 2009).

Enquanto a escola não criar condições para que o discente aja criticamente sobre sua própria condição, percebendo-se como integrante da sociedade, passa a ser mais um mecanismo excludente. Não há como dar condições de igualdade ao acesso na sociedade capitalista em que vivemos, mas há como desenvolver a criticidade nos educandos de forma a buscarem por condições melhores de vida. Para Vieira (2007), o nosso país apresenta desigualdades no que se refere à distribuição das oportunidades educacionais.

A gravidez na adolescência foi apontada por dois educadores, como uma das causas da evasão. Os dois educadores ministram aulas no ensino fundamental II na Unidade Escolar, o que aproxima mais a problemática do abandono educacional ligada à gravidez precoce aos anos finais do ensino fundamental. Segundo Sagrilo (2016), Costa (2017) e Pereira (2019), a gravidez precoce é um dos fatores relevantes que contribuem para o alto índice de abandono escolar.

No ano de 2021, durante o ensino híbrido e *online*, tivemos três educandas grávidas no nono ano, sendo que duas delas que deixaram claro que não abandonariam os estudos pela possibilidade de fazê-lo remotamente. Uma das educandas relatou que sentia um desconforto de encontrar as colegas estando grávida enquanto a outra deixou claro que a mãe exigiu que a jovem trabalhasse assim que soube da sua gravidez. De uma certa forma, o ensino remoto proporcionou às estudantes a terminalidade do ensino fundamental ao invés de engrossar as estatísticas dos discentes evadidos. A outra educanda relatou que continuaria *online*, mas caso voltasse ao ensino obrigatório presencial ela retomaria as aulas na escola. As situações elencadas nos mostram o quanto a gravidez na adolescência ainda se apresenta como um entrave decisivo no abandono escolar.

Quatro professores sinalizaram o desinteresse da escola pelo estudante evadido como um dos principais fatores que ocasionam a desistência da vida escolar. Contribuem com a visão destes educadores sobre a influência das

ações escolares sobre a evasão os seguintes autores citados no referencial teórico: Queiroz (2004), Fornari (2012), Terencio (2014), Souza e Piccolo (2017), Silva et al. (2018) e Krindges e Natário (2020).

Fornari (2012) apresenta como um dos fatores da evasão escolar a postura permissiva da escola diante do fracasso dos estudantes. Já Terencio (2014) contextualiza a respeito das atitudes antidemocráticas que marcam o contexto educacional, que reforçam uma educação excludente e opressora às classes marginalizadas. Silva et al. (2018) afirmam que a evasão é muitas vezes aceita de forma passiva pelas escolas e sistemas de ensino, que não combatem suas causas.

O baixo rendimento e a reprovação foram apontados por nove educadores como uma das causas da evasão escolar. Em consonância com os professores, Leon e Menezes Filho (2002), Andrade Neto (2016), Sagrilo (2016), Costa (2017) e Pereira (2019) citam a defasagem ano/idade e a reprovação como fatores intimamente ligados à evasão.

Quanto à reprovação e à evasão, Patto (1992) relata que as crianças permanecem na escola até que mecanismos de exclusão ajam sobre as crianças com baixo rendimento. Aquino (1997) e Arroyo (2000) alertam para as avaliações utilizadas para ameaçar e punir, como um mecanismo de seleção e conseqüentemente exclusão escolar e social. A exclusão educacional reflete no abandono escolar.

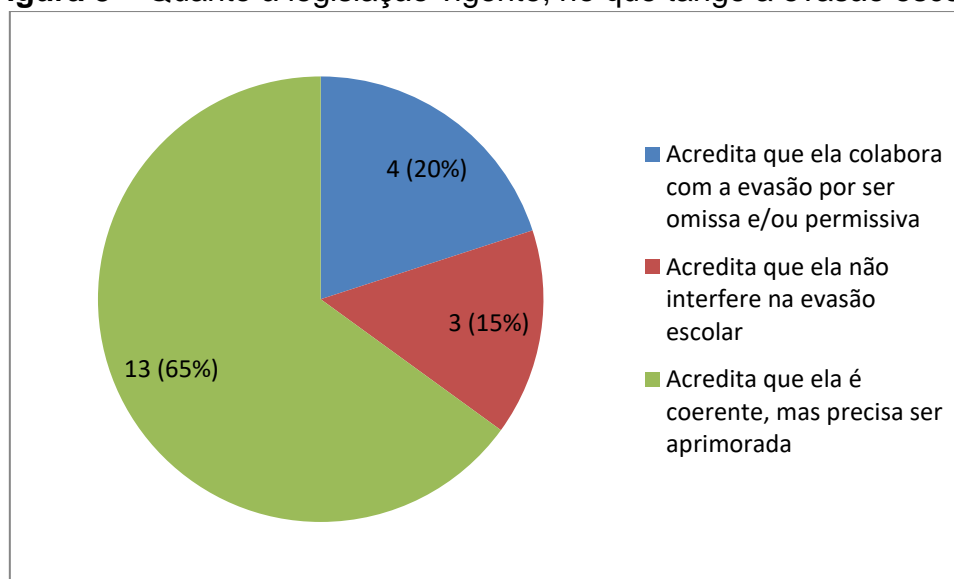
Quanto à defasagem ano/idade, durante meu cotidiano como pedagoga comunitária, ao dialogar com os educandos que sofreram reprovações percebo uma dificuldade dos mesmos em se sentirem pertencentes ao ambiente da sala de aula onde estudam. Os relatos dos estudantes são que sentem um desconforto diante dos colegas mais novos. Nesse momento, procuro motivar o discente demonstrando que ele é importante para a escola da mesma forma que a escola sempre será importante para a sua vida.

Como outras causas houve apenas um educador (5%) que mencionou a mudança de residência para outra cidade ou estado como fator de abandono educacional.

Seguimos este estudo perguntando aos docentes o quanto à legislação vigente colabora ou não com a evasão escolar.

Ao analisarmos as respostas das educadoras, ilustradas na Figura 3, podemos perceber que a maioria dos professores, treze educadores, acredita que a legislação brasileira é coerente, mas precisa ser aprimorada. Nenhum dos participantes respondeu que a legislação está de acordo com a realidade brasileira. Três educadores acreditam que a legislação não interfere sobre a evasão escolar. Quatro educadores acreditam que ela colabora com a evasão por ser omissa e/ou permissiva.

Figura 3 – Quanto à legislação vigente, no que tange a evasão escolar



Fonte: elaborada pela Autora

Sabe-se que a garantia da educação em lei não se concretiza em uma educação pública de qualidade para todos no momento em que apesar de garantido o acesso ao estudante não lhe é garantido a permanência.

É necessário entender a educação enquanto direito para que haja a efetivação da cidadania do povo brasileiro, para tanto, a garantia da educação deve ocorrer integralmente e não apenas como possibilidade de acesso à escola (FLACH, 2011).

Para Silva e Santos (2015), as leis brasileiras garantem a todos o direito um ensino de qualidade, mas não estão em conformidade com a prática cujas falhas contribuem para o estudante a evadir da escola.

Em comum nas pesquisas de Forgiarini (2007), Flach (2011) e Silva e Santos (2015) temos que o problema da evasão não está ligado a falhas na legislação, mas sim na concretização de suas determinações.

A nossa Constituição (BRASIL, 1988), deixa claro em seu artigo 227 o dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, entre outros direitos, o direito à educação. A Lei de Diretrizes e Bases, reforça os dizeres da constituição ao coloca a educação como dever da família e dos estado (BRASIL, 1996).

Quanto a ações punitivas aos que incumbe como responsáveis legais pela instrução dos educandos em idade escolar, o Código Penal brasileiro (BRASIL, 1940) determina detenção de quinze dias a um mês ou multa.

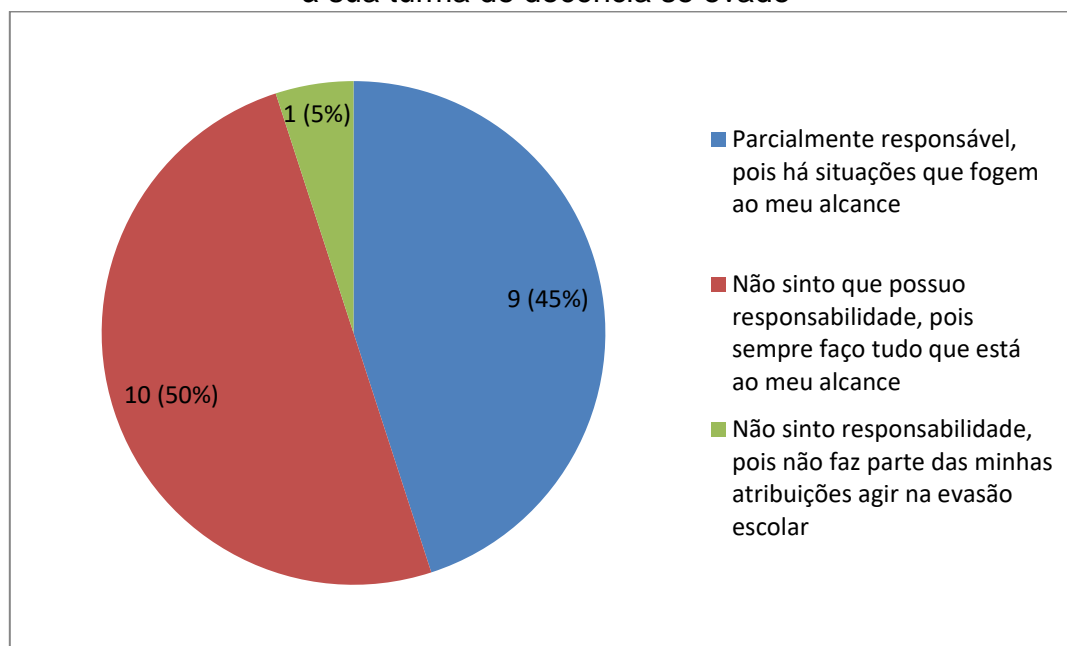
Ao dialogar com a nossa Constituição (BRASIL, 1988), a Lei da Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) e o Código Penal brasileiro (BRASIL, 1940), pode-se inferir que há um respaldo legal bem elaborado quanto à determinação da obrigatoriedade da educação e possíveis ações punitivas no caso do seu descumprimento. No momento em que temos respaldado em lei o direito à Educação, a não garantia desses direitos, como ocorre quando o educando evade, tem uma relação direta com o distanciamento entre as leis e a prática social.

Não acredito que a legislação do nosso país colabore com a evasão por ser omissa ou permissiva, como responderam quatro educadores, a omissão estaria no momento de executá-las. A violação de direitos dos educandos se dá pela deficiência nas ações que possibilitam que o estudante retorne ao contexto escolar, seja pela omissão do Estado em executar as leis ou pela sociedade.

Aos educadores foram perguntados sobre como se sentem quando um estudante de sua turma de docência se evade.

Dez educadores alegam que não que sentem responsabilidade, nove sentem parcialmente a responsabilidade e apenas uma afirma que não sente nenhuma responsabilidade, como ilustra a Figura 4.

Figura 4 – Como se sentem os professores quando um estudante pertencente à sua turma de docência se evade



Fonte: elaborada pela Autora.

Primeiramente iremos dialogar com a fala das dez professoras que responderam que não sentem que possuem responsabilidade, pois sempre fazem tudo que está ao seu alcance. Dentre os participantes que não sentem responsabilidade obtivemos a seguinte resposta:

“Não sinto responsabilidade, pois há uma infinidade de questões envolvidas para muito além da minha responsabilidade, porém, sinto frustração pelo aluno.”
(Participante 14).

A fala do Participante 14 apresenta dizeres que nos remete a relacionar outros questionamentos, pois em diversos momentos reforçou o quanto metodologias mal empregadas e as ações da escola contribuem diretamente para a evasão escolar. Como parte da escola, trabalhando em sala de aula, mostra uma falta de pertencimento à escola e tudo que ocorre nela, em especial, a evasão do discente.

Acredito que o sentimento de responsabilidade sobre a evasão escolar está diretamente ligado à sensação de pertencimento do professor às problemáticas da escola. Segundo Vaz e André (2015, p.3): “Percebemos que a construção da identidade está intimamente ligada ao ambiente em que o

sujeito está inserido, ao sentimento de pertencimento, aos hábitos, às visões e aos posicionamentos perante as situações do dia a dia.”

No momento em que, indiferente das ações e esforços que tivemos em relação ao educando durante a sua trajetória escolar, nos percebermos atingidos e participantes desse processo de abandono educacional, certamente estaremos ainda mais engajados em ações para que esse discente seja resgatado e que a evasão educacional não se repita e nem se alastre.

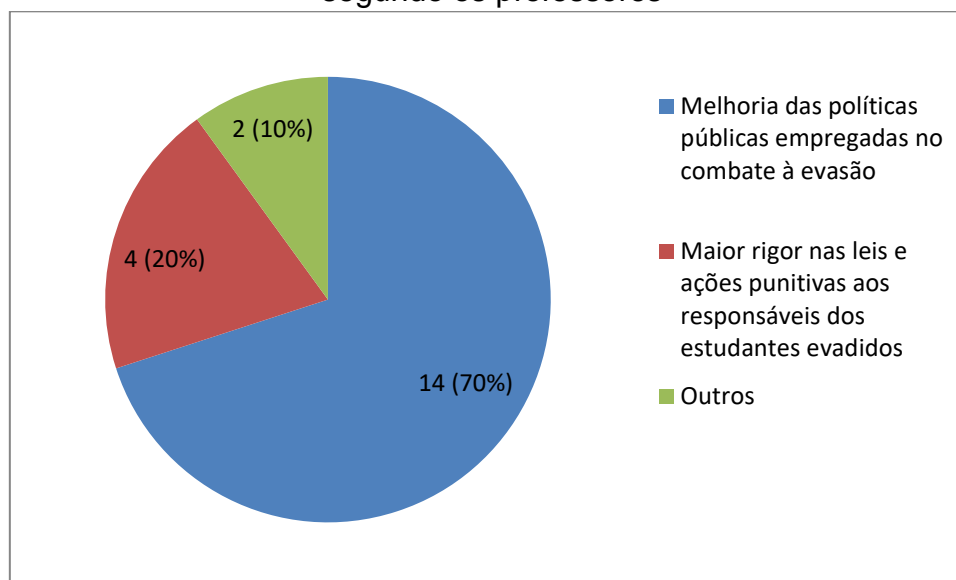
Quando os participantes se posicionam com o sentimento de parcialmente responsáveis, por haver situações que fogem ao seu alcance, demonstram estarem mais próximos dos estudantes que estão marginalizados na sociedade. Atrelando o sentimento de pertencimento ao problema da evasão, espera-se que os professores lutem para que ele seja minimizado. Ao mesmo tempo, os educadores têm a consciência que por maior que seja a luta, em algum momento podem ocorrer mecanismos de exclusão que levam à evasão e que vão além da sua possibilidade de intervenção.

No momento em que os docentes não sentem que possuem responsabilidade sobre a evasão, pois sempre fazem tudo que está ao seu alcance, me pergunto se os participantes têm a ideia do quanto podem fazer a diferença na vida das crianças. Talvez os educadores não tenham a percepção do quanto podem interferir sobre a construção dos futuros cidadãos no momento em que estão engajados na luta pela educação. Como ressalta Freire (2000, p. 31), “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. O autor mostra a importância da escola em nossa sociedade.

No momento em que o participante diz não sentir responsabilidade quando um estudante evade, por não fazer parte das suas atribuições agir sobre a evasão escolar, ele se exime do compromisso com seus educandos no contexto educacional. A exclusão escolar passa a ser vista como algo “natural” por não lhe pertencer, assim como as instituições que são isentadas no processo de exclusão dos discentes.

Ao ser questionado aos docentes qual a melhor iniciativa para amenizar o problema da evasão escolar em sua escola, a maioria dos participantes alegou ser a melhoria das políticas públicas, conforme Figura 5.

Figura 5 – A melhor iniciativa para amenizar o problema da evasão escolar, segundo os professores



Fonte: elaborada pela Autora.

A maior parte dos docentes, num total de quatorze professores, respondeu que a melhor iniciativa para amenizar a evasão escolar seria a melhoria das políticas públicas empregadas no combate à evasão. Segundo Flach (2011), a educação necessita de estratégias do poder público para que seja garantida de forma concreta.

As ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais (HOFLING, 2001), portanto as políticas públicas devem atender às necessidades da sua população, principalmente daqueles que foram marginalizados perante os direitos como o da educação.

Quatro educadores responderam que a melhor iniciativa seria um rigor maior nas leis e ações punitivas aos responsáveis dos estudantes evadidos. Ao refletirmos sobre as leis atuais, podemos perceber que já há em nosso código penal (BRASIL, 1940), a punição por meio de multa ou detenção dos responsáveis que não assegurarem o direito à educação da criança ou adolescente.

Ao impormos um rigor maior às famílias dos estudantes evadidos, me pergunto quem realmente sofre a maior das punições? O educando que evade muitas vezes é o que abandona os estudos para trabalhar e ajudar a família, sendo assim, vamos punir ainda mais esse indivíduo e o núcleo familiar pelas condições econômicas que não possuem. Acompanho inúmeras situações no meu dia a dia como pedagoga comunitária e constato que somente punir não trará os estudantes para dentro das salas de aula. Há de se resgatar esse educando valorizando-o na sua individualidade, oferecendo uma educação voltada para a cidadania e democracia que se sinta parte do contexto escolar e realmente queira permanecer nele.

Trazer o estudante para a sala de aula não pode depender de atribuir multas ou restringir a liberdade dos responsáveis legais, se aproxima do transformar o espaço escolar em um local que possa promover a inserção social de todos. Assim sendo, condenar ainda mais o contexto familiar do estudante que, muitas vezes, já está sendo penitenciado pelo não acesso ao universo escolar pode ao mesmo tempo não resolver a problemática da evasão e aumentar as perdas do próprio estudante.

Dois educadores responderam que a melhor iniciativa para amenizar o problema da evasão escolar seria outros - um educador pontuou: melhoria nas políticas públicas de distribuição de renda e geração de trabalho e emprego. Enquanto que o outro professor respondeu:

“transformar a escola com base noutra modelo de educação e aprendizado.” (Participante 14).

Os dizeres relacionados ao contexto educacional poderiam nos levar a uma conclusão que o professor se vê como agente transformador do local onde trabalha, empenhando esforços a favor da escola. O professor (Participante 14), anteriormente, afirmou ser a escola o principal agente responsável pela evasão no primeiro questionamento. Ao mesmo tempo, afirmou que não se sentia responsável pela evasão do estudante pertencente à sua turma, apenas frustração pelo estudante evadido – logo abaixo da Figura 4. As respostas revelam divergências. Ao passo que considera a escola como principal agente da evasão escolar e que a mesma precisa ser transformada para que seja amenizada a questão do abandono educacional, coloca-se numa posição de espectador quando a problemática se aproxima mais intimamente da sua

realidade, não vendo na própria conduta ações que possam estar levando o educando a evadir.

Quando questionados se acreditam que metodologias e conteúdos aplicados em sala de aula contribuem para a evasão dos discentes, seis professores disseram que elas não contribuem para a evasão.

Nas respostas podemos perceber novamente a fala que remete à família a responsabilidade pela evasão em duas falas:

Acredito que o contexto familiar e socioeconômico de muitos estudantes faça com que eles não se interessem pelos estudos desenvolvidos pela escola [...].” (Participante 18).

A fala do professor (Participante 18) afasta o problema da evasão escolar das esferas escolares, direcionando o olhar ao papel da família e às influências socioeconômicas sobre a decisão do abandono educacional.

Ao analisarmos a comunidade onde a Escola pesquisada se encontra, podemos perceber que se trata de uma região periférica dotada de problemas sociais e econômicos, tais como: desemprego e empregos informais, casas sem saneamento básico e improvisadas em áreas invadidas, mães adolescentes, entre outros. Devido à fragilidade socioeconômica da população torna-se ainda mais importante o papel social da escola de atuar na construção de indivíduos que possam sair da condição de excluídos e explorados socialmente.

[...] geralmente os casos de evasão estão relacionados a situações pessoais e familiares.” (Participante 3).

Em consonância com o Professor (Participante 18) aparece novamente a fala que remete à família a culpabilidade pela evasão nas respostas do participante 3, situação que foi percebida desde as respostas aos primeiros questionamentos realizados via *Google forms* para os educadores.

No tocante às famílias dos discentes que frequentam a escola participante, vamos encontrar mães adolescentes, famílias numerosas que muitas vezes dependem do programa bolsa família entre outros programas do governo ou ações sociais para sobreviver, mães que são chefes de família onde o genitor por vezes não se encontra presente sequer na certidão de

nascimento. Encontramos na nossa comunidade escolar famílias em situações de fragilidade social que precisam da escola para que a evasão escolar não aconteça. Não estou eximindo a família da sua responsabilidade, bem pelo contrário, pois até mesmo perante a lei ela tem seus deveres e obrigações perante seus filhos. Percebo sim que a escola tem um poder que talvez educadores e gestores ainda não tenham percebido: de resgatar o estudante marginalizado e dar a ele a condição de cidadão.

Desde a formação inicial do professor deve haver um preparo para entender e lidar com a evasão escolar. Muitas vezes a formação, não só a inicial como também a continuada, investe pouco nessa seara e a deixa anestesiada a ponto de não percebermos na maioria das vezes a magnitude da nossa profissão para lidar com ela.

Somos educadores, portanto agentes na construção de uma sociedade mais justa. No momento em que o educador passar a perceber a relevância e o poder que tem de transformar a realidade do discente estaremos caminhando para uma sociedade menos excludente e uma escola mais acolhedora da qual o educando sinta necessidade de fazer parte e não queira sair.

Encontramos também nas respostas dos educadores que as metodologias interferem parcialmente na evasão (três educadores), pois não são os únicos motivadores e por muitas vezes os conteúdos não são atrativos.

Dois educadores afirmaram que, dependendo da situação, há influência das metodologias e conteúdos empregados em sala de aula sobre a evasão escolar. Por isso, acreditam que seja necessário uma formação continuada para os professores e um olhar mais atento para a ausência de materiais disponíveis para o trabalho docente. A questão do material foi apontada por mais um educador, que citou que metodologias e conteúdos talvez interfiram na evasão no momento em que não há equipamentos disponíveis e funcionando, com internet disponível.

Sete docentes acreditam que metodologias e conteúdos contribuem para a evasão escolar. Dentre as falas foi citada a seguinte opinião sobre a escola:

“[...] Nossa escola é fruto de um modelo colonizador, que aqui se mostrou escravocrata, ditatorial, racista, elitista e discriminatório. [...] Assim, a escola produz, objetivamente, um povo alienado de si mesmo, incapaz

de fazer uma crítica qualificada, pois sua crítica desde sempre é considerada subversiva, e a resposta pronta da escola a qualquer mínimo movimento que saia do seu controle é sempre a repressão. Logo, o indivíduo aprende, na escola, mais a se comportar e a seguir ordens do que a desenvolver o pensamento e produzir conhecimento. Nem todos aceitam esse tipo de imposição, e são justa e majoritariamente esses os alunos que evadem: eles não veem sentido em estudar, uma vez que estudar não lhes produz muitas boas experiências, mas sim determinações, enquadramentos, capturas, reprimendas, repressões, que impedem a sua livre expressão. (Participante 14).

A fala do Participante 14 remete ao pensamento de autores como Chauí (2009), que critica a construção da escola ao perpetuar a sociedade capitalista que vivemos, visando manter os indivíduos na sua condição exploratória e marginalizada.

O estudante que não se vê como parte do processo de ensino, não vê sentido em participar do contexto escolar. No momento em que o indivíduo não é reconhecido dentro da sua individualidade e valorizado dentro de sua cultura para se tornar um futuro cidadão participante na comunidade em que vive ele, pode acabar por desistir da escola e evadir.

A escola e seus educadores podem agir para a transformação do espaço educacional em um local democrático, onde há a consciência das ações opressoras da sociedade em que vivemos, mas há a construção de uma consciência de que mudar é possível.

O professor enquanto intelectual transformador (GIROUX, 1997) tem o poder de auxiliar os educandos a construírem o conhecimento de forma crítica. Segundo Gómez (1998), dentro da função social da escola, percebemos os conteúdos sendo trabalhados de forma democrática, mediados dialeticamente e criticamente pelo professor.

Ainda no diálogo com o referido Professor (Participante 14), podemos inferir que o mesmo tem a percepção que a escola tradicional se perpetua a gerações, passando a não valorização do indivíduo e a negligência aos

educandos como herança às futuras famílias:

Ao mesmo tempo, a família, possivelmente não escolarizada, não entende o valor da Educação a ponto de lhe incentivar. Um pai e mãe que não estudaram, à sua época, simplesmente não conhecem o valor do estudo, e assim não tem de onde tirar suporte social e cultural para garantir a permanência do aluno na escola: ela não sabe pra que serve a escola, pois não teve a experiência. [...]"
(Participante 14).

No meu trabalho como pedagoga comunitária percebo uma tendência maior dos estudantes cujos pais não completaram o ensino fundamental a abandonarem os estudos precocemente. Provavelmente, como a fala do Participante 14 reforça, a falta de entendimento da importância da Educação dos pais se propague na visão dos filhos que não possuem uma referência do valor da escolarização para sua vida.

Dentro dos educadores que sinalizaram positivamente sobre a influência dos métodos e conteúdos houve a correlação entre conteúdos prazerosos vinculados ao contexto do educando com a sensação de pertencimento do discente ao espaço por dois docentes. Outro docente pontuou:

"[...] às vezes atividades repetitivas, decorebas podem espantar nossos alunos." (Participante 1).

Dois educadores colocaram como uma das causas da evasão, quando o ensino não atende às necessidades educacionais do estudante, dentro da sua individualidade e especificidade. Enquanto outro professor relata que sim, mas que acontece poucas vezes e remete novamente à vulnerabilidade social:

"Na minha experiência os alunos que são evadidos são aqueles mais vulneráveis socialmente, que não tem uma estrutura familiar que o suporte e possibilite o desenvolvimento de seus estudos. Os alunos que "se preocupam" com a metodologia utilizada na sala de aula vão frequentar a escola porque é obrigatório." (Participante10).

O Educador (Participante 12) respondeu de forma evasiva, ao afirmar que não há como saber se conteúdos e metodologias contribuem para a evasão escolar.

Falhas na metodologia empregadas nas salas de aula são consideradas como uma das causas da evasão escolar pelos seguintes autores: Cortês (2009), Falcão (2010), Santos (2020), Andrade Neto (2016), Costa (2017), Queiroz (2004), Bordini (2021), Fornari (2012), Silva et al. (2018), Rúbio e Marafon (2016). Mas os professores de maneira geral não a identificam como uma das causas preponderante.

O estudante sente a necessidade de aulas diferenciadas, de uma escola mais dinâmica (RÚBIO; MARAFON, 2016). Para tornar a sala de aula um lugar atrativo e estimulador, torna-se necessário que os educadores sejam criativos e inovadores. A metodologia em sala de aula deve levar em consideração a realidade do educando (SILVA et al., 2018).

Segundo Ausubel (2003), alguns programas de aprendizagem baseados no ensino-recepção expositivo nas escolas, desprovidos de significado e de compreensão, acabaram pode ter como resultado o fracasso dos esforços de aprendizagem dos estudantes.

Segundo Krindges e Natário (2020), a escola precisa atender a realidade do educando, trazendo os conhecimentos prévios dos discentes para que o estudante perceba-se um protagonista no processo ensino-aprendizagem. Torna-se necessária a participação do educador no questionamento e no aprimoramento da maneira de ensinar, na busca do significado do quê, para quem e para o quê se ensina, para resgatar esse educando que está no limiar de evadir-se do processo educacional.

Ao serem indagados se acreditam que a obrigatoriedade do ensino contribui para a evasão escolar, a maioria dos educadores afirmou que não contribui para a evasão escolar - quinze participantes.

Dentre as falas dos participantes, foi apontado que a não obrigatoriedade do ensino colaboraria para a evasão, pois muitos pais simplesmente nem fariam a matrícula. A obrigatoriedade contribuiu para a diminuição da evasão e frequência escolar segundo os educadores:

“[...] a obrigatoriedade (e garantia) do ensino não pode ser vista como algo prejudicial, mas sim, como uma conquista.” (Participante 18).

“Não, pois se fosse facultativo, a evasão seria bem pior.” (Participante 20).

Novamente uma das falas dos educadores aponta a responsabilidade da família sobre a evasão ao responder que não acredita que a obrigatoriedade do ensino contribua para a evasão:

“[...] A falta de compromisso familiar e a ausência de perspectiva de vida colaboram para a evasão escolar.” (Participante 9).

Quatro educadores acreditam que a obrigatoriedade da educação contribui para a evasão escolar. Um dos educadores relatou que homogeneidade sem garantir o acesso faz com que a obrigatoriedade contribua para a evasão.

“[...] A Lei pode obrigar à presença no ensino, sim, porém, ao instituir um modelo hegemônico, oficial, padronizado, ela afasta a diversidade, e assim é contraditória por si só: para que algo possa ser obrigado, atingindo a todos, ela precisa necessariamente dialogar com a multiplicidade de singularidades, e isso não ocorre na nossa escola tradicional: ela é feita para somente um tipo de aluno, e esse aluno é a minoria.” (Participante 14).

A crítica do Professor quanto ao fato da escola ser feita para uma minoria se refere à atual construção educacional que não olha a individualidade do estudante, padroniza o conhecimento e impõe metas e resultados. Nesse momento, os educandos com dificuldades educacionais, provindos de situações de fragilidade social, acabam sendo negligenciados.

Na visão do Participante 14, se a escola pública só é pensada para o estudante com bom rendimento e com acompanhamento educacional familiar participativo, ela só vê a menor parte dos educandos que nela se matriculam.

No ponto de vista do educador, a escola deve ter o olhar direcionado a todos os discentes, dentro das suas particularidades.

*“[...] se não fosse obrigatório, somente se matriculariam aqueles que realmente tivessem interesse no ensino.”
(Participante 4).*

A fala do Professor (Participante 4) não leva em consideração o fato da privação de direitos do indivíduo que sequer seria matriculado na rede de ensino não por vontade própria, mas pela exclusão que a nossa sociedade está acostumada a considerar como algo normal. Chauí (1995, 2009, 2016) acredita que a forma de ser da escola e de seus educadores reflete a sociedade oligárquica a qual pertencemos que consideram dentro dos padrões de normalidade a marginalização das classes oprimidas.

Um dos professores afirmou que : “Sim porque se não fosse obrigatório não haveria evasão.” (Participante10).

O Educador se aproxima de uma fala ingênua sobre a evasão, desconsiderando o fato de a criança ser negligenciada pela sociedade quando a mesma não lhe proporciona o ensino. Ou seja, se ela não abandona a escola, a escola a abandona.

Apenas um participante teve uma resposta evasiva, relatando que não tem como saber se a obrigatoriedade do ensino interfere no abandono educacional.

Ao responderem se acreditam que a reprovação e o baixo rendimento do educando na sua escola influenciam na evasão escolar, oito educadores acreditam não haver correspondência. Onze professores responderam que a reprovação e o baixo rendimento exercem influência sobre a evasão escolar. Um educador acredita que a reprovação não interfere na evasão escolar, mas o baixo rendimento sim.

“A reprovação não, mas o baixo rendimento pode causar sim, mas infelizmente na educação não se tem mecanismos objetivos pra identificar as várias causas desse problema.” (Participante15)

Entre as falas dos professores que acreditam que o baixo rendimento e a evasão não colaboram com a evasão estão:

“Reitero que a falta de perspectiva de futuro é que alavanca a evasão escolar.” (Participante 9).

“Não, pois eles têm muitas chances de conseguir nota.” (Participante 16).

No momento em que o baixo rendimento do educando e a reprovação não são levados em consideração como causadores da evasão, as falas dos educadores se afastam da visão de autores como Patto (1988, 1992, 1999), Chauí (1995, 2009, 2016) e Gadotti (2010). A reprovação e o baixo rendimento, na atual forma de ser da escola, passam a ser consideradas “normais”, pois nosso olhar está atrelado a uma sociedade capitalista e excludente, sendo a escola outra ferramenta de opressão.

A busca incessante do estudante pela nota e pelo rendimento, sendo penalizado caso não alcance a meta estipulada pelo contexto educacional, exige a escola da culpabilidade pelo fracasso do educando, apontando apenas na sua direção toda a responsabilidade. No momento em que a escola impõe metas aos estudantes com a penalidade da retenção escolar àqueles que não as atingiram ao invés de reformular suas estratégias indo ao encontro à individualidade, ela coloca apenas no discente a responsabilidade pelo seu fracasso.

A relação entre a evasão escolar e questões familiares e sociais novamente é apontada, afastando a problemática das falhas da atual forma de ser do contexto educacional.

“Pode influenciar, mas penso que os problemas familiares e sociais são os principais.” (Participante 5).

A família realmente exerce poder decisório sobre o abandono educacional, mas há de se refletir os mecanismos que levaram o educando a querer abandonar a vida educacional antes que fosse remetida à família a decisão final.

“Não. A evasão escolar está mais relacionada a fatores sociais do que educacionais.” (Participante 17).

Crianças com condições socioeconômicas desfavoráveis realmente evadem mais (OLIVEIRA, 2007), mas não pela vontade própria, pela exclusão

e marginalização social que não proporciona mecanismos para manter a criança estudando (CHAUI, 2009).

Entre os onze professores que responderam que a reprovação e o baixo rendimento exercem influência sobre a evasão escolar estão as falas:

“Sim, o aluno se sente desmotivado ao ser reprovado várias vezes seguidas.” (Participante12).

O Professor aproxima a fala apenas dos estudantes que reprovam por mais de uma vez, ao passo que uma reprovação já proporciona ao educando a defasagem ano/idade, remetendo a sua rotina escolar diária a convivência longe de seus possíveis pares.

“Totalmente. Além de ser submetido a todas as determinações que mencionei, o aluno ainda é julgado, taxado, pressionado, ameaçado e por fim condenado pelo fantasma da nota vermelha. Na medida em que se torna uma imposição amedrontadora, a avaliação acaba com qualquer gosto por aprender.” (Participante14).

As pesquisas sobre a reprovação e o baixo rendimento na evasão escolar de Patto (1992), Leon e Menezes Filho (2002), Andrade Neto (2016), Rúbio e Marafon (2016), Sagrilo (2016), Costa (2017) e Pereira (2019) afirmam haver influência desses fatores sobre a motivação do abandono educacional.

Nos estudos de Leon e Menezes Filho (2002), pode-se perceber que a reprovação é um dos principais determinantes da evasão escolar, estudantes com maior discrepância entre idade/ano escolar apresentam maior probabilidade de abandonar os estudos.

Segundo Rúbio e Marafon (2016), a reprovação é tida como umas das fortes razões de abandono escolar. Já Andrade Neto (2016) relata que a condição de defasagem idade/série (distorção idade/série) pode ter como consequência a evasão. Para Costa (2017), a evasão escolar se dá quando o estudante por motivos de reprovação, baixo desempenho escolar ou qualquer outra situação, resolve abandonar a escola no período letivo.

Ao serem questionados se acreditam que o trabalho da pedagogia comunitária em Praia Grande interfere na evasão escolar na sua escola, quase

a totalidade dos participantes (19 educadores) relataram haver uma influência direta do trabalho da pedagogia comunitária sobre a evasão escolar.

Dentre os apontamentos dos professores, está a interferência positiva da pedagoga comunitária sobre o retorno dos estudantes às aulas, seu papel de resgate. Foi dada ênfase nos relatos da importância da ligação da pedagoga com as famílias, além de seu trabalho em conjunto com os professores. Também foi citado o trabalho das pedagogas comunitárias com as visitas às residências dos discentes, intermediando conflitos. Acreditam que sem o trabalho da pedagogia a evasão seria maior.

“O trabalho da pedagogia comunitária é determinante, sobretudo em identificar e possibilitar o atendimento daquelas crianças e adolescentes que estão com problemas sociais e familiares. A rede de apoio em PG é muito eficiente e um dos pilares desse trabalho é a pedagogia comunitária.” (Participante 10).

A fala da Participante 14 está diretamente ligada ao fato do mesmo ter sua formação e sua história de vida relacionada a trabalhos sociais, o que torna seu discurso fundador carregado de visão social:

“A figura da Pedagoga comunitária, em visita às famílias, quando procura compreender o que lhes fez se afastar da escola, busca alternativas, propõe soluções, mostra que a escola tem um rosto e um coração, faz com que a escola tenha uma humanização, o que é uma novidade para as famílias, tradicionalmente afastadas do ensino pelo fechamento da escola em si mesma. (Participante 14).

O Participante 14 mostra perceber a importância da função da pedagoga comunitária ao quebrar as barreiras de uma escola acostumada ao abandono escolar e ao fracasso de seus estudantes como se fosse algo dentro da normalidade. Os padrões de uma escola acostumada ao rendimento e a esquecer os educandos que acabavam por evadir durante o processo educacional passam a romper-se diante das ações da pedagogia comunitária que resgata os estudantes.

O Professor (Participante 14) costuma dialogar e conhece o trabalho da

pedagogia comunitária, e por isso passa a perceber os resultados que as ações promovem no abandono educacional. No momento em que o educando começa a faltar, os pedagogos comunitários começam o contato com as famílias para compreender o que levou ao abandono e fazer a mediação entre a escola e o contexto familiar de seus estudantes.

Após a orientação inicial das famílias por meio do telefone, são realizadas convocações para reuniões individuais, visitas e encaminhamento ao Conselho Tutelar em caso de fracasso das ações anteriores para o retorno à frequência regular escolar.

A presença da escola em casa, através da Pedagoga, é quando a Educação deixa de ser uma mera imposição legal e institucional, ou uma abstração ideal, para se tornar algo tangível, humano, que dialoga, que abre à manifestação, que propõe trocas, oferece ajuda. Que mostra que existem pessoas ali, que se preocupam com a sua situação, e isso é o que há de essencial no processo. (Participante 14).

Por meio do conhecimento que o Professor (Participante 14) manifesta, também, há a consciência de que o trabalho da pedagogia comunitária não pode ser mais um preenchimento de papel, deve estar voltado ao educando e sua história.

Ao deixarmos a escola e irmos até a residência do estudante, nós, enquanto pedagogos comunitários, não podemos pautar nossas ações apenas a burocracias, devemos sim estar atentos à realidade do discente, seus problemas e acolher a família, mostrando que a escola se preocupa. Ouvi muito das famílias e educandos, ao realizar as visitas, que estavam surpresos em me ver e até mesmo que se sentiam importantes, pois a professora veio ver como eles estavam. Estas falas demonstram a fragilidade em que se encontram algumas famílias e a importância do carinho e da palavra de valorização de cada indivíduo na decisão de retornar à escola.

“O acolhimento é uma das funções mais importantes de uma escola. Porém, se a pedagogia comunitária basear sua atuação somente na ameaça, sanção e coerção, então ela estará apenas reproduzindo a estrutura, e

mesmo que produza efeitos pró-forma, ela não estará agindo na raiz do problema, mas apenas resolvendo questões meramente burocráticas, que provavelmente, na medida do tempo, perderão a força, e o aluno se perderá novamente.” (Participante 14).

Apenas o Participante 16 acredita que o trabalho da pedagogia comunitária não interfira sobre o abandono educacional, mas não discorreu sobre o assunto.

Quase ao final das perguntas aos educadores foi solicitado sugestões para professores, escolas e famílias lidarem com a evasão escolar.

Dentre os professores, doze quiseram colaborar com sugestões para professores, escolas e famílias lidarem com a evasão escolar. Dentre as contribuições dos professores e sugestões estão:

“Continuar incentivando os alunos com premiações e diplomas.” (Participante 1).

A fala do Professor (Participante 1) provavelmente esteja ligada a práticas cotidianas. Em sua rotina, premiar os educandos pode ter contribuído para um sentimento de valorização sentido pelo educando, um incentivo para o seu crescimento pessoal e conseqüentemente continuar a frequentar as aulas.

Quanto a premiar os estudantes em sala de aula deve-se ater a seguinte situação: normalmente os discentes premiados são os que possuem as melhores notas e os mais frequentes. Ao pensar na situação da evasão escolar, ver o colega sendo premiado e perceber que provavelmente não conseguirá obter o mesmo êxito pode provocar no educando um sentimento ainda maior de desvalorização. Por tanto deve-se tomar cuidado ao utilizar desse tipo de estratégia.

Na minha prática como Pedagoga Comunitária, pude perceber que premiações que contemplem toda a turma ao invés de contemplar a individualidade dão resultados mais efetivos. Em um momento realizei um projeto em uma escola onde a turma com menor quantidade de faltas ao total de cada trimestre era premiada, o que fazia com que os próprios colegas incentivassem os estudantes faltosos a virem diariamente.

Sugestão trazida por outro professor foi:

“Envolver a comunidade nas ações escolares de forma que eles se sintam parte importante de um todo, diminuiria talvez a evasão escolar.” (Participante 8).

Promover o engajamento da escola com a comunidade onde se contra sem dúvidas é primordial para obtermos sucesso educacional, não somente no que tange à evasão escolar.

Quando a comunidade se sente parte da escola, elas unem esforços para promover qualidade em todas as ações realizadas no âmbito escolar. O próximo professor corrobora com a ideia ao responder:

“Acredito que uma escola de periferia como a nossa deva fazer um trabalho constante frente à comunidade para minimizar esse problema.” (Participante 15).

A importância da família em contato constante com a escola foi citada pelos educadores a seguir:

“Implantar o canal aberto de comunicação com as famílias.” (Participante 17).

A fala do Professor (Participante 17) foi abrangente ao não especificar o que e como seria o canal aberto com as famílias, mas trouxe a importância da comunicação, diálogo e da tão almejada parceria família/escola.

A fala de mais um Educador (Participante 10) também traz a importância da parceria família/escola.

“As famílias precisam se unir e se organizar para lutar por seus direitos e por políticas públicas que favoreçam a melhoria da sua qualidade de vida. A interação entre a escola e as famílias também é muito importante para apoiar o desenvolvimento da escola e dos estudantes.” (Participante 10).

Nogueira (1998) e Oliveira (2010) citam a importância da aproximação da escola e família dos educandos. Polonia e Dessen (2005) reforçam a relevância da relação entre a escola e as famílias para o aprendizado do discente tanto cognitivo, quanto afetivo e social.

Podemos perceber na fala do Professor (Participante 10) como a culpabilidade sobre a evasão escolar recai unilateralmente sobre a família,

consequentemente as sugestões acabam sendo voltadas para as ações da mesma eximindo a escola de responsabilidade.

O professor realmente se percebe pertencente ao problema do abandono educacional quando coloca o espaço escolar e suas problemáticas correlacionadas às causas que levam o discente a desistir dos estudos, como podemos perceber na fala do Participante 14:

“Há que se ter uma mudança radical de métodos. Mudança na característica da ciclagem. Abertura de currículo. Fim do confinamento em sala de aula. Abertura à diversidade de experiências. Respeito pelo aluno enquanto ser humano digno de consideração. Mais arte. Mais atividades lúdicas. Mais abertura à criatividade. A Escola precisa ser um modelo de sustentabilidade. Precisa promover práticas sociais, culturais e ambientais positivas, envolvendo a comunidade em suas atividades. É preciso abrir escola à manifestação popular. Trazer a comunidade para participar, opinar, definir. Considerar o aluno como balizador do sistema, e não o sistema como balizador do aluno. É preciso mais atividades culturais, sociais, mais integração, mais liberdade, mais dinâmica, mais diálogo. É preciso democratizar a escola radicalmente, tornar ela um instrumento da cidadania. Um centro cidadão, artístico, científico. Democratizar o acesso, todos devem ter acesso à internet ilimitada, à biblioteca, à sala de artes, ao laboratório de informática, a qualquer hora. Todos os professores devem ter as chaves desses setores. É preciso tirar o peso da cobrança e da imposição e exaltar o gosto pelo conhecimento, pela experiência, através do reconhecimento da importância da subjetividade. Superar a idealidade e partir para uma realidade da demanda. É a demanda que deve definir o modo de acontecer da escola. É o povo que paga os impostos e os nossos salários. É o povo que precisa ser atendido, e

não o Estado. O Estado é apenas o meio pelo qual o dinheiro do contribuinte chega até nós, porém, nosso padrão é a sociedade, e não governos. É preciso derrubar os muros, arrancar as grades, tornar a escola um grande centro acolhedor, humano, permitindo, desde o seu seio, a expressão da multiplicidade, estipulando a experiência genuína, a espontaneidade, a cultura popular e ancestral e o vínculo ativo com o território como balizadores dos devires na Educação.”
(Participante 14).

Os dizeres do Participante 14 abrangem ações multissetoriais e refletem as condições de produção e as circunstâncias de enunciação constitutivas ligadas às vivências sociais e históricas do docente. A percepção da função social da escola (GOMÉZ, 1998), juntamente com o sentimento de intelectual transformador (GIROUX, 1997), transborda na visão do educador sobre o contexto atual escolar e traz a tona a percepção mudanças necessárias nos conteúdos, metodologias e até mesmo tratamento dado aos discentes para tornar a escola um espaço democrático voltado à cidadania.

Segundo Silva et al. (2018), a escola precisa estar preparada para combater a evasão escolar de acordo com a particularidade da sua comunidade, por isso é necessário repensar suas normas e criar condições para suprir a necessidade dos seus estudantes.

“Muitas vezes as causas da evasão escolar exigem medidas que estão fora do alcance da escola. Por isso, seria necessário um trabalho articulado entre outras secretarias para que os resultados fossem mais eficazes. Garantia de vagas na EJA, por exemplo, para alunos que estão fora da idade e já possuem um emprego para ajudar a família. Apoio aos estudantes e suas famílias que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social. Sei que alguns desses elementos “fogem” das atribuições da escola, mas são realidades que influenciam diretamente na vida escolar dos alunos e que,

definitivamente, não podem ser ignoradas.” (Participante 18).

A fala anterior se remete ao fato de que recentemente foram fechadas diversas salas do EJA por falta de procura de interessados. Ao mesmo tempo, a menção de “repassar” a responsabilidade ao EJA de resgatar os estudantes da evasão, pois existem medidas que estão fora do alcance da escola, diminui a responsabilidade da escola e de toda equipe e corpo docente nas suas ações de prevenção do problema do abandono educacional.

“Que a escola continue fazendo este trabalho que considero de suma importância e os pais quando houver algo que dificulte a ida da criança para a escola, procure a gestão de posicione e aos professores quando a criança retornar, a abrace mostre quanto ela é importante.” (Participante 7).

Na medida em que escola e família estabelecem uma relação participativa, dialógica, dificilmente encontramos a evasão entre os discentes, pois o sentimento de valorização e pertencimento dos educandos e seus pares é adquirido no momento em que lhes é dado ouvidos para sua história e espaço para serem cidadãos.

A fala de outro Professor - Participante 2 - foi um pouco evasiva mas trouxe a hipótese de aproximar o mundo do trabalho de forma a estabelecer relações que não tirem os estudantes da escola, mas estimulem os mesmos a permanecerem ainda mais dentro delas:

“Proporcionar projetos de empreendedorismo.” (Participante 2).

Alguns educandos acabam deixando de frequentar as aulas por terem que auxiliar as famílias na renda. Parcerias entre a escola e a comunidade poderiam trazer bons frutos no que tange a preparação do indivíduo para o mercado de trabalho, sem que o estudante abandone o ambiente escolar.

Um dos professores - Participante 11 - articula e integra os protagonistas do universo educacional, analisando ações do corpo docente, escola, famílias integrados para promover a diminuição do abandono escolar.

“É importante os professores se atualizarem quanto ao uso das tecnologias, promover aulas invertidas. À escola: estejam próximos à comunidade. Às famílias: conversem com os professores e toda a equipe escolar, se informem sobre seus direitos e deveres.” (Participante11).

A fala do Educador – Participante 6 - aproxima o problema da evasão ao fator punição como método de corrigir o problema, tendenciada a condenar ainda mais o estudante que já fora excluído do âmbito escolar.

“Penso que deveríamos ser menos permissivos, pois percebo que a questão da evasão tem se tornado um ciclo, ao menos com os alunos para os quais já lecionei.” (Participante 6).

Desde que me lembro do cotidiano escolar, a escola age da seguinte forma: pune o estudante que tem baixo rendimento escolar por meio da reprovação. O estudante se sente desestimulado a continuar por sentir dificuldades e não perceber significância e estudar, por não fazer parte do contexto educacional. Posterior à desmotivação do discente em ir à escola, ausências frequentes e então logo temos a evasão.

O discente, ao retornar, provavelmente será reprovado por faltas e será novamente punido, percebendo ainda menos interesse em fazer parte de um cotidiano que age apenas para puni-lo e volta a evadir. Nesse caso, uma família que não é participativa no contexto educacional não age em favor da permanência do indivíduo na escola e após todo esse processo lhe resta toda a responsabilidade e isenção do sistema e da escola.

Precisamos analisar mais a fundo o que leva o discente a evadir. Frequentemente somos levados a isentar a escola das suas atribuições de permanência da criança na escola e conferindo ao poder familiar todos os deveres. Precisamos repensar todo o caminho que foi percorrido até a desistência educacional antes de apontarmos a família como a grande protagonista da evasão escolar. O poder decisório que ela possui sobre a criança ou adolescente evadido não diminui ou isenta em nenhum momento o papel social da escola que deixou de ser praticado.

“Acho importante que os alunos sempre mantenham contato com ex-alunos que tiveram boas chances na vida

escolar ou profissional por meio do efetivo estudo.”
(Participante 9).

Ao tomar conhecimento da resposta acima de um dos educadores, comecei a refletir sobre um produto educacional a ser implantado interferindo na vida das pessoas envolvidas nessa pesquisa. A ideia da professora de contatar indivíduos com sucesso profissional para conversarem com os estudantes abre margem para que eles possam perseverar por um futuro além de uma realidade de exclusão social.

Essas contribuições abriram meu campo de visão em relação ao produto educacional. Inicialmente a ideia do produto estava ligada a uma formação continuada para educadores e rede municipal de ensino, mas as respostas dos professores me levaram à importância de se realizar um projeto dentro da escola de combate à evasão com a participação de todos. O produto educacional tem o objetivo de interferir sobre a realidade afetada pelo estudo, um projeto voltado especificamente para a comunidade onde se encontraria benefícios a todos os envolvidos. O olhar do corpo docente sobre a evasão abriu portas para sugestões de extrema valia quanto à aplicabilidade, pois é carregado pela observação do problema evasão escolar na prática cotidiana, no momento que ela acontece.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento e análise documental na Secretaria de Educação de Praia Grande revelaram que o sexto ano do ensino fundamental é o ano de maior evasão nas escolas públicas do município no ano de 2019.

Em relação à escola participante que apresentou alto índice de evasão escolar em 2019, o ano escolar com maior número de estudantes evadidos foi o oitavo ano, sendo que dos 20 estudantes evadidos, apenas dois não haviam sido reprovados, os demais tinham pelo menos uma reprovação escolar. Evidencia-se o quanto a reprovação está presente na evasão escolar.

Nesse trabalho pretendi analisar a evasão de outro ângulo, do docente, não apenas por meio dos números, mas da visão de participantes ativos no processo educacional.

Para os docentes, o principal agente responsável pela evasão escolar é a família devida sua falta de compromisso com a frequência e acompanhamento dos estudos das crianças. Quando questionados qual seria a melhor iniciativa para amenizar o problema da evasão escolar destacaram a melhoria das políticas públicas empregadas na evasão escolar. Quanto ao sentimento do educador quando um estudante pertencente à sua turma se evade, metade dos participantes disse não sentir responsabilidade por fazerem tudo que está ao seu alcance.

A escola e seus educadores precisam refletir sobre o seu papel enquanto agentes de transformação, sentindo-se pertencentes ao contexto escolar e suas problemáticas. Quando a evasão for o problema de todos - escola, família e sociedade - caminharemos na direção de ações que visem sua solução não somente como um obstáculo educacional, mas social.

Verifica-se que após décadas de investigação científica, a família continua sendo apontada como a principal responsável pela evasão e as iniciativas de melhoria reincidentem fora da escola – políticas públicas. Ou seja, o que ocorre no dia a dia da escola tem como principal “culpado”, a família - que se transforma de uma possível vítima para réu – e para completar, também não depende dos educadores – professor e gestores.

Fica clara a necessidade de repensarmos a escola pública, pois ainda seguimos com a visão unilateral que a responsabilidade da evasão encontra-se

apenas na família, o que não significa que a família não possua sua parcela de responsabilidade, assim como questões sociais, políticas e econômicas.

A maioria dos professores afirmou que a legislação brasileira é coerente, mas precisa ser aprimorada. Quando questionados se acreditam que metodologias e conteúdos aplicados em sala de aula contribuem para a evasão dos discentes, seis professores disseram que elas não contribuem para a evasão quanto sete docentes acreditam que sim.

Ao serem questionados se acreditam que a obrigatoriedade do ensino contribui para a evasão escolar, a maior parte dos professores afirmaram que não contribui.

Ao responderem se acreditam que a reprovação e o baixo rendimento do educando na escola influenciam na evasão escolar, oito educadores acreditam não haver relação entre eles enquanto onze professores responderam existir.

Quando questionados se o trabalho da Pedagogia Comunitária em Praia Grande interfere na evasão escolar, quase a totalidade dos participantes relatou haver uma influência direta sobre o abandono educacional.

A visão dos educadores em relação ao Projeto da Pedagogia Comunitária reforça a importância das suas ações no contexto educacional, em especial, no que diz respeito ao problema da evasão escolar.

Na pesquisa com os professores fica evidenciada a importância de realizar uma intervenção diretamente no contexto educacional. Para tanto surge a elaboração de um projeto a ser implantado dentro da escola pesquisada ou de outras visando a diminuição dos estudantes acometidos pela evasão escolar.

2022



**MESTRADO PROFISSIONAL EM PRÁTICAS
DOCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL**

**PROJETO IDENTIDADE - CONSTRUINDO CAMINHOS CONTRA A EVASÃO
ESCOLAR**

SHANA KRINDGES

**ORIENTADORA: PROFESSORA
ELISETE GOMES NATÁRIO**

**UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE
SANTOS - SANTOS - SP**

1ª Edição

**SANTOS
2022**

RESUMO

Tendo em vista o objetivo da pesquisa de mestrado da autora, cujo título é Evasão Escolar no Ensino Fundamental Público de Praia Grande no ano de 2019 e o olhar dos educadores, foi elaborado este Projeto de Formação como produto educacional. O objetivo é proporcionar aos educadores o sentimento de pertencimento ao universo escolar, coibindo a evasão escolar por meio de um projeto inserido dentro do Projeto Político Pedagógico da Escola. O material ressalta a necessidade da escola se reinventar para um trabalho mais efetivo em relação à Evasão Escolar, envolvendo equipe escolar, corpo docente e comunidade escolar no ambiente educacional de modo que todos ajam para o aprimoramento da educação e conseqüente diminuição da evasão escolar. Além disso, visa auxiliar os docentes a despertar nos discentes o sentimento de valorização e pertencimento ao universo escolar, transformando a escola em um ambiente participativo e dialógico.

Palavras-chave: evasão escolar, ensino fundamental, prática docente, projeto político pedagógico.

SUMÁRIO

8.1	INTRODUÇÃO	122
8.2	Objetivos	123
8.2.1	Objetivo Geral	123
8.2.2	Objetivos Específicos	124
8.3	DESENVOLVIMENTO	124
8.4	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	128
	REFERÊNCIAS	130

8.1 INTRODUÇÃO

Ao realizarmos uma pesquisa, torna-se de suma importância pensar em formas de não deixar que esse conhecimento se perca, utilizando-se como mecanismos a divulgação de seus resultados e a elaboração de um produto educacional com aplicabilidade efetiva para a sociedade.

No que diz respeito à evasão escolar, o produto educacional entra como um agente efetivo para difundir informações sobre a problemática, agindo na prevenção e combate do abandono escolar.

Dentro do Mestrado Profissional de Práticas docentes do Ensino Fundamental, cabe aos mestrandos desenvolver processos ou produtos educativos que venham a ter aplicabilidade em situações reais de sala de aula ou outros espaços de ensino.

É de extrema relevância que o produto educacional elaborado a partir de uma pesquisa tenha, para tanto foi considerado no momento da elaboração a facilidade e os recursos necessários para colocar o projeto em prática, visando alcançar a maior quantidade possível de beneficiários. Este projeto é direcionado, não exclusivamente, mas essencialmente processos educacionais sintonizados com as demandas da escola.

“A evasão escolar é um fenômeno complexo e um problema educacional que tem sido discutido no âmbito escolar, por educadores e pesquisadores.” (OLIVEIRA; SOUZA, 2019, p.778). Para efetivarmos estratégias que objetivem a permanência dos estudantes na escola deve-se compreender os fatores determinantes da evasão escolar, no que diz respeito aos aspectos individuais e também em relação à instituição.

Os aspectos referentes ao mal causado pela evasão escolar são elucidados na medida em que mergulhamos no universo de pesquisas ao seu respeito como as de Maria Helena Souza Patto (1988, 1992, 1999). Na medida em que pensamos em um produto educacional para nossa pesquisa, os dados compreendidos no seu percurso não se perdem e nem se restringem a um número pequeno de indivíduos.

Ao utilizar-me do conhecimento construído durante o percurso do Mestrado Profissional, legitimado na dissertação, a formulação de um produto educacional contribui para um novo olhar dentro do universo educacional. O

produto educacional elaborado apresenta a proposta de difundir os resultados da pesquisa proporcionando um diálogo, inquietações e mudanças na maneira de agir em relação ao problema da evasão escolar.

Quanto maior o acesso ao conhecimento sobre a temática da evasão educacional menores são as chances do estudante se evadir. É de suma importância buscar cada vez mais ações que visem o combate à evasão escolar

Ao pensar em mecanismos para diminuir o problema da evasão escolar na Educação Brasileira, estamos agindo a favor da qualidade do ensino. A pesquisa científica e a elaboração do produto educacional entram como aliados na batalha para resgatar os educandos excluídos pelo abandono educacional

A aproximação da produção científica e de suas pesquisas inovadoras com a realidade vivenciada no contexto escolar tem sido intensamente buscada por todos os que almejam maior qualidade na educação do país. (LOCATELLI; ROSA, 2015).

Por estar voltado aos professores e gestores, esse Projeto, especialmente nos tópicos destinados à discussão de práticas escolares, visa compartilhar experiências, reflexões com base nas contribuições teóricas e nos debates com os colegas. Nesse contexto, o Projeto é fruto de pesquisas, vivências escolares e passará a ser redimensionado e aperfeiçoado para a prática diária.

8.2 OBJETIVOS

8.2.1. Objetivo Geral

Fomentar com educadores ações de pertencimento ao universo escolar, buscando coibir a evasão escolar por meio de um projeto inserido dentro do Projeto Político Pedagógico da Escola.

8.2.2 Objetivos Específicos

Envolver equipe escolar, corpo docente e comunidade escolar no ambiente educacional de modo que todos ajam para o aprimoramento da educação e diminuição da evasão escolar.

Despertar nos docentes o sentimento de valorização e pertencimento ao universo escolar, transformando a escola em um ambiente participativo e dialógico.

Orientar corpo docente, equipe escolar e funcionários para que façam parte da transformação da escola em um espaço de inserção social.

Auxiliar o docente a estimular no educando a visão de transformação e cidadania que a escola é capaz de proporcionar em sua vida.

Proporcionar ao corpo docente uma formação continuada com o intuito de tomar conhecimento das ações da Pedagogia Comunitária para que os professores se tornem parceiros na divulgação e na prática no cotidiano escolar.

8.3 DESENVOLVIMENTO

Com o intuito de fazer do produto educacional um recurso de combate à evasão escolar, construímos o Projeto com propostas a serem realizadas pela equipe escolar com o propósito de valorizar a participação do educando no contexto educacional, fazendo com que o mesmo sinta-se parte do processo educativo.

Partindo da premissa que a escola é um espaço social, onde os discentes são muito mais que números, são indivíduos repletos de história, conhecimento e valor, o produto educacional escolhido pretende revelar ao educando a sua importância.

No Projeto elaborado serão nomeadas algumas sugestões de ações que podem ser realizadas no dia a dia da escola, integrando e valorizando cada educando: palestras com estudantes formados na unidade escolar que obtiverem êxito educacional e social; rodas de conversa entre a pedagoga comunitária e os estudantes intermediando questões relativas a *bullying*, autoestima, falta de interesse escolar; assim que o estudante começar a faltar,

os professores trabalham produções de texto como bilhetes e cartas sobre a importância desse educando retornar; realização de gráficos sobre a melhora da condição salarial conforme o nível de escolaridade ou projeções e sonhos futuros dos educandos; estudos sobre a natureza local, sua biodiversidade e o sentimento de valorização das belezas naturais.

Público alvo: Educadores e gestores de ensino fundamental.

Metodologia

* Palestras com cidadãos que obtiveram êxito na vida profissional e educacional e que foram estudantes da escola participante, a fim dos próprios educadores perceberem na escola pública o valor que lhe é cabível.

* Rodas de conversas a fim de debater problemáticas como: *bullying*, falta de interesse escolar, problemas emocionais, de autoafirmação, ou familiares.

* Grupos de discussão de casos de fracasso escolar relatados nos livros de Patto (1997, 1999) e de casos de evasão da Unidade Escolar, formados pelos educadores e equipe escolar juntamente com a Pedagoga Comunitária.

* Nas visitas domiciliares a serem realizadas pela pedagogia comunitária serão entregues as cartas e bilhetes confeccionados pelos colegas dos educandos faltosos em sala de aula, juntamente com os professores.

* Reuniões com professores e gestores para discussão e atualização do Projeto Político Pedagógico.

* Apresentação e discussão de um portfólio do trabalho da Pedagogia Comunitária com suas ações em relação às famílias para que os educadores tomem conhecimento e possíveis parceiros no cotidiano escolar. As ações dos Pedagogos Comunitários estão abaixo descritas:

Em relação aos educandos faltosos:

- 1º momento- Contato inicial com a família por telefone em parceria com as estagiárias do Projeto Evasão Escolar para orientar a família sobre a importância da frequência regular.

- 2º momento - Caso o estudante continue faltando, a família é convocada para uma reunião individual ou com outros pais sobre a relevância da educação na vida dos discentes.
- 3º momento – Caso a família não comparecer à reunião, não tenha sido localizada por meio de ligação ou convocação por bilhete ou caso após a reunião o educando continue faltando, a pedagoga comunitária faz uma visita à residência da família para dialogar e verificar se há algum tipo de privação de direitos ademais dos estudos.
- 4º momento – caso as ações da pedagoga comunitária acima elencadas não obtenham sucesso o caso é encaminhado ao Conselho Tutelar.

Como Pedagoga Comunitária, sempre que necessário, repito as visitas para que as famílias sejam encaminhadas ao Conselho Tutelar somente em último caso. Apesar de ser um órgão protetivo, percebo em minha prática que muitas vezes as famílias se sentem intimidadas pelas ações do Conselho, acabando por se afastar ainda mais do contexto escolar após sua intervenção. Havendo a necessidade também realizo encaminhamentos que acabam por proporcionar a cidadania aos indivíduos que sofrem outro tipo de privações de direitos. Ao se sentir acolhido pela escola, o educando por muitas vezes retoma a frequência regular na escola, pelo sentimento de valorização e pertencimento. Abaixo estão elencados os encaminhamentos que podem ser realizados pelos Pedagogos Comunitários:

- USAFA - no caso de assuntos referentes a problemas de saúde, psicológicos ou dificuldades de aprendizagem relacionadas a alguma deficiência verificados no cotidiano escolar.
- Super Escola – projeto da Prefeitura de Praia Grande que proporciona a possibilidade de realizar atividades esportivas em polos distribuídos em vários locais da cidade.
- CAFE – Centro de Apoio à Família dos Educandos – espaço voltado ao desenvolvimento de atividades culturais, esportivas e de lazer, promovendo a integração dos estudantes com suas famílias.
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social – oferece serviços de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social, além de servir como porta de entrada aos serviços e benefícios de inclusão em

programas sociais como Bolsa Família e Viva Leite. O CRAS conta com o atendimento por meio de assistentes sociais e psicólogos combatendo as vulnerabilidades sociais. – condição de fragilidade material ou moral, por culpa da situação econômica ou social, momentânea ou duradoura.

- CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – atende a famílias em condição de risco social, assim como cidadãos que tiveram seus direitos básicos violados. Enquanto o CRAS atua para prevenir situações de vulnerabilidade social, o CREAS promove ações para controlar os impactos que já foram causados na população. Os profissionais que compõem o CREAS são psicólogos e assistentes sociais prestando auxílio a indivíduos em condição de ameaça, abandono, negligência, discriminação social, maus tratos, violência física, psicológica ou sexual.
- Projeto Visão e Educação – fornece óculos gratuitos para crianças e adolescentes carentes.
- Conselho Tutelar – órgão encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e adolescente – a partir do momento em que a escola toma ciência de casos de violência física e/ou psicológica contra os estudantes, discentes fora do contexto escolar ou outras privações de direitos em relação às crianças e adolescentes é realizado o encaminhamento.

Outras ações realizadas:

- Oficinas de alfabetização: os pais são convocados para oficinas, juntamente com seus filhos em fase de alfabetização, confeccionando jogos pedagógicos (bingo de letras, alfabeto móvel, entre outros). Ao mesmo tempo, as famílias são orientadas sobre rotina de estudos e a importância de acompanhar a vida escolar dos discentes. Assim, a família passa a ser uma parceira fora do contexto escolar no aprendizado dos estudantes.
- Semana da família: na terceira semana do mês de agosto realizamos um evento voltado a abrir as portas da escola para as famílias, com

apresentações, oficinas voltadas ao mercado de trabalho, palestras, entre outras atividades.

- Mobilização social pela Educação: programa do governo Federal (MEC) adotado pela Secretaria de Educação unindo entidades, associações, Igrejas e ONGS visando o resgate dos valores das famílias – nessas reuniões/encontros explicamos as ações da pedagogia e a importância da parceria família/escola.
- Acontecendo na Praça: Projeto de incentivo à leitura realizado aos sábados nas praças onde ocorrem oficinas de leitura, contação de histórias, teatro, jogos e brincadeiras direcionado a toda comunidade.

As ações que ultrapassam os muros das escolas e vão ao encontro dos espaços públicos levam a comunidade à percepção de que a escola não se trata apenas de um espaço de conhecimento, é um espaço de formação humana que percebe a pessoa dentro do seu contexto social.

Avaliação do projeto

A avaliação do sucesso do Projeto será realizada por meio da percepção da participação da equipe escolar na elaboração e efetivação do Projeto no cotidiano escolar.

8.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A evasão escolar é um desafio para a escola, Poder Público, famílias e estudantes. Este material explora a possibilidade de uma ação conjunta da equipe escolar, entendendo que a participação e construção de um projeto que traz o sentimento de pertencimento da problemática da evasão vão ao encontro de ações mais efetivas.

Compreende-se que o espaço escolar vai além de um espaço de promoção de cultura para um espaço de protagonismo de seus estudantes, futuros cidadãos inseridos em um contexto social.

A literatura nos mostra que a evasão é um problema recorrente e por isso demanda ações no intuito de saná-lo. Assim, tomando por objeto

proporcionar aos educadores ações de reflitam o pertencimento ao universo escolar, coibindo a evasão por meio de um projeto inserido dentro do Projeto Político Pedagógico da Escola, nasce uma experiência coletiva em prol de uma educação que alcance a todos.

É nesse sentido que se pensa em dar voz a todos dentro do ambiente escolar, pois no diálogo aprendemos uns com os outros. Uma construção coletiva de um projeto voltado à evasão traz a possibilidade da troca de experiências, sobre diferentes olhares.

Ao possibilitarmos a todos a participação no projeto, valorizamos as características pertencentes a cada indivíduo, que se sentindo reconhecido dentro da sua história compromete-se com as propostas inseridas e se envolve tomado de perseverança e ações.

REFERÊNCIAS (produto)

LOCATELLI, Aline; ROSA, Cleci Teresinha W. da. Produtos educacionais: características da atuação docente retratada na I Mostra Gaúcha. Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade de Passo Fundo-Rio Grande do Sul. **Polyphonía**, v. 26 (1), jan./ jun. 2015, 197-210. . <https://doi.org/10.5216/rp.v26i1.37990>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/37990/19098>. Acesso em: 30 jul. 2021.

OLIVEIRA, Flávia A. C.; SOUZA, José Carlos M. de. O desenvolvimento de um produto educacional como instrumento de orientação de combate à evasão escolar em cursos técnicos subsequentes e concomitantes. **Revista Prática Docente**, v. 4, n. 2, p. 775-790, 27 dez. 2019. Disponível em: <http://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/475/234>. Acesso em: 24 jul. 2021.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.p.9-75.

PATTO, Maria Helena Souza. **Introdução à Psicologia Escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=krd6zhqih88C&oi=fnd&pg=PA11&dq=patto+psicologia+escolar&ots=DVjo_K_nn5&sig=lyGpL7nuirWvgqkdmFtz-KYXQXs#v=onepage&q=patto%20psicologia%20escolar&f=false. Acesso em 19 mar. 2022.

VILTAL, Abigail; GUERRA, Andreia. Produtos Educacionais Elaborados no Mestrado Profissional em Ensino: uma reflexão sobre a distância entre a pesquisa e a prática docente. **Anais XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação e Ciência – XI ENPEC**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, S.C., 2017. Disponível em: <http://www.abrapecnet.org.br/enpec/xi-enpec/anais/resumos/R0230-1.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

Bibliografia Recomendada

AURIGLIETTI, Rosangela Cristina Rocha. Evasão e abandono escolar: causas, consequências e alternativas – O combate à evasão escolar sob a perspectiva dos alunos. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Paraná, 2014.V.1. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_ufpr_ped_pdp_rosangela_cristina_rocha.pdf. Acesso em 31 jan. 2022.

BUENO, Jose Geraldo Silveira. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. **Educar em Revista**, n. 17, p. 101–110, Curitiba: 2001. DOI 10.1590/0104-4060.222. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edssci&AN=edssci.S0104.40602001000100008&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 18 out. 2021.

KRINDGES, Shana. **Evasão escolar no ensino fundamental público de Praia Grande e o olhar dos educadores no ano de 2019**. 2022. 137 fls. Dissertação do Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos, 2022.

KRINDGES, Shana; NATÁRIO, Elisete Gomes. Evasão escolar e aprendizagem significativa – algumas considerações. In: SILVA, Américo Junior Nunes da (Org.). **A educação enquanto fenômeno social: política, economia, ciência e cultura**. cap. 18, p. 183 -194. Ponta Grossa: Atena, 2020. DOI 10.22533/at.ed.31020091118. Disponível em: <https://www.finersistemas.com/atenaeditora/index.php/admin/api/ebookPDF/3633>. Acesso em 31 jan. 2022.

MADALÓZ, Rodrigo José; SCALABRIN, Ionara Soveral. JAPPE, Maira. **O fracasso escolar sob o olhar docente: alguns apontamentos**. IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa da Região Sul, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/945/527>. Acesso em 31 jan. 2022.

NERI, Marcelo Côrtes. Motivos da evasão escolar. **Coleções FGV Social - Pesquisas**, 2009. Disponível em https://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/ finais/Etapa3-Pesq_MotivacoesEscolares_sumario_principal_anexo-Andre_FIM.pdf. Acesso em 31 jan. 2022.

PATTO, M. H. S. O fracasso escolar como objeto de estudo: anotações sobre as características. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 65, p. 72–77, 2013. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1198>. Acesso em: 31 jan. 2022.

PEREIRA, Michele Cezareti. Evasão Escolar; causas e desafios. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed.02, Vol.01, pp.36-51. Fevereiro de 2019. ISSN: 2448-0959. Disponível em <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/evasao-escolar>. Acesso em 31 jan. 2022.

TERENCIO, Janice Teresinha Wollmer. A função social da escola como estratégia de. Combate ao abandono escolar. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor Cadernos PDE**. Produções Didático-Pedagógicas. Mangueirinha, Paraná: 2014. Vol. 2. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unicentro_ped_pdp_janice_teresinha_wollmer_terencio.pdf. Acesso em: 23 dez. 2021.

REFERÊNCIAS

ANDRADE NETO, Luiz De. **Atuação dos conselhos tutelares e evasão escolar de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social: o psicopedagogo como agente facilitador da reinserção.** Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/2974>. Acesso em: 20 out. 2021.

AQUINO, Julio Grappo. "Alunos-problema" versus alunos diferentes: avesso e direito da escola democrática. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 12, n. 2-3, p. 91–108, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643998>. Acesso em: 3 mar. 2022.

AQUINO, Julio Groppa. **Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1997.

ARROYO, Miguel González. **Escola coerente à Escola possível.** São Paulo, Loyola, 1997.

ARROYO, Miguel González (org.). Fracasso/ Sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos. In: **Em aberto.** Brasília: 2000. V.17, n.7, p.33-40. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2618>. Acesso em 2 mar. 2022.

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Tendências no Estudo sobre Avaliação, in Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. RICO, Elizabeth M.(org), -5. ed. - São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2008. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/88114499/tendencias-dos-estudos-em-avaliao-arretche-1998>. Acesso em 19 set. 2020.

AURIGLIETTI, Rosangela Cristina Rocha. Evasão e abandono escolar: causas, consequências e alternativas – O combate à evasão escolar sob a perspectiva dos alunos. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE.** Paraná, 2014.V.1. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_ufpr_ped_artigo_rosangela_cristina_rocha.pdf. Acesso em 27 mar. 2021.

AUSUBEL, David Paul. **Aquisição e Retenção de Conhecimentos:** uma perspectiva cognitiva. Tradução: Lígia Teopisto. 1 ed. Lisboa: Plátano, 2003. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/193563635/livro-ausubel>. Acesso em: 09 out. 2021.

BIANCALANA, Kelly Cristina. **Problemas enfrentados por professores recém-formados em classes de alfabetização.** Trabalho de Conclusão de curso apresentado como exigência parcial para o curso de Pedagogia com

habilitação em Administração Escolar da Faculdade de Educação – UNICAMP. Campinas, 1998.

BEZERRA, Miranda Meira. Evasão escolar: uma difícil realidade da educação de jovens e adultos na escola municipal de ensino fundamental e EJA monsenhor João Coutinho. **Repositório Institucional da UFPB**. Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2463/1/MMB25072017.pdf>. Acesso em 11 out. 2021.

Bolsa Família em Praia Grande / SP. **PraiaGrande.sp.beneficiarios.org**, 2022. Informações obtidas no Portal da Transparência em 10 de maio de 2020, referentes a JAN a DEZ de 2019. Disponível em: <http://praiaGrande.sp.beneficiarios.org/beneficio/bolsa-familia?page=15>. Acesso em 20 jan. 2022.

BORDINI, Marcella. A evasão escolar: uma metassíntese qualitativa de estudos brasileiros (2015-2020). **Revista Eletrônica Interfaces**, v.12. n.01. 2021. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/6511/4727. Acesso em: 11 out. 2021.

BORJA, Izabel maria França de Souza. **Evasão escolar no ensino fundamental**: a concepção de egressos do projoventem urbano em Carmópolis/se – um estudo de caso. Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologia. Dissertação de Mestrado apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação no Curso de Mestrado em Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Lisboa: 2012. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4118/IZABEL%20MARIA%20FRAN%C3%87A%20DE%20SOUZA%20BORJA%20-%20FINAL.pdf?sequence=1>. Acesso em 05 mar. 2020.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 16 de julho de 1934). Institui a Constituição Federal do Brasil. Brasília, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em 1 maio 2021.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 1 maio 2021.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 19 jan. 2022.

BRASIL. INEP. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, 2015. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>. Acesso em 14 out. 2021.

BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação** - PNE e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em:

http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em 25 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em 19 jan.2022.

BRASIL, Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 19 jan. 2022.

BRUNS, Maria Alves de Toledo. **Evasão Escolar**: causas e efeitos psicológicos e sociais. [s.1]: Editora da Unicamp, 1987. ISBN8526800701.

Disponível em:

http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253334/1/Bruns_MariaAlvesdeToledo_M.pdf. Acesso em 1 maio 2020.

BUENO, Jose Geraldo Silveira. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. **Educar em Revista**, n. 17, p. 101–110, Curitiba: 2001.

DOI 10.1590/0104-4060.222. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edssci&AN=edssci.S0104.40602001000100008&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 18 out. 2020.

CAMARGO, Douglas Branco de; RIOS, Mônica Piccione Gomes. Evasão escolar na 1ª série do ensino médio: o caso de Joaçaba, Santa Catarina."

EccoS – Revista Científica [Online]. São Paulo, n. 46, p. 33-51, mai./ago.

2018. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path%5B%5D=4287>. Acesso em 23 jun. 2020.

CERATTI, Márcia Rodrigues neves. **Evasão Escolar, causas e consequências**. Curitiba, PR: 2008. Disponível em:

https://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/Arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/EVAS%C3%83O%20ESCOLAR%20-%20CAUSAS%20E%20CONSEQU%C3%84NCIAS.pdf?fbclid=IwAR0vyJpNotF71PFV92DZOs2MxNXT4g26JzN_8LRVRzdV5tV5ljzPmUs9jU Acesso em 15 abr. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia.**/ Marilena Chauí. 2 ed. Salvador : Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 9, n. 23, p. 71-84, abril de 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 ago. de 2020.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo**, Vol. 42, Nº. 1, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7166979>. Acesso em: 13 ago. 2020.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação.** Universidade do Minho. V.16, n.002. pp 221-236. Braga: 2003. Disponível em: http://www.grupodec.net.br/wp-content/uploads/2015/10/Pesquisa_Qualitativa_em_Ciencias_Sociais_e_Humanas_-_Evolucoes_e_Desafios_1_.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

CRUZ, Lilian Giacomini ; AGUDO, Marcela de Moraes. O histórico da escola pública moderna, sua configuração contemporânea e função social. **Roteiro**, [s. l.], v. 43, p. 77–100, 2018. DOI 10.18593/r.v43iesp.16337. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsdoj&AN=edsdoj.1d5cb9ac00d2458693feb96b4b31ac48&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 18 set. 2020.

COSTA, Antônia Lucivânia Alves. **Políticas Públicas Educacionais de combate à evasão escolar.** Curso de Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. Redenção, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1030>. Acesso em 24 out. 2021.

DAINEZ, Débora; SMOLKA , Ana Luiza Bustamante. A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva. **Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 45, n. 0, 2019. DOI 10.1590/s1678-4634201945187853. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsdoj&AN=edsdoj.ff2574d20144600a2e90829f9b85172&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 18 set. 2020.

DIMENSTEIN, Gilberto. Tirar os muros entre viver, aprender, ser e fazer. **Cadernos Cenpec | Nova série**, [S.l.], v. 1, n. 2, ago. 2006. ISSN 2237-9983. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/129>>.

Acesso em: 03 maio 2020.

doi:<http://dx.doi.org/10.18676/cadernoscenpec.v1i2.129>.

FALCÃO, Jorge Tarcício da Rocha. Acerca da “chatice” do Ensino Fundamental e Médio no Brasil. **Bolema**, [s.l.], v.23, n.36, 2010. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsdoj&AN=edsdoj.66148eb4c28b40f7b0c7295717cfdd56&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 11 maio 2021.

FERRARO, Alceu Ravanello; MACHADO, Nádie Christina Ferreira. Da universalização do acesso à escola no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 213-214, Ago. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em 19 abr.2020.

FLACH, Simone de Fátima. Direito à Educação e obrigatoriedade escolar no Brasil: entre a previsão legal e a realidade. Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.43, p. 285-303, set. 2011 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/43/art20_43.pdf. Acesso em 19 abr. 2020

FORGIARINI, Solange Aparecida Bianchini; SILVA, João Carlos. **Escola pública**: Fracasso escolar numa perspectiva histórica. In: Simpósio de Educação – XIX Semana de Educação, Paraná, 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/369-4.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.

FORNARI, Liamara. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 1, 27 jan. 2012. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2027/1260>. Acesso em: 04 maio 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. O compromisso do profissional com a sociedade. In:_____. **Educação e Mudança**. São Paulo. Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 32 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Mayara de. **A escola e o bairro entre o público e o privado**: um estudo da concepção do Programa de Gestão Comunitária da Associação Cidade Escola Aprendiz. Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Educação. Nível de Mestrado em Educação. São Carlos: UFSCAR, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2668/5097.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 maio 2020.

GADOTTI, Moacir. **Educação popular, educação social, educação comunitária**: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. Congresso Internacional de Pedagogia Social, 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação**: uma nova abordagem. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. (5/Série Caderno de Formação). Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3086/1/FPF_PTPF_12_084.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem / Henry A. Giroux; trad. Daniel Bueno. — Porto Alegre : Artes Médicas, 1997.

GOMÉZ, Angel Ignacio Perez. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: SACRISTÁN, José Gimeno e GÓMEZ Angel Inácio Pérez. **Compreender e Transformar o Ensino**. Porto Alegre, Artmed, 1998. (cap I, p.13-26).

GOMÉZ, Angel Ignacio Perez. Compreender o ensino na escola: modelos metodológicos de investigação educativa. In: SACRISTÁN, José Gimeno e GÓMEZ Angel Inácio Pérez. **Compreender e Transformar o Ensino**. Porto Alegre, Artmed, 1998. (cap IV, p.67-97).

GOMÉZ, Angel Ignacio Perez. Compreender o ensino na escola: modelos metodológicos de investigação educativa. In: SACRISTÁN, José Gimeno e GÓMEZ Angel Inácio Pérez. **Compreender e Transformar o Ensino**. Porto Alegre, Artmed, 1998. (cap V, p.99-117).

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES**, Campinas , v. 21, n. 55, p. 30-41, Nov. 2001 . Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em 25 maio 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/praiagrande/panorama>. Acesso em 12 jan. 2022.

JOHANN, Cristiane Cabral. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense**: um estudo de caso no Campus Passo Fundo. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012. Disponível em: http://tede.upf.br/jspui/bitstream/tede/739/1/2012Cristiane_Cabral_Johann.pdf. Acesso em: 06 out. 2021.

KRINDGES, Shana; NATÁRIO, Elisete Gomes. Evasão escolar e aprendizagem significativa – algumas considerações. In: SILVA, Américo Junior Nunes da (Org.). **A educação enquanto fenômeno social: política, economia, ciência e cultura**. cap. 18, p. 183 -194. Ponta Grossa: Atena, 2020. Disponível em: <https://www.finersistemas.com/atenaeditora/index.php/admin/api/ebookPDF/3633>. Acesso em: 19 abr. 2021.

LEON, Fernanda Leite Lopez de; MENEZES FILHO, Naércio Aquino. Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil. **Pesquisa e planejamento econômico** – ppe. v.32, n.3, dez 2002. 417-452. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4286/1/PPE_v32_n03_Reprovacao.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

LIBÂNIO, Jose Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: _____. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo, Loyola, 2011.

LÜDKE, Menga; ANDRE, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisas em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1996.

MADALÓZ, Rodrigo José; SCALABRIN, Ionara Soveral. JAPPE, Maira. **O fracasso escolar sob o olhar docente**: alguns apontamentos. IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa da Região Sul, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/945/527>. Acesso em 01 jul. 2020.

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MILLEN NETO, Alvaro Rego; DA CRUZ, Ronaldo Pimenta da; SALGADO, Simone da Silva; CHRISPINO, Renata Ferreira; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. Evasão escolar e o desinteresse dos alunos nas aulas de educação física. **Pensar a Prática**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2010. DOI: 10.5216/rpp.v13i2.7559. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/7559>. Acesso em: 8 out. 2021.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). Sociologia e teoria crítica do currículo. In: _____ (orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.

NERI, Marcelo Côrtes. Motivos da evasão escolar. **Coleções FGV Social - Pesquisas**, 2009. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/21964> Acesso em 25 abr. 2020.

NOGUEIRA, Maria Alice. Relação família-escola: novo objeto na sociologia da educação. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 14-15, p. 91-103, Ago. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v8n14-15/08.pdf> Acesso em: 01 Maio 2020.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, Mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n1/v27n1a12.pdf>. Acesso em 03 maio 2020.

OLIVEIRA, Flávia Alves DE Castro; SOUZA, José Carlos Moreira de. O desenvolvimento de um produto educacional como instrumento de orientação de combate à evasão escolar em cursos técnicos subsequentes e concomitantes. **Revista Prática Docente**, v. 4, n. 2, p. 775-790, 27 dez. 2019. Disponível em: <http://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/475/234>. Acesso em 24 jul.2020.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 661-690, Out. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 Abr. 2020.

Pagamento do 13º do Bolsa Família vai até 23 de dezembro. **GOV.BR**. Publicado em 10/12/2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2019/12/pagamento-do-13o-do-bolsa-familia-vai-ate-23-de-dezembro>. Acesso em 20 fev. 2022.

PATTO, Maria Helena Souza. (1992). **A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro**. Psicologia USP, 3(1-2), 107-121. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34463>. Acesso em 06 out. 2021.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 2.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.p.9-75.

PATTO, Maria Helena Souza. O fracasso escolar como objeto de estudo: anotações sobre as características de um discurso. **Cad. Pesquisa**, São Paulo (65): 72-77, maio de 1988. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6208435> Acesso em 17 mar. 2020.

PEREIRA, Jardel. (2017). Práticas pedagógicas e obrigatoriedade de ensino nos primórdios do século XX: fundamento para análise das políticas públicas educacionais na contemporaneidade. **Cadernos CIMEAC**. V.6. Uberaba, 2016. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/1852>. Acesso em: 23 jun. 2020.

PEREIRA, Michele Cezareti. Evasão Escolar; causas e desafios. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed.02, Vol.01, pp.36-51. Fevereiro de 2019. ISSN: 2448-0959. Disponível em <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/evasao-escolar>. Acesso em: 17 mar. 2020.

PINTO, José Marcelino Rezende. Federalismo, descentralização e planejamento da educação: desafios aos municípios. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742014000300008&script=sci_abstract&lng=pt. Cadernos de Pesquisa. V.44, n.153, p.624-644 jul./set. 2014. Acesso em: 24 ago. 2020.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família escola. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas, 2005 . V.9, n.2, p. 303-312. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 maio 2020.

PRAIA GRANDE. **Lei Complementar N.695 de 12 de fevereiro de 2015**. “Altera dispositivos da lei complementar nº 592, de 27 de junho de 2011.

PRAIA GRANDE. Decreto N. 5013 de 7 de novembro de 2011. “Regulamenta o Processo Avaliativo disposto no artigo 12 da Lei Complementar nº 592, de 27 de junho de 2011.

PRAIA GRANDE, Secretaria de Educação. **E-mail eletrônico denominado Demonstrativo de Evasão de 1997 a 2021**. Destinatário: Shana Krindges. Praia Grande, 10 de março de 2022. E-mail. Disponível em: <https://outlook.live.com/mail/0/id/AQMkADAwATY0MDABLThiYzctZjEwZC0wMAltMDAKAEYAAAPAQmv6MFGhRb9K%2F6uCS2QuBwBe7ICEGjU5SplONagXYig%2BAAACAQwAAABe7ICEGjU5SplONagXYig%2BAAUtlS YqAAAA>. Acesso em 10 mar. 2022.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. **Um estudo sobre a evasão escolar**: para se pensar na inclusão escolar. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Anpad, 2004. Disponível em: <http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/Arquivos/15%20-%20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/UM%20ESTUDO%20SOBRE%20A%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR%20-%20PARA%20PENSAR%20NA%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

RÚBIO, Luciana; MARAFON, Danielle. Evasão escolar: um problema que persiste na educação brasileira. **Os desafios da Escola Pública Paranaense na perspectiva do professor PDE**. Volume 1. Paraná, 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_unespar-paranagua_lucianarubio.pdf. Acesso em: 11 out. 2021.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. **O pequeno príncipe**. 48. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2009. 91, [2] p.

SAGRILO, José Cesar. **O programa de prevenção e combate à evasão escolar (PPCEE) como agente de inclusão educacional**: uma análise de resultados (2011-2014). 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/3380>. Acesso em: 20 out. 2021.

SANTOS, Jucenilton Alves dos. Reflexões sobre a evasão escolar: uma problemática na educação brasileira. **Revista Teias**, [S.l.], v. 21, p. 260-270, ago. 2020. ISSN 1982-0305. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/41951>>. Acesso em: 08 out. 2021.

SANTOS, Maria do Carmo Gonçalves; SALES, Mônica Patrícia da Silva. Gestão democrática da escola e gestão do ensino: a contribuição docente à construção da autonomia da escola. **Ens. Pesqui. Educ. Ciênc. (Belo Horizonte)** [online]. 2012, vol.14, n.2, pp.171-183. ISSN 1983-2117. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-21172012000200171&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 set. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas. Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S.l.], n. 24, p. 7-16, junho 2008. ISSN 2318-0870. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/108>>. Acesso em: 25 maio 2020.

SELLIS, Priscila. Evasão escolar de PG é uma das mais baixas do país. Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Praia Grande. **PG notícias**,

2008. Disponível em:

http://www.praia grande.sp.gov.br/pgnoticias/noticias/noticia_01.asp?cod=8926.

Acesso em: 27 jun. 2020.

SELLIS, Priscila. Projeto reduz evasão escolar a quase zero. Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Praia Grande. **PG notícias**, 2011.

Disponível em:

http://www.praia grande.sp.gov.br/pgnoticias/noticias/noticia_01.asp?cod=20151

. Acesso em: 19 maio 2020.

SELLIS, Priscila. Pedagogia Comunitária: ações estratégicas aproximam famílias das escolas. Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Praia Grande. **PG notícias**, 2012. Disponível em:

http://www.praia grande.sp.gov.br/pgnoticias/noticias/noticia_01.asp?cod=27481

Acesso em: 27 abr. 2020.

SHIROMA, Eneida O.; EVANGELISTA, Olinda; MORAES, Maria Célia M. de. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Eliana Maria da N.; SANTOS, José Ozildo dos. Evasão escolar: Um problema, várias causas. **Revista Brasileira de Educação e Saúde - REBES**. Pombal - ISSN 2358-2391 - (Pombal - PB, Brasil), v. 5, n. 4, p. 30-35, out.-dez., 2015. Disponível em:

<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/4178> Acesso em 26 mar. 2020.

SILVA, Fábila Geisa A.; AMORA, Janiele T. de M.; PEIXOTO, Karine L. V.; BEZERRA, Maria de Fátima. Evasão escolar: velhos problemas, novos olhares. In: XIV Encontro de Iniciação Científica da UNI7, n.1, 2018, Ceará. **Anais**. Ceará: 2018. p. 1-13. Disponível em:

<https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/649/534>.

Acesso em: 11 out. 2021.

SILVA, Francisco Euguenys M. da et al. Evasão escolar como desafio contemporâneo à Escola de Ensino Médio Luiz Girão, em Maranguape-CE. **Research, Society and Development**, Itabira, v. 8, n. 8, p. e43881251, jun. 2019. ISSN 2525-3409. Disponível em:

<<https://rsd.unifei.edu.br/index.php/rsd/article/view/1251>>. Acesso em: 04 maio 2020.

SILVA, Glauciene S. M. da; RANKE, Maria da Conceição de Jesus. A contribuição do programa bolsa família para evitar ou minimizar os impactos do processo de evasão escolar: um estudo de caso na escola Municipal Ladislau de Oliveira, em Nova Olinda, Tocantins. In: Políticas educacionais, pobreza e desigualdade social: sujeitos e contextos sociais, 2017, Palmas. **Anais I simpósio estadual da iniciativa educação, pobreza e desigualdade social**. Palmas, T.O., 2017. p.510-516. Disponível em:

[https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/7aw4UkASRpu3txS2FmuOGQ/content/Anais%](https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/7aw4UkASRpu3txS2FmuOGQ/content/Anais%20I)

20do%20I%20Simp%C3%B3sio%20e%20IV%20Semin%C3%A1rio%20EPDS%20%202017%20-%20VOLUME%201%20[A-L].pdf. Acesso em 16 out. 2021.

SILVA FILHO, Raimundo B.; ARAÚJO, Ronaldo Marcos L.. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n.1, p. 35-48, jan.-jun. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/download/24527/15729> > . Acesso em: 23 mar. 2020.

SILVA JÚNIOR, Adonias S. da et all. Repensando a Evasão Escolar: Uma análise sobre o direito à educação no contexto Amazônico. **Holos** [s.1], v.2, n.0, p. 199-213, 2017. DOI 10.15628/holos.2017.5667. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5667/pdf>. Acesso em 1 maio 2020.

SILVA, Marcos Jonatas D. da. As causas da evasão escolar: estudo de caso de uma escola pública de Ensino Fundamental no município de Acará – PA. **Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/viewFile/6502/4164>>. Acesso em 27 de março de 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUZA, Gilson F. de. PICCOLO, Marilda. Evasão Escolar e exclusão social: estudo de caso no município de dois irmãos do tocantins - TO. In: Políticas educacionais, pobreza e desigualdade social: sujeitos e contextos sociais, 2017, Palmas. **Anais I simpósio estadual da iniciativa educação, pobreza e desigualdade social**. Palmas, T.O., 2017. p.489-493. Disponível em: [https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/7aw4UkASRpu3txS2FmuOGQ/content/Anais%20do%20I%20Simp%C3%B3sio%20e%20IV%20Semin%C3%A1rio%20EPDS%20%202017%20-%20VOLUME%201%20\[A-L\].pdf](https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/7aw4UkASRpu3txS2FmuOGQ/content/Anais%20do%20I%20Simp%C3%B3sio%20e%20IV%20Semin%C3%A1rio%20EPDS%20%202017%20-%20VOLUME%201%20[A-L].pdf). Acesso em: 16 out. 2021.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. As dimensões da participação cidadã. **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 179-209, jan./dez. 1997. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18669#:~:text=Nessa%20perspectiva%2C%20a%20participa%C3%A7%C3%A3o%20cidad%C3%A3,contro le%20social%20e%20expressivo%2Dsimb%C3%B3lica.&text=A%20de%20controle%20social%20do,econ%C3%B4micos%20por%20atos%20e%20decis%C3%B5es>. Acesso em: 24 ago. 2020.

TERENCIO, Janice Teresinha W. A função social da escola como estratégia de. Combate ao abandono escolar. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor. **Cadernos PDE Produções Didático-Pedagógicas**. Manguaerinha, Paraná: 2014. Vol. 2. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoe>

s_pde/2014/2014_unicentro_ped_pdp_janice_teresinha_wollmer_terencio.pdf.
Acesso em: 23 set. 2020.

VAZ, Ana Carolina de S.; ANDRÉ, Bianka P. **Construindo identidades no espaço escolar: Percepções de professores sobre o sentimento de pertencimento dos seus alunos e a construção da cidadania.** IV Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão: Didática e Avaliação, 2015. Disponível em:
http://editorarealize.com.br/editora/anais/ceduce/2015/TRABALHO_EV047_MD1_SA7_ID575_19052015193150.pdf. Acesso em 24 out. 2021.

VIEIRA, Sofia L. Poder local e Educação no Brasil: Dimensões e Tensões. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.** V.27, n.1, p. 123-133, jan./abr. 2011. Disponível em
<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/19972/11603>. Acesso em 19/09/2020.

VIEIRA, Sofia L. Políticas e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.** V. 23, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19013>>. Acesso em: 25 maio 2020.

VINHA, Telma Pileggi et al. O clima escolar e a convivência respeitosa nas instituições educativas. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 27, n. 64, p. 96-127, jan./abr. 2016. Disponível em:
<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/3747>. Acesso em: 13 nov. 2020.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

APÊNDICE – questionário via *google forms*

Evasão escolar no Ensino Fundamental público de Praia Grande no ano de 2019 e o olhar dos educadores.

Número do CAAE: 50880521.0.0000.5509

Prezado (a) Senhor (a): Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa, cujo título é: “Evasão escolar no ensino fundamental público de Praia Grande no ano de 2019 e o olhar dos educadores”. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelas pesquisadoras e pelo participante, sendo que uma via ficará com você e outra com as pesquisadoras. Por favor leia com atenção e calma. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com as pesquisadoras. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e Objetivos: Analisar os dados de evasão escolar no ensino fundamental público da cidade de Praia Grande – SP durante o ano de 2019, ano anterior às medidas restritivas da covid 19. A justificativa da pesquisa se fundamenta na necessidade de esclarecer as causas da evasão escolar como um problema que persiste enraizado na educação brasileira.

Procedimentos: Para a realização da pesquisa pedimos que responda a um questionário via Google Forms com perguntas fechadas e semiabertas. Vale ressaltar que sua cooperação será voluntária e sigilosa, sendo os dados utilizados exclusivamente para fins da pesquisa, e que poderão ser apresentados em eventos de natureza científica e/ou publicados, sem revelar a identidade dos participantes.

Desconfortos e riscos: O risco nesta pesquisa poderá ser considerado mínimo, no sentido de você se sentir cansado ou tiver problemas com a internet no momento em que estiver respondendo ao questionário via google forms, poderá parar e combinar com o pesquisador o retorno. Compreenderemos caso queira deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Benefícios: A sua participação contribuirá para a construção do conhecimento científico e futuramente para que sejam desenvolvidas ações na prevenção e combate à Evasão Escolar. **Acompanhamento e assistência:** A qualquer momento, antes, durante ou até o término da pesquisa, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de qualquer dúvida sobre a pesquisa. **Ressarcimento e indenização:** Caso essa pesquisa cause, comprovadamente, qualquer custo ou dano procure o pesquisador responsável a fim de ressarcimento ou possível indenização.

Contato: Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, se precisar consultar esse registro de consentimento ou quaisquer outras questões, você poderá entrar em contato com os pesquisadores: Nome do discente pesquisador: Shana Krindges. Endereço: Avenida Rio Branco, 72. Canto do Forte. Praia Grande - SP. E-mail: shanakrindges@hotmail.com Telefone (13)974063046 Nome do pesquisador responsável: Elisete Gomes Natário. Endereço: Curso de Mestrado Profissional em Práticas Docentes do Ensino Fundamental da UNIMES - Avenida Conselheiro Nébias, nº 536, Santos – SP. E-mail: profelisetenatario@gmail.com Telefone: 3228 3400 ramal: mestrado. Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a Secretária do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metropolitana de Santos (das 8h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00) na Avenida Conselheiro Nébias, 536 – 2. andar. Santos- S.P. E-mail: cpq@unimes.br.

Consentimento Livre e Esclarecido: Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que este estudo pode acarretar, aceito participar.

- Concordo em participar
 Não concordo em participar

Nome do participante/ Assinatura - R. G

Atuação profissional Atuação profissional na Escola Municipal participante da pesquisa em 2019- ano escolar/ segmento:

Na sua opinião, qual o principal agente responsável pela evasão escolar no ano de 2019, quando tínhamos o ensino presencial?

- O próprio estudante
 A escola
 A família
 Políticas Públicas
 Outros

Dentre as possíveis causas relacionadas abaixo, assinale as 4 alternativas que você considera estarem mais diretamente ligadas à evasão escolar no ensino fundamental público de Praia Grande, no ensino presencial, no ano de 2019:

- desinteresse por parte do educando
 falta de compromisso familiar
 políticas públicas ineficazes
 falta de qualificação do corpo docente e equipe escolar para lidar com a evasão
 falhas nas metodologias empregadas em sala de aula
 dificuldade em frequentar a escola pela distância
 questões de saúde que impossibilitaram a frequência
 necessidade de trabalhar por parte do educando
 condição econômica da família
 gravidez na adolescência
 desinteresse da escola pelo estudante evadido
 baixo rendimento e reprovação do educando
 Outros

Quanto à legislação vigente, no que tange a evasão escolar:

- acredita que está de acordo com a realidade da população brasileira
 acredita que ela colabora com a evasão por ser omissa e/ou permissiva
 acredita que ela não interfere na evasão escolar
 acredita que ela é coerente, mas precisa ser aprimorada
 Outros

Como você se sente quando um estudante pertencente à sua turma de docência evade do sistema escolar:

- Totalmente responsável, pois sinto que falhei com o educando
 Parcialmente responsável, pois há situações que fogem ao meu alcance
 Não sinto que possuo responsabilidade, pois sempre faço tudo que está ao meu alcance
 Não sinto responsabilidade, pois não faz parte das minhas atribuições agir na evasão escolar
 Outros

Na sua opinião qual seria a melhor iniciativa para amenizar o problema da evasão escolar?

- () Capacitação dos professores e gestores escolares
- () Melhoria das políticas públicas empregadas no combate à evasão
- () Maior rigor nas leis e ações punitivas aos responsáveis dos estudantes evadidos
- () Outros

Você considera que as metodologias e os conteúdos aplicados em sala de aula contribuem para a evasão dos estudantes? Justifique e exemplifique sua resposta.

Você acredita que a obrigatoriedade do ensino contribui para a evasão escolar? Justifique sua resposta.

Você acredita que a reprovação e o baixo rendimento do educando na sua escola influenciam na evasão escolar? Justifique sua resposta.

Você acredita que o trabalho da pedagogia comunitária em Praia Grande interfere na evasão escolar na sua escola? Justifique sua resposta.

Caso possa contribuir com alguma sugestão para professores, escolas e famílias lidarem com a evasão escolar, escreva a seguir:

ANEXO A - Termo de Anuência Institucional

Esta pesquisa será realizada pela aluna Shana Krindges do Curso de Mestrado Profissional em Práticas Docentes do Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos, como uma das atividades que compõem seu aprendizado e formação profissional. Segundo preceitos éticos, informamos que a participação dos professores e o nome da Instituição de Ensino será absolutamente sigilosa, não constando seu nome em qualquer outro dado que possa identificá-lo no relatório final ou em qualquer publicação posterior sobre esta pesquisa. Pela natureza da pesquisa, se houver riscos são mínimos referentes a uma eventual interrupção de acesso a internet. Neste caso, o participante poderá retornar quando tiver acesso. A seguir, damos as informações gerais sobre esta pesquisa, reafirmando que qualquer outra informação que você desejar pode ser fornecida a qualquer momento pelas pesquisadoras.

Tema da pesquisa: “Evasão escolar no Ensino Fundamental público de Praia Grande no ano de 2019 e o olhar dos educadores”.

Objetivo: Analisar os dados de evasão escolar no ensino fundamental público da cidade de Praia Grande – SP durante o ano de 2019, ano anterior às medidas restritivas da covid 19.

Procedimento: Preenchimento de um questionário via Google Forms.

Você tem total liberdade para recusar sua participação assim como solicitar exclusão dos seus dados, retirando seu consentimento sem qualquer penalização ou prejuízo. Para tal, procurar a Profa. Elisete Natário no Curso de Mestrado Profissional em Práticas Docentes do Ensino Fundamental da UNIMES (Avenida Conselheiro Nébias, 536 - Encruzilhada – Santos - SP Tel.: 3228 3400) ou pelo e-mail: shanakrindges@hotmail.com solicitando a exclusão.

Agradecemos sua participação, enfatizando que a mesma contribuirá para a formação da mestranda e subsidiará informações de extrema relevância para que sejam adotadas políticas públicas e ações preventivas no tocante a evasão escolar no Município Praia Grande.

Shana Krindges
RG: 7073721826

Profª Drª Elisete Gomes Natário.
CRP- 06/31478-3

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Anuência Institucional

Eu _____, portador do RG _____, autorizo a aplicação desta pesquisa nesta instituição, Fico em minhas posses uma via deste documento.

_____, ____ de _____ de 2021.

Assinatura e Carimbo da Instituição

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos participantes – TCLE



Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES
Comitê de Ética em Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (TCLE)

Título da pesquisa: “Evasão escolar no Ensino Fundamental público de Praia Grande no ano de 2019 e o olhar dos educadores”

Número do CAAE: 50880521.0.0000.5509

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa, cujo título é: “Evasão escolar no Ensino Fundamental público de Praia Grande no ano de 2019 e o olhar dos educadores”.

Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo pesquisador e pelo participante, sendo que uma via ficará com você e outra com o pesquisador.

Por favor leia com atenção e calma. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e Objetivos:

O objetivo da pesquisa é analisar os dados de evasão escolar no ensino fundamental público da cidade de Praia Grande – SP durante o ano de 2019, ano anterior às medidas restritivas da covid 19.

A justificativa da pesquisa se fundamenta na necessidade de esclarecer as causas da evasão escolar como um problema que persiste enraizado na educação brasileira.

Procedimentos:

Para a realização da pesquisa pedimos que responda a um questionário via *Google Forms* com um total de 3 perguntas fechadas e 3 perguntas abertas. Vale ressaltar que sua cooperação será voluntária e sigilosa, sendo os dados utilizados exclusivamente para fins da pesquisa, e que poderão ser apresentados em eventos de natureza científica e/ou publicados, sem revelar a identidade dos participantes.

Desconfortos e riscos:

O risco nesta pesquisa poderá ser considerado mínimo, no sentido de você se sentir cansado no momento em que estiver respondendo ao questionário via *google forms*, poderá parar e combinar com o pesquisador, o retorno. Compreenderemos caso queira deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo ou coação.

Benefícios:

A sua participação contribuirá para a construção do conhecimento científico e futuramente para que sejam desenvolvidas ações na prevenção e combate à Evasão Escolar.

Acompanhamento e assistência:

A qualquer momento, antes, durante ou até o término da pesquisa, nos colocamos à disposição para o esclarecimento de qualquer dúvida sobre a pesquisa.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia que sua identidade será mantida em sigilo. Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins da pesquisa, e poderão ser apresentados em eventos de natureza científica e/ou publicados, sem revelar a identidade dos participantes.

Ressarcimento e indenização:

Caso essa pesquisa cause, comprovadamente, qualquer custo ou dano procure o pesquisador responsável a fim de ressarcimento ou possível indenização.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, se precisar consultar esse registro de consentimento ou qualquer outras questões, você poderá entrar em contato com os pesquisadores:

Nome do pesquisador responsável:

Shana Krindges

Endereço: Avenida Rio Branco, 72. Canto do Forte. Praia Grande.

E-mail: shanakrindges@hotmail.com

Telefone (13)974063046

Nome do discente pesquisador: Elisete Gomes Natário

Endereço: Curso de Mestrado da UNIMES (Avenida Conselheiro Nébias, nº 536, Encruzilhada/Santos

E-mail: profelisetenatario@gmail.com

Telefone: 3226 3400

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a Secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metropolitana de Santos (das 8h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00) na Avenida Conselheiro Nébias, 536 – 2, andar. Santos- S.P. E-mail: cpq@unimes.br.

Consentimento Livre e Esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, procedimentos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que este estudo pode acarretar, aceito participar.

Nome do participante: _____

_____ Data: ____/____/____

(Assinatura do participante ou nome e assinatura de seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

_____ Data: ____/____/____

(Assinatura do pesquisado)

ANEXO C - Planilha dos alunos não frequentes (evadidos)



Município da Estância Balneária de Praia Grande

ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROJETO EVASÃO ESCOLAR
E.M. |

PLANILHA DOS ALUNOS NÃO FREQUENTES (evadidos)

Nome do (a) aluno (a)	R. A.	ANO TUR MA	DATA DE NASCIMENTO (DI)	TOTAL DE AULAS DADAS	FALTAS DOS ALUNOS	TOTAL DE AULAS DADAS	FALTAS DOS ALUNOS	TOTAL DE AULAS DADAS	FALTAS DOS ALUNOS	Causas Observadas	Data do envio ao Conselho Tutelar	Data da visita domi ciliar.
				1º TRIMESTRE	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE			

Observar as orientações abaixo para preenchimento da planilha

TOTAL DE FALTAS (Colocar o nº de faltas e, a legenda)

C – consecutivas E – esporádicas

REGISTRO DO CONTROLE QUINZENAL/MENSAL (Digitar o nº correspondente da causa ou das causas)

1- Primeiro mês que o aluno é faltoso.

2- Segundo mês que o aluno é faltoso.

3- Faltoso em todos os meses.

CAUSAS OBSERVADAS (Digitar o nº correspondente da causa ou das causas)

1- A família está sendo orientada, mas ainda não acompanha a obrigatoriedade da frequência e aproveitamento escolar do educando.

2- Doença do menor e/ou responsável

3- Mudança de endereço / Endereço errado

4- Ninguém no local

5- Endereço e família não localizados

6- Casa distante

7- Assíduo após contato

8- Viagem

9- Estudando em outra escola

10- Outras _____ (especificar a causa identificada)

PROVIDÊNCIAS DA U.E. (Digitar o nº correspondente da providência ou das providências.)

1- Contato telefônico com o responsável

2- Convocação e atendimento do responsável na escola

3- Visita domiciliar

4- Outras _____ (especificar a providência)

5- Envio ao Conselho Tutelar

OBSERVAÇÕES FINAIS (Digitar o nº correspondente da situação do aluno após as providências)

1- Aluno frequente

2- Aluno não frequente (NF - faltas consecutivas)

3- Faltoso esporadicamente